

Ao Sr. Agente de Contratação da Infra S.A,

**Resposta ao Despacho** nº 54/2025/SUINM-INFRASA/DIMEI-INFRASA/DIREX-INFRASA/CONSADINFRASA/AG-INFRASA,

**Processo** nº 50050.008873/2023-48

**Interessado:** AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES-ANTT, MINISTERIO DOS TRANSPORTES.

Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Data da assinatura.

O Consórcio Russell & Consultores – INFRA VIA040 em atenção ao despacho retro, acima epigrafado, vem, respeitosamente, apresentar os esclarecimentos abaixo, a fim de dirimir eventuais dúvidas residuais no cenário do certame 01/2025 da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A. (Infra S.A.).

Inicialmente vale dizer que o Consórcio Russell & Consultores apresentou a melhor proposta global, de modo que plenamente atendido o princípio da vantajosidade e, por conseguinte, a supremacia do interesse público.

Vale destacar de igual modo que o referido Consórcio atendeu – conforme Planilha Analise-Qualificacao-Tecnica\_Russel&Maciel (9438719), registra-se a habilitação técnica operacional, posto que o consórcio comprova a execução de auditoria independente em projetos de concessão de transportes rodoviários, em atendimento ao Item 6.3.2.3.

Já quanto à habilitação profissional do Responsável Técnico, conforme será demonstrado abaixo, identifica-se o atendimento do Sr. Roger Maciel com 05 ou mais anos de experiência profissional em gerenciamento, supervisão ou coordenação de projetos no setor de infraestrutura de transporte rodoviário, nos termos exatos e Item 6.3.2.1 do Termo de Referência / Projeto Básico.

Sendo assim, quanto à experiência descrita no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER (Auditoria Independente em Projeto de Rodovias), realizado entre 12 de maio de 2014 e 11 de setembro de 2017, comprovando 03 anos e 3 meses na execução, comprovando a coordenação de equipe de auditoria no âmbito da execução de Projeto de Transporte Rodoviário.

Nesse contexto, o Termo de Referência do respectivo atestado (Anexo, p. 44) atesta que o objetivo principal foi a contribuição para a melhoria do transporte no Estado, o que evidencia a atuação no setor de infraestrutura de transporte rodoviário.

1. O Governo do Estado de São Paulo recebeu um empréstimo da CAF – Corporação Andina de Fomento para a execução do Projeto de Transporte, Logística e Meio Ambiente. O período de implementação do Projeto será do ano de 2013 até o ano de 2016. O valor total do empréstimo é de US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares), para ser executado/implementado em 5 anos.
2. O Projeto tem como principal objetivo contribuir para a melhoria do transporte do Estado e eficiência logística e segurança. O objetivo deve ser atingido através do aprimoramento dos principais corredores de transporte selecionados incluindo suas reabilitações e expansões.
3. O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP é o Órgão Executor responsável pela fiscalização da implementação de todos os componentes do Programa e pela administração geral do Contrato de Empréstimo a ser celebrado entre a CAF – Corporação Andina de Fomento e o Governo do Estado de São Paulo.

Atesta-se, portanto, a atuação do profissional como Responsável Técnico no referido serviço e, assim, comprova a experiência profissional em coordenação de projetos no setor de infraestrutura de transporte rodoviário, nos termos exatos e Item 6.3.2.1 do Termo de Referência / Projeto Básico.

Outrossim, o FONDO PARA LA CONVERGENCIA ESTRUCTURAL DEL MERCOSUR atesta que o profissional atuou para a Secretaria do MERCOSUL na realização da Primeira Auditoria Externa Técnica do Projeto FOCEM "Reabilitação Rota N° 8 Treinta y Tres - Melo, Trecho II, km 366 a 393, 1" a cargo do Ministério de Transporte e obras Públicas (MTOP) do Uruguai.

O referido trabalho incluiu inspeções físicas in situ, revisão dos resultados da auditoria interna técnica, auditoria operacional (indicadores físicos e de resultados e impacto) e de cumprimento de outros requisitos específicos projetados para os fins do Projeto, bem como Roger Maciel de Oliveira como Coordenador do trabalho e Adriano de Souza Pereira e Mariana Rossi Wosiack como engenheiros responsáveis técnicos.

O que – igualmente, importa, trata-se de que o projeto FOCEM envolveu a reabilitação da Rota N°8 Treinta y Tres- Melo, um projeto de infraestrutura de transporte rodoviário (em Anexo, p. 50):

Montevideo, 11 julio de 2017.

#### **CONSTANCIA**

Se deja constancia ante quien corresponda que el GRUPO MACIEL fue contratado por la Secretaria del MERCOSUR – RUC N° 21.432502.0011 – para realizar, en el marco del FONDO PARA LA CONVERGENCIA ESTRUCTURAL DEL MERCOSUR (FOCEM) la Primera Auditoria Externa Técnica del Proyecto FOCEM "Rehabilitación Ruta N°8 Treinta y Tres – Melo, Tramo II, km 366 a 393,1" a cargo del Ministerio de Transporte y obras Públicas (MTOP) del Uruguay.

Em resumo, o atestado do FOCEM refere-se à execução de serviços de auditoria em um projeto de reabilitação de rodovia, abrangendo aspectos de supervisão e coordenação no setor de infraestrutura de transporte rodoviário, conforme poderá ser consultado no próprio Termo de Referência citado, consignando, assim, a experiência profissional em gerenciamento, supervisão ou coordenação de projetos no setor de infraestrutura de transporte rodoviário, nos termos exatos e Item 6.3.2.1 do Termo de Referência / Projeto Básico.

De igual modo, a experiência comprovada pelo Atestado do Município de Cachoeirinha serviço de Auditoria Independente no “Projeto de melhoria e ampliação da infraestrutura urbana do município de Cachoeirinha/RS”.

Embora contenha escopo com termos diversos ao utilizado no Projeto Básico de asseguarção, os serviços realizados abordam especificamente a execução de infraestrutura de transporte rodoviária, tornando, portanto, eficiente – em termos de tempo de viagem, segurança de tráfego e custos de operação e manutenção de veículos.

- Reduzir em 20% o tempo de viagem na Avenida Frederico Ritter;
- Reduzir em 5 % o tempo de viagem na Av. Flores da Cunha;
- Reduzir em 6 % o tempo de viagem na Rua Curitiba;
- Reduzir em 8 % o tempo de viagem na Rua Papa João XXIII;
- Pavimentar 100% das vias do Distrito Industrial que dão acesso ao município de Canoas através da pavimentação das Ruas Cristiano e Antonio José do Nascimento;

Portanto, o atestado da prefeitura de Cachoeirinha se refere a uma auditoria técnica em um projeto de infraestrutura urbana, incluindo infraestrutura de transporte rodoviário.

Por fim, o atestado da SEPE demonstra a execução de serviços de verificação independente, que envolvem o acompanhamento, análise e avaliação do desempenho da concessionária responsável pela exploração de um sistema viário, incluindo praça de pedágio, ponte de acesso e via principal. Veja, Sra. Lilian, Agente de Contratação do referido certame, que tais serviços demonstra a execução do gerenciamento, supervisão e coordenação de projetos no setor de infraestrutura de transporte rodoviário.

Assim, após a apresentação de todos os atestados questionados, complementados pelos Termos de Referência respectivos para análise dos produtos entregues, verifica-se que, nos termos exatos do Item 6.3.2.1 do Termo de Referência/Projeto Básico do referido certame, o escopo dos serviços prestados pelas empresas atestadas abrange atividades de auditoria, verificação independente e avaliação de desempenho em projetos de infraestrutura, incluindo rodovias, pontes e sistemas viários. Esses serviços estão diretamente relacionados ao gerenciamento, supervisão e coordenação de projetos no setor de infraestrutura de transporte rodoviário, garantindo o cumprimento de especificações técnicas, normas contratuais e legais, além de assegurar a utilização eficiente e transparente dos recursos.

Além das experiências já apresentadas, complementamos a informação de projetos anteriores com outros destaques, conforme anexo. O Profissional vem executando, desde 2013, Coordenação de diversos contratos de Auditoria independente em projetos no setor de infraestrutura de transporte rodoviário.

Ademais, o profissional Roger Maciel de Oliveira possui todos os registros exigidos para a contratação, estando devidamente registrado no CNAI, conforme sistema do CFC:

**CADASTRO NACIONAL  
DE AUDITORES INDEPENDENTES**

**CONSULTAR CADASTRO CNAI**

Utilize qualquer um dos campos abaixo para fazer a pesquisa:

Nome:

Número CNAI:

CPF:

Registro:

Habilitação: ☐ QTG ☐ BCB ☐ SUSEP ☐ CVM ☐ PREVIC

UF:

Quantidade de registros encontrados: 1

Nº CNAI	Nome	Registro CRC	UF	Ativo Desde	Habilitação
1820	ROGER MACIEL DE OLIVEIRA	RS-071505/T	SP	05/10/2016	QTG,BCB,SUSEP

CFC/DEINF - Departamento de Informática

No que se refere ao registro na CVM, o profissional está habilitado como Responsável Técnico desde 29/07/2011, em conformidade com todas as resoluções e normativas aplicáveis à área, que envolvem extenso histórico em Auditorias e Assegurações.

**RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO AUDITOR  
RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

ELIANE TÂNIA RESMINI  
CRC : RS-059765/O-1  
Data Início : 06/06/2023

JORGE LUIZ MENEZES CEREJA  
CRC : RS-043679/O-0  
Data Início : 28/02/2020

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
CRC : RS-071505/O-3  
Data Início : 29/07/2011

[Fale com a CVM](#)

  
**JORGE LUIZ MENEZES CEREJA**  
Sócio Administrador  
Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S

**ANEXO****ESCLARECIMENTO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>CONTRATANTE</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>Atuação do Profissional</b>
Serviços de Verificador/ Auditor independente para exploração do sistema viário composto pela Praça de Pedágio Barra de Jangada, Ponte de acesso sobre o Rio Jabotão, Via Principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva.	Secretaria de Projetos Estratégicos - SEPE	30/06/2022 a 30/10/2024	Coordenação de projeto de Verificação Independente em Contrato de Concessão de Transporte Rodoviário
Serviços técnicos profissionais para elaboração de Relatório de Auditoria Contábil, no âmbito da execução do PROJETO DE TRANSPORTE, LOGÍSTICA E MEIO AMBIENTE	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER	12/05/2014 a 11/09/2017	Coordenação de projeto de Auditoria independente em Projeto no setor de infraestrutura de transporte rodoviário.
Auditoria Independente do Projeto FOCEM "Reabilitação Rota N° 8 Treinta y Tres - Melo, Trecho II, km 366 a 393,1" a cargo do Ministério de Transporte e obras Públicas (MTO) do Uruguai.	Fundo Para A Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)	01/02/2021 a 17/03/2021	Coordenação de projeto de Auditoria independente em Projeto no setor de infraestrutura de transporte rodoviário.
Serviços de auditoria referente ao período financeiro de janeiro/2013 a fevereiro/2014 e a avaliação final do projeto de melhoria e ampliação da infraestrutura urbana de Cachoeirinha/RS	Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/RS	15/03/2014 a 24/04/2014	Coordenação de projeto de Auditoria independente em Projeto no setor de infraestrutura de transporte rodoviário.

Serviços de auditoria referente ao período financeiro de janeiro/2013 a fevereiro/2014 e a avaliação final do projeto de Porto Alegre/RS.	Prefeitura Municipal de Porto Alegre / RS	01/02/2022 a 30/04/2023	Coordenação de projeto de Auditoria independente em Projeto no setor de infraestrutura de transporte rodoviário.
Auditoria Independente nas contas e procedimentos do "Programa Integrado de Investimentos para Requalificação e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas - Canoas para todos".	Prefeitura Municipal de Canoas / RS	10/11/2014 a 03/02/2015	Coordenação de projeto de Auditoria independente em Projeto no setor de infraestrutura de transporte rodoviário.
auditoria externa para os programas: Provias, Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana.	SEOBRAS	31/03/2014 a 31/03/2017	Coordenação de projeto de Auditoria independente em Projeto no setor de infraestrutura de transporte rodoviário.
Auditoria e Consultoria para subsidiar o Acompanhamento da Execução do Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 4 Amarela do Metro SP.	Secretaria de Estado e dos Transportes Metropolitanos - STM	27/08/2013 a 26/08/2018	Coordenação de projeto de Verificação Independente em Contrato de Concessão de Transporte Rodoviário



GOVPE - Declaração

Processo SEI nº 5100050690-000.000090/2023-30

Assunto: **Atestado de Capacidade Técnica:** CONSÓRCIO ESTRATÉGICA E GRUPO MACIEL.

Atestamos a quem possa interessar, que o CONSÓRCIO ESTRATÉGICA E GRUPO MACIEL, inscrito no CNPJ sob o nº 46.867.571/0001-29, com sede na Alameda Santos, 745, Conjunto 112, no bairro Cerqueira César, CEP 01.419-001, São Paulo/SP, formado pelas empresas ESTRATÉGICA ENGENHARIA LTDA. (empresa líder), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.467.604/0001-27, com sede na Alameda Santos, 745, Conjuntos 111 e 112, no bairro Cerqueira César, CEP 01.419-001, São Paulo/SP e MACIEL CONSULTORES S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.757.529/0001-08 com sede na Q SBS QUADRA 2, nº 12, Bloco E, Sala 206 - sobreloja - parte S3, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.070-120, prestou à **SEPE - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**, com sede Av. Rio Branco, nº 104, Bairro: Recife, Recife/PE, CEP: 50030-310, inscrita no CNPJ sob o nº 21.825.676/0001-94, **serviços de verificador independente para exploração do sistema viário composto pela Praça de Pedágio Barra de Jangada, Ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, Via Principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva.**

**Contrato nº:** 01A/2022

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº** 021/2021.CPLPE.0010.SEPLAG

**Vigência:** 30/06/2022 a 30/08/2027

**Execução:** 30/06/2022 a 30/10/2024

## 1. OBJETO

Serviços de verificador independente para realização de monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária mediante a utilização do sistema do quadro de indicadores de desempenho (QID), que determinará o percentual do cumprimento dos índices dos serviços, para a exploração da Ponte de acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva.

## 2. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eng. Civil Dionegees Luiz da Silva Soares

CREA/PE nº PE38661 PE

RNP nº 1805622145

Eng. Civil Layza Verbena de Souza Santos Machado Costa

CREA/PE 1801344230 PE

RNP: 1801344230

ART n° PE20230901960

### 3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Acompanhamento e processamento dos dados, gerando subsídios para avaliação do desempenho, no que tange às obras e serviços necessários ao atendimento às exigências do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID); Levantamento dos dados para a aferição dos serviços e obras programadas para atendimento ao QID; Análise dos relatórios emitidos pela concessionária, verificando a respectivas análises como os relatórios mensais Emissão de relatório mensal da aferição de desempenho que índice a nota do QID (NQID), relativo ao mês vencido, com os cálculos da nota de cada indicador. Os quesitos avaliados para os indicadores operacionais são descritos abaixo e o peso aplicado para cada indicador operacional deverá ser adotado conforme dados a seguir:

- **Nível de Serviço:**

O Nível de Serviço é um indicador determinado pelo HCM (Highway Capacity Manual), do Banco Mundial. Esse indicador é calculado da seguinte maneira:

- Divisão da RODOVIA em segmentos homogêneos;
- Levantamento de dados sobre a velocidade;
- Levantamento dos dados classificados a partir do fluxo de veículos;
- Cálculo da capacidade e dos fluxos máximos de serviços característicos dos limites de cada nível de serviço;
- Determinação do nível de serviço em cada período de análise com base nos procedimentos do HCM.

Os dados para avaliação deste indicador são obtidos através da instalação de eletrônicos, em cada segmento homogêneo, capazes de obter direta ou indiretamente o fluxo de veículos por hora. Deve-se, no entanto, considerar períodos em que, tendo em vista a realização de obras, ordinárias ou não, o nível de serviço inevitavelmente será inferior à qualidade contratada, durante o período de execução programada das obras, os indicadores operacionais de desempenho não serão aferidos.

Caso a nota apurada para esse indicador em determinado segmento homogêneo seja "Não Atende", a avaliação dos demais indicadores operacionais não prossegue, ficando a concessionária com uma nota final da área operacional igual á zero para aquele segmento homogêneo.

- **Buracos e Panelas:**

As panelas são cavidades formadas inicialmente no revestimento do pavimento e que possuem dimensões e profundidades variadas. O defeito é muito grave, pois afeta estruturalmente o pavimento, permitindo o acesso das águas superficiais ao

interior da estrutura. Também é grave do ponto de vista funcional, já que afeta a irregularidade longitudinal e, como consequência, a segurança do tráfego, e o custo do transporte. 269

Esta inspeção envolve:

- Contagem de buracos e panelas;
- Registro das ocorrências através de relatório contendo o segmento homogêneo inspecionado, km do local da ocorrência e respectiva foto.

#### • **Sinalização Horizontal:**

A sinalização horizontal se refere à sinalização viária estabelecida por meio de marcações ou de dispositivos auxiliares implantados no pavimento e tem como finalidades básicas: canalizar os fluxos de tráfego; suplementar a sinalização vertical, principalmente de regulamentação e de advertência; e, em alguns casos, servir como meio de regulamentação (proibição), o que não seria eficaz por intermédio de outro dispositivo. A qualidade da sinalização horizontal será avaliada a partir do seu índice de retro refletância. A sinalização horizontal de cada segmento homogêneo deverá ser avaliada semestralmente utilizando-se o equipamento retro refletômetro. O plano de amostragem deverá seguir os critérios da norma NBR 14723 - Sinalização horizontal viária - Medição de retro refletividade utilizando equipamento manual com geometria de 15 m - Método de ensaio ou a norma que a vier a substituir.

#### • **Sinalização Vertical:**

A sinalização vertical se refere à sinalização viária estabelecida através da comunicação visual por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela. A referida sinalização tem como finalidade: a regulamentação do uso da via, a advertência para situações potencialmente perigosas ou problemáticas do ponto de vista operacional, o fornecimento de indicações, orientações e informações aos usuários, além do fornecimento de mensagens educativas. A qualidade da sinalização vertical será avaliada a partir do seu índice de retro refletância, conforme critérios constantes na NBR 15426 - Sinalização vertical viária - Método de medição do retro refletividade utilizando retro refletômetro portátil e a NBR 14644 - Sinalização vertical viária Películas - Requisitos ou normas que vierem a substituí-las.

Quantidade de sinalizações válidas, ou seja, placas existentes no local planejado e aprovado em projeto com índice de retro refletância adequado;

- Local (km) em que há ausência da sinalização planejada;
- Local (km) em que a sinalização não se encontra em condições adequadas com respectiva foto;
- Local (km) em que existe uma sinalização, mas não é a aprovada pelo DER/PE com respectiva foto;

O mato/capim na área da placa não pode interferir na visibilidade da placa. Dessa forma, a placa em cuja área o mato/capim estiver acima de 60 cm de altura não será considerada uma sinalização válida para fins de contagem de placas.

Esse índice apura e controla a quantidade de acidentes fatais e não fatais ocorridos na rodovia, objetivando reduzir o número de acidentes relacionados a problemas operacionais, de formação do pavimento, erros de engenharia, falhas de sinalização ou de iluminação. Esse é um índice que assegura a Qualidade de Segurança no Tráfego e é medido quantificando-se o número de acidentes a cada segmento da rodovia, de acordo com a classificação de acidentes do DNIT. O Índice Crítico será calculado conforme metodologia de identificação dos segmentos críticos do DNIT.

- **Indicador IRI:**

O IRI (International Roughness Index) é uma escala de referência transferível para todos os sistemas de medição e que surgiu a partir de uma pesquisa internacional de medição de irregularidade, realizada em Brasília no ano de 1982. O IRI é definido matematicamente a partir de um perfil levantado por equipamentos a laser (nível e mira ou equipamento similar), nas trilhas de roda, visando simular os movimentos verticais induzidos no deslocamento de um quarto-de-carro. O índice é expresso pela relação entre os movimentos acumulados da suspensão do veículo e a distância percorrida pelo veículo.

- **Indicador IGG:**

O IGG (Índice de Gravidade Global, conforme NORMA DNIT 006/2003 - PRO) é um indicador derivado do "*Severity Index*" utilizado no Canadá pelo *Saskatchewan and Transportation*, e adaptado pelo Engenheiro Armando Martins Pereira para as condições dos pavimentos brasileiros. Esse indicador permite classificar o estado geral de determinado pavimento. A sistemática de cálculo do IGG é baseada na atribuição de pesos ou fatores de ponderação aplicáveis a cada evento mensurado (frequência relativa de estações com ocorrência de cada tipo de defeito e parâmetros ligados à análise estatística das flechas nas trilhas de roda), pesos esses que buscam caracterizar sua influência sobre a serventia do pavimento.

Nesse método, são definidas estações de ensaio, as quais representarão a parte da área total do pavimento que será analisada. Em cada estação de ensaio, um técnico treinado identifica os diferentes tipos de defeitos e anota em uma ficha de campo a configuração de terraplenagem e a presença ou não de cada um dos tipos de falha. Observe-se que não será indicada a quantidade de cada tipo de defeito em cada estação, mas apenas será identificada sua presença. Adicionalmente, o técnico mede a flecha nas trilhas de roda externa e interna, expressa em mm. Os dados coletados são então processados, separando-se os segmentos com características homogêneas (mesmo tipo de constituição de estrutura, mesmo tipo de revestimento, base, sub-base e subleito, o mesmo tipo de materiais constituintes das camadas e espessuras, a mesma incidência de tráfego e a mesma situação climática). Em seguida, determina-se a frequência absoluta e relativa das falhas anotadas, a média aritmética e a variância das flechas nas trilhas de roda. Para os eventos detectados (defeito ou parâmetro estatístico das flechas) deve-se atribuir um peso ou ponderação, que exprima sua maior ou menor importância no que diz respeito à serventia. O produto da frequência relativa de cada defeito (e da média e variância das flechas) pelo seu fator de ponderação resulta no Índice de Gravidade Individual (IGI) correspondente ao evento, ou seja: a fração do IGG afetada pelo evento. A somatória de todos os valores de IGI representa o valor do IGG a ser atribuído ao segmento homogêneo.

- **Afundamento de Trilha de Roda:**

Afundamento em trilha de roda se refere à deformação permanente caracterizada por depressão da superfície do pavimento, acompanhada ou não, de solevamento, podendo se apresentar sob a forma de afundamento plástico ou afundamento por consolidação. O afundamento plástico é uma depressão formada nas trilhas de roda caracterizada por um afundamento na região solicitada e um solevamento lateral. O afundamento por consolidação é uma depressão do revestimento que se forma na região onde se dá a passagem das cargas, isto é, nas trilhas de roda. Em sua fase inicial, essa falha só é perceptível após a ocorrência de chuva, pois os sulcos ficam preenchidos por água. O Verificador Independente deverá, em sua inspeção semestral, medir e reportar a profundidade das trilhas de roda que venham a existir no segmento homogêneo. O km inicial e final da trilha de roda no segmento homogêneo deve ser reportado e fotografado. A medição pode ser feita através de levantamento manual (normalmente efetuado de dentro do veículo que circula em baixa velocidade (3 a 10 km/h) no acostamento da rodovia).

- **Drenagem Supercial:**

Esse índice apura a qualidade na drenagem, no escoamento das águas do pavimento e na faixa de domínio do segmento homogêneo, o qual assegura a Qualidade do Pavimento. O sistema de drenagem superficial é fundamentalmente composto por sarjetas, canaletas, caixas de passagem, bocas de lobo, drenos sub-horizontais etc. (céu aberto). O Verificador Independente deve inspecionar semestralmente as canaletas de drenagem ao longo da rodovia, devendo reportar para cada segmento homogêneo os eventuais pontos de obstrução, sua localização e respectiva foto. A existência de obstrução faz com que o indicador tenha nota zero no segmento analisado, independentemente da avaliação do sistema de drenagem subterrâneo.

- **Drenagem Subterrânea:**

Esse índice apura a qualidade na drenagem, no escoamento das águas do pavimento e na faixa de domínio do segmento homogêneo, o qual assegura a Qualidade do Pavimento. Para fins de cálculo, o a Área Livre de Assoreamento é representada pela seguinte fórmula:

$$ALA = (ATG - AA) / ATG$$

Onde: ATG = área total da seção transversal da galeria AA = área da seção transversal da galeria assoreada.

O sistema de drenagem subterrânea é fundamentalmente composto por bueiros de plataforma e profundos, galerias etc. (galerias fechadas). O Verificador Independente deve inspecionar semestralmente a drenagem subterrânea, sendo que a nota apurada pela drenagem subterrânea está sujeita aprovação da drenagem superficial. Deverão ser verificadas as saídas de cada galeria existentes em cada segmento homogêneo.

- **Deflexão:**

A deflexão de um pavimento representa a resposta das camadas estruturais e do subleito à aplicação do carregamento. Quando uma carga é aplicada em um ponto (ou uma área) da superfície do pavimento, todas as camadas fletam devido às tensões e às deformações geradas pelo carregamento. Os pavimentos mais saudáveis estruturalmente fletam menos do que outros pavimentos mais debilitados. A significativa diferença na "resposta" entre os pavimentos saudáveis e debilitados indica os efeitos no desempenho estrutural. Assim sendo, pavimentos com deflexões mais baixas suportam maior número de solicitações de tráfego. A avaliação das condições estruturais é feita a partir da execução das seguintes atividades: levantamento deflectométrico com *Falling Weight Deflectometer* (FWD) ou outro equipamento que venha a substituí-lo em decorrência da evolução tecnológica; avaliação dos módulos resilientes para as condições in situ por meio de técnicas de retroanálise; e cálculo de tensões, deformações e deslocamentos em pontos críticos de cada estrutura, sob a ação do eixo-padrão. De acordo com o levantamento deflectométrico por segmento, o operador privado obterá conceito bom, regular ou ruim.

#### 4. EQUIPE TÉCNICA

PROFISSIONAIS	REGISTRO	CARGO
Roger Maciel de Oliveira	CRC/RS 071.505/O T SP / OAB/RS 102.443 / CNPC nº 73 / PMP / CP3P	Responsável pelo escritório de gerenciamento de projetos
Jarbas Torres	CREA/PE nº PE004131D Registro Nacional 180154793-9	Responsável pelo escritório de gerenciamento de projetos
Henrique Alexandre Fernandes da Silva	CREA/SP nº 5070763132	Responsável por análises de engenharia e desempenho
Marlos Wilson Andrade Lima de Góis	CREA/RN nº 4710D RN	Responsável Técnico
Diogenes Luiz da Silva Soares	CREA/PE E38661 PE	Responsável por análises de engenharia e desempenho
Layza Verbena de Souza Santos Machado Costa	CREA/PE 1801344230 PE	Responsável por análises de engenharia e desempenho
Saulo Armos	CRC/RS nº 37.644	Responsável pela análise financeira
Elvis Aguilar dos Santos	CORECON/RS 8445	Responsável pela análise econômica
Vanessa Martins Conceição	CORECON/SC nº 3958	Responsável pela análise econômica

Recife, 07 de novembro de 2024.

**Ricardo Carvalho de Sá**

Gerente de Contratos e Estudos

Fiscal do Contrato 01A/2022

**Alexsandra Gomes de Lima**

Gerente Geral de Projetos e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandra Gomes de Lima**, em 07/11/2024, às 09:59, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Carvalho de Sá**, em 07/11/2024, às 10:02, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **58433966** e o código CRC **E6E9E45B**.

### SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Av. Rio Branco, nº 104, - Bairro Recife, Recife/PE - CEP 50030-310, Telefone: (81) 3182-7863

Secretaria de  
Planejamento  
e Gestão



GOVERNO DO ESTADO  
**PERNAMBUCO**  
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 3000050690-000.000169/2021-47

Fazem parte deste Termo de Referência os seguinte anexos assinados por referência:

- ANEXO A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- ANEXO B - ESTIMATIVA DE CUSTOS POR RELATÓRIO
- ANEXO C - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER (Anexo IV do Edital nº 001/2006 - CGPE - Anexo I do Contrato CGPE nº 001/2006)
- ANEXO D - CONTRATO CGPE Nº 001/2006 E SUAS ALTERAÇÕES

### 1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência contém os elementos necessários para seleção e contratação de empresa para atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE que, por sua vez, se prestará a aferir desempenho da CONCESSIONÁRIA que realiza a exploração da operação e manutenção da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva. O objetivo em síntese é, mediante a utilização do sistema do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID) previsto em contrato, determinar percentual do cumprimento dos índices de serviço da Concessionária contratada.

1.2. A elaboração desse documento visa, portanto, estabelecer a natureza, a abrangência, as responsabilidades e as atribuições dos serviços, a fim de assegurar um controle permanente e o melhor padrão de qualidade, atendendo às especificações técnicas e às exigências normativas e legais incidentes. Desse modo define o Escopo dos Trabalhos, os Produtos Esperados, a Qualificação Técnica exigida e as demais diretrizes e condições fundamentais para o alcance das metas estabelecidas pela SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG). É responsabilidade desta secretaria a elaboração e conclusão do processo licitatório e a fiel supervisão da execução do contrato

### 2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência trata da contratação do serviço de VERIFICADOR INDEPENDENTE para realização do Monitoramento Permanente do Processo de Aferição do Desempenho da Concessionária mediante a utilização do sistema do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), que determinará o percentual do cumprimento dos índices de serviço da Concessionária contratada mediante Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração da Ponte de Acesso e Sistema Viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva.

2.2. Os serviços contratados constituem não só produtos de especialidades técnicas, mas também um processo cuja eventual deficiência (do todo ou de um produto específico) comprometerão o desempenho da via concedida. Os serviços integrantes do escopo contratual encontram-se apresentados



a seguir e deverão ser desenvolvidos em conformidade com as condições expressas neste termo de referência. Cabe ao Verificador Independente:

2.2.1. Acompanhamento e processamento dos dados fornecidos pela Concessionária objetivando gerar subsídios para avaliar o desempenho da Concessão, no que tange às obras e serviços necessários ao atendimento às exigências do Quadro de Indicadores de Desempenho - QID, constante do ANEXO III do Edital de Licitação Concorrência 001/2006 – CGPE e 3º Termo Aditivo ao Contrato CGPE nº 001/2006 e alterações posteriores;

2.2.2. Levantamento dos dados necessários à aferição permanente dos serviços e obras programados para atendimento ao Quadro de Indicadores de Desempenho - QID, utilizando-se das informações a serem fornecidas pela fiscalização (SEPLAG ou ARPE), pela CRC e/ou por prospecção do próprio VERIFICADOR INDEPENDENTE;

2.2.3. Aferir o desempenho da Concessionária, atribuindo a Nota do QID (NQID) relativa a cada indicador, conforme Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), constante do Anexo III do Edital de Concorrência nº 001/2006 – CGPE (Anexo I do Contrato CGPE nº 001/2006);

2.2.4. Analisar os relatórios emitidos pela Concessionária, apresentando as respectivas análises como anexos dos relatórios mensais a serem apresentados pelo Verificador Independente;

2.2.5. Sinalizar ao Poder Concedente, quando da análise dos relatórios ou das visitas de campo, no prazo de 3 (três) dias a partir da ocorrência do fato, o não cumprimento de preceitos contratuais ou legais por parte da Concessionária, em especial no que tange às obrigações previstas no Anexo IV – Programa de Exploração Rodoviária (PER) do Edital de Concorrência nº 001/2006 – CGPE (Anexo I do Contrato CGPE nº 001/2006);

2.2.6. Emitir, até o 5º dia do mês subsequente ao vencido, Relatório Mensal de Aferição de Desempenho que indique a Nota do QID (NQID) da Concessionária relativa ao mês vencido, detalhando o cálculo da Nota de cada um dos indicadores previstos no Quadro de Indicadores de Desempenho, bem como apresentando a análise dos relatórios emitidos pela Concessionária;

2.2.7. Enviar, no 1º dia útil de cada mês, a programação mensal de aferições e verificações de campo no referido mês.

2.2.8. Elaborar estudos técnicos relativos aos temas afetos ao Quadro de Indicadores de Desempenho, quando demandados pela gestão contratual, para subsidiar a solução de divergências de ordem técnica entre o Poder Concedente e a Concessionária.

2.2.9. Analisar e emitir manifestação de conferência prévia acerca do cálculo do compartilhamento de risco de tráfego da Concessionária com o Poder Concedente, quando houver.

### 3. **DA JUSTIFICATIVA**

3.1. Considerando que o Estado de Pernambuco, por intermédio do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – CGPE, atualmente denominado Conselho do Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco – CPPPE, realizou, em dezembro de 2006, mediante Concessão Patrocinada, a contratação da Via Parque, atualmente denominada Concessionária Rota dos Coqueiros, pelo período de concessão de 33 anos e seis meses, contados a partir da data de assinatura do contrato CGPE nº 001/2006.

3.2. Considerando que a Cláusula 62, XII do Contrato CGPE nº 001/2006, determina que cabe ao Poder Concedente substituir o Verificador Independente no encerramento dos respectivos contratos celebrados.

3.3. Considerando que o Verificador Independente é a empresa selecionada pelo Poder Concedente, mediante licitação, responsável pelo monitoramento permanente do processo de aferição de performance da concessionária contratada, mediante a utilização do sistema de Quadro de Indicadores de Desempenho (constantes no Anexo III – Quadro de Indicadores de Desempenho, do Edital de Concorrência nº 001/2006 – CGPE), e para certificação da aferição que resultará na nota que determinará o percentual de cumprimento dos índices previstos do supracitado Quadro de Indicadores de Desempenho.

3.4. Considerando que a vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 003/2017, relativo à contratação do Verificador Independente se encerra em janeiro de 2022, faz-se necessário a realização de novo processo licitatório para a contratação do Verificador Independente, nos termos da cláusula 62, XII, do Contrato CGPE nº 001/2006.

3.5. Considerando a existência de remuneração por parte da Concessionária através de parcela variável, em função de desempenho dos serviços disponibilizados e executados pela operadora, torna-se indispensável a figura de uma entidade autônoma em relação às partes (Poder Concedente e Concessionária). Assim, não se mantendo vinculada à Concessionária, nem ao Estado, a empresa no papel de Verificador Independente é responsável por monitorar, de forma técnica e imparcial, a performance nas dimensões operacional, ambiental, financeira e social através de indicadores previamente estabelecidos contratualmente.

3.6. Considerando que o monitoramento e avaliação contínua da qualidade dos serviços prestados pela Concessionária são previstos no Contrato de Concessão e, em função disso, se dispõe desses documentos para consulta e análise pelos interessados em participar do presente processo licitatório.

3.7. Considerando que o quantitativo a ser demandado pela administração pública foi pautado no histórico de prestação de serviço associado ao monitoramento e fiscalização da referida concessão patrocinada, considerando ainda a atualização e adequação do conjunto de atividades descritas neste Termo de Referência, conforme detalhado no ANEXO A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA e no ANEXO B - ESTIMATIVA DE CUSTOS POR RELATÓRIO.

3.8. Considerando que não se aplica ao objeto da presente licitação a divisão em lotes, haja vista que a divisão do objeto contratado traria prejuízos ao bom andamento do trabalho a ser realizado;

3.9. Considerando que foram adotados requisitos de qualificação técnica relativos aos trabalhos mais relevantes a serem desempenhados pela contratada, representando, em termos financeiros, 40,1% do objeto contratado;

3.10. Considerando que a modalidade de licitação escolhida destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, os quais são entendidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002 e que o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamentou a referida Lei, inclui expressamente, entre os serviços comuns, os serviços comuns de engenharia;

3.11. Considerando que o Tribunal de Contas, no Processo TC Nº 1005177-6, elenca as premissas que devem ser consideradas para a caracterização de um objeto como comum para fins de pregão, *in verbis* :

(a) Para que um objeto possa ser caracterizado como comum para fins do pregão, há de observar, cumulativamente, as seguintes premissas:

(a.1) que a técnica envolvida em seu fornecimento, produção ou execução seja conhecida e dominada pelo específico mercado de ofertantes, seja o objeto simples ou complexo tecnologicamente, com ou sem especificidades técnicas, feito ou não sobre encomenda;

(a.2) que as suas especificações, definidas em edital, por si só viabilizem o julgamento objetivo das propostas consoante o critério do menor preço;

(a.3) que a estrutura procedimental do pregão, mais sumária e célere do que a prevista para as demais modalidades licitatórias, não seja fator comprometedor da segurança e certeza na avaliação das suas características primordiais.

(b) Observadas as premissas firmadas para a caracterização do objeto licitado no conceito de comum, e inexistindo-se vedação expressa em lei local ou em norma regulamentar do ente federativo responsável pela licitação, as obras, os serviços de engenharia e os serviços de informática podem ser validamente licitados através da modalidade pregão.

#### 4. VIGÊNCIA, LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. As aferições indicadas neste Termo de Referência serão realizadas na área concedida à Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., compreendendo as praças de pedágio de Itapuama e Barra de Jangada, a Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior e a Rodovia PE-024, situados no bairro de Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes-PE, e bairro do Paiva, Cabo de Santo Agostinho-PE.
- 4.2. O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei Federal 8.666/93, a contar da data da assinatura do contrato.
- 4.3. O prazo de execução deste Contrato inicia com a Ordem de Serviço e se encerra com o fim de sua vigência.
- 4.4. Após a emissão da Ordem de serviço, a Contratada terá um prazo de 7 (sete) dias corridos para iniciar os serviços.

## 5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1. A aferição do desempenho da Concessionária é determinada pela metodologia prevista no Quadro de Indicadores de Desempenho (QID) – Anexo III do Edital de Concorrência nº 001/2006 – CGPE (Anexo I do Contrato CGPE nº 001/2006).
- 5.2. Quaisquer modificações metodológicas na aferição de desempenho constante no QID realizadas via celebração de Termo Aditivo ao Contrato CGPE nº 001/2006 que não ensejem o aumento de custos dos serviços prestados pelo Verificador Independente deverão ser acatadas por este na elaboração dos relatórios mensais.
- 5.3. A aferição de desempenho da Concessionária compreende a avaliação de 20 indicadores de desempenho, divididos em quatro áreas com os respectivos pesos, são elas:
- Nota do Indicador Operacional (Peso 60%)
  - Nota do Indicador Ambiental (Peso 20%)
  - Nota do Indicador Financeiro (Peso 10%)
  - Nota do Indicador Social (Peso 10%)
- 5.4. A Nota do QID resulta das notas obtidas acima, compreendendo um valor entre 0 e 10. A Nota do QID para os indicadores operacionais é calculada para cada um dos segmentos do empreendimento concedido por força do Contrato CGPE nº 001/2006, com seus respectivos pesos, a ser comunicado pelo Poder Concedente.
- 5.5. Durante o período de execução de obras de implantação da rodovia (melhorias e ampliação) em determinado segmento, o indicador operacional de desempenho de nível de serviço não será aferido e a Concessionária receberá Nota do QID operacional máxima no segmento homogêneo. O processo de aferição dos indicadores operacionais de desempenho ocorrerá assim que as obras forem entregues e aceitas pelo CPPPE.
- 5.6. Caso em algum período, o tráfego da RODOVIA atinja o Nível de Serviço igual ou inferior a D, decorrente de incidentes e acidentes, que não sejam decorrentes de falhas de operação e de manutenção da CONCESSIONÁRIA, não será considerado para a aferição o indicador de Nível de Serviço.
- 5.7. Para a avaliação dos indicadores operacionais, havendo cumprimento de todos os requisitos, a NOTA DO QID do subgrupo será 10 (dez) e em caso contrário, caso exista descumprimento de algum um dos requisitos, a NOTA DO QID será diretamente proporcional aos itens cumpridos, por segmento homogêneo, conforme previsto no Contrato CGPE nº 001/2006. Os quesitos avaliados para os indicadores operacionais são descritos abaixo e o peso aplicado para cada indicador operacional deverá ser adotado conforme ilustra o quadro a seguir:

1. Nível de Serviço;	7. Indicador IGG;
2. Buracos e Painéis;	8. Afundamento de Trilha de Roda;
3. Sinalização Horizontal;	9. Drenagem Superficial;
4. Sinalização Vertical;	10. Drenagem Subterrânea; e

5. Índice Crítico;	11. Deflexão.
6. Indicador IRI;	

5.8. Quanto aos indicadores ambientais, financeiros e sociais, para cada subgrupo, havendo cumprimento de todos os requisitos, a NOTA DO QID de cada subgrupo será 10 (dez), com peso em relação à NOTA DO QID de, respectivamente, 20% (vinte por cento), 10% (dez por cento) e 10% (dez por cento). Caso exista descumprimento de algum um dos requisitos, NOTA DO QID será proporcional aos quesitos atendidos nos subgrupos. O peso aplicado para cada indicador deverá ser adotado conforme ilustra o quadro da página a seguir:

5.9. Para fim de aplicação da nota em cada indicador de desempenho, devem ser seguidos os seguintes critérios, conforme o caso:

“Ótimo” equivale a uma nota para o Indicador em questão igual a 10 (dez);

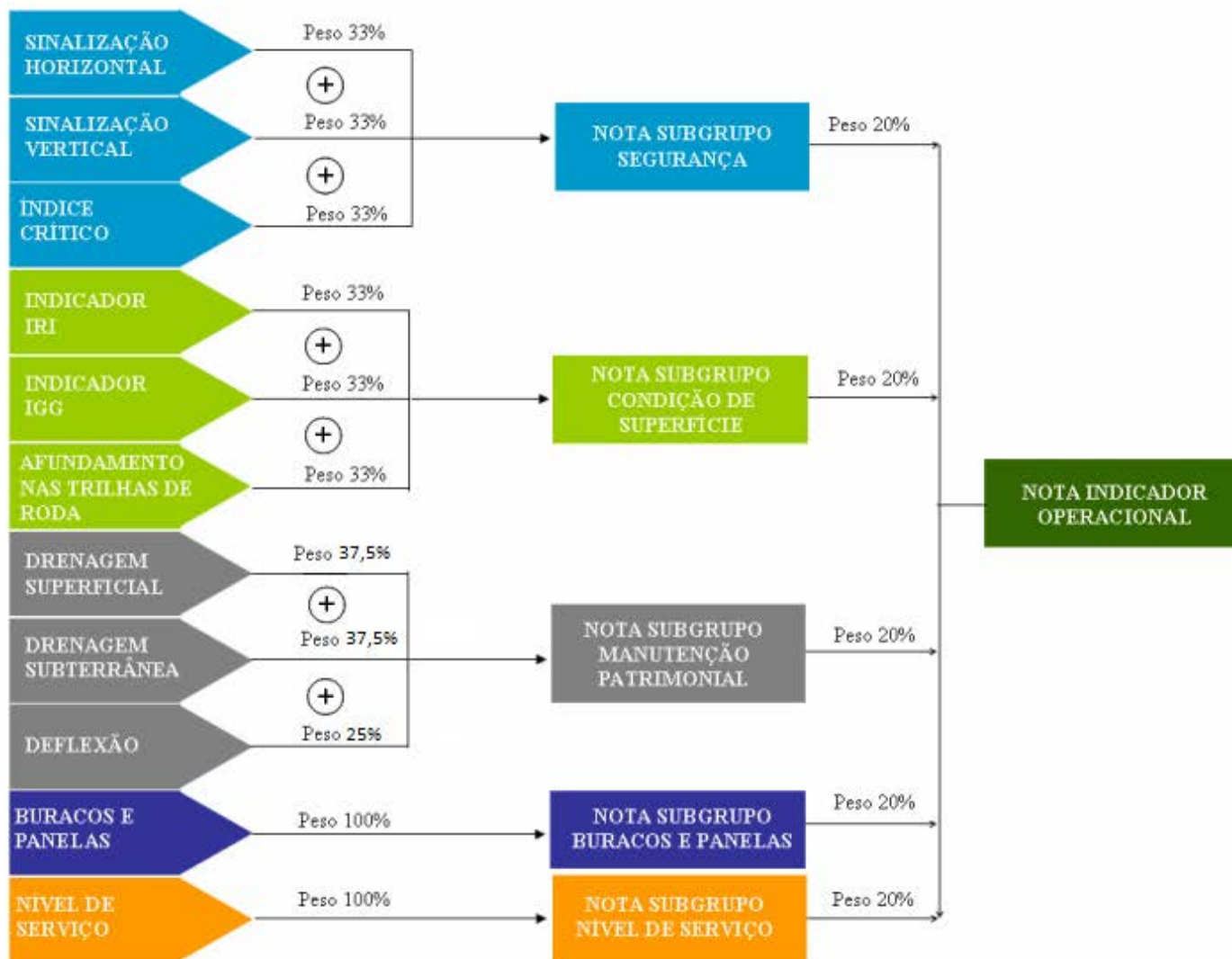
“Regular” equivale a uma nota para o Indicador em questão igual a 5 (cinco);

“Ruim” equivale a uma nota para o Indicador em questão igual a 0 (zero);

OU

“Atende” equivale à nota 10 (dez) para o Indicador em questão; e

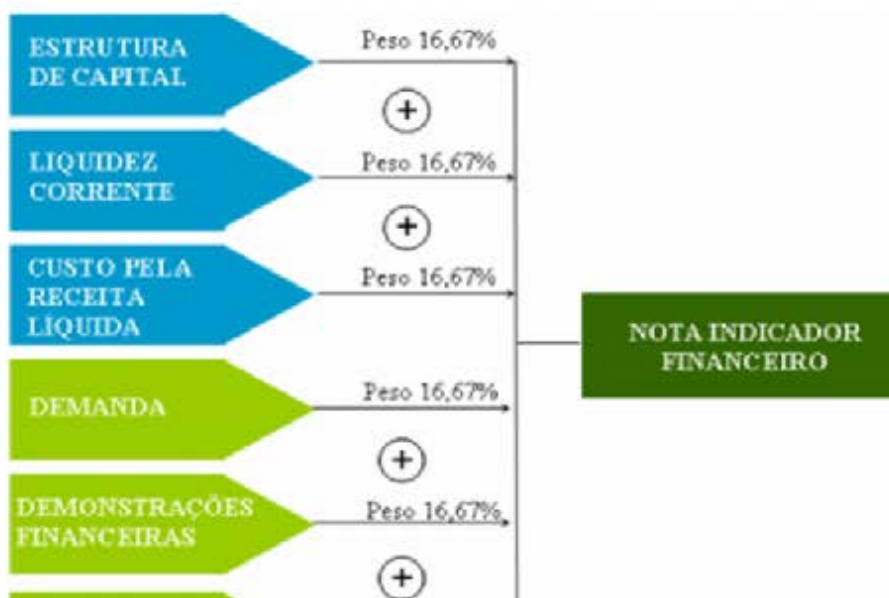
“Não Atende” equivale à nota 0 (zero) para o indicador em questão

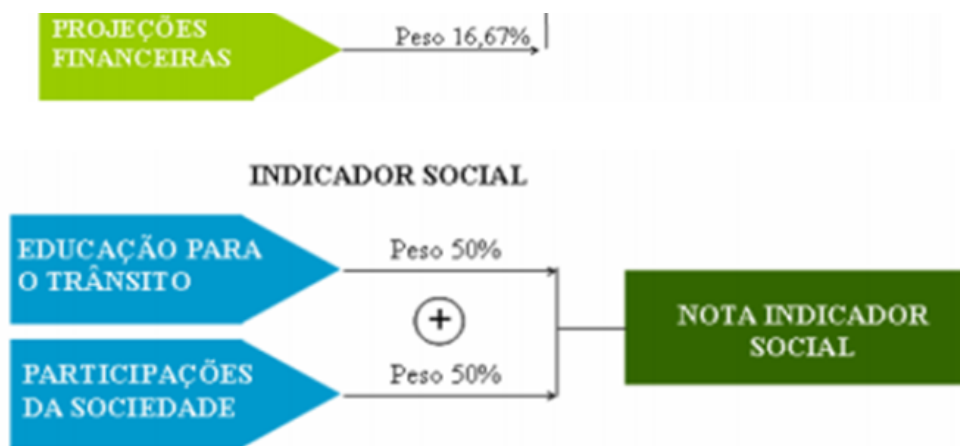


#### INDICADOR AMBIENTAL



#### INDICADOR FINANCEIRO





#### 5.10. Indicador Operacional

##### 5.10.1. NÍVEL DE SERVIÇO

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** Horas
- **Forma de medição:** Número de horas que o segmento atingiu o Nível de Serviço D
- **Periodicidade da aferição:** Mensal
- **Fonte de coleta de dados:** Equipamentos de contagem de tráfego da Concessionária, operados pelo Verificador Independente.
- **Nota/conceito no QID:** Deve ser inferior a 50 horas, exceto em períodos pré-estabelecidos de execução de obras.
- **Nota apurada:** (atende ou não atende) por segmento homogêneo;
- **Descrição:** O Nível de Serviço é um indicador determinado pelo HCM (*Highway Capacity Manual*), do Banco Mundial. Esse indicador é calculado da seguinte maneira:
  - ·Divisão da RODOVIA em segmentos homogêneos;
  - ·Levantamento de dados sobre a velocidade;
  - ·Levantamento dos dados classificados a partir do fluxo de veículos;
  - ·Cálculo da capacidade e dos fluxos máximos de serviços característicos dos limites de cada nível de serviço; e
  - ·Determinação do nível de serviço em cada período de análise com base nos procedimentos do HCM.
- **Observação:** Os dados para avaliação deste indicador serão obtidos através da instalação de equipamentos eletrônicos, em cada segmento homogêneo, capazes de obter direta ou indiretamente o fluxo de veículos por hora. Deve-se, no entanto, considerar períodos em que, tendo em vista a realização de obras, ordinárias ou não, o nível de serviço inevitavelmente será inferior à qualidade contratada. Nesse caso, atenta-se que o verificador deve analisar e aprovar (ou não) o projeto da CONCESSIONÁRIA para solucionar o problema. Durante o período de execução programada das obras (cronograma de obras), os indicadores operacionais de desempenho não serão aferidos.

Caso a nota apurada para esse indicador em determinado segmento homogêneo seja "Não Atende", a avaliação dos demais indicadores operacionais não prossegue, ficando a CONCESSIONÁRIA com uma nota final da área operacional igual à zero para aquele segmento homogêneo.

### 5.10.2. BURACOS E PANELAS

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** Buracos e panelas por segmento
- **Forma de medição:** Número de buracos e panelas por segmento
- **Periodicidade da aferição:** Semanal
- **Fonte de coleta de dados:** Verificador Independente
- **Nota/conceito no QID:** O numero de buracos e panelas por segmento homogêneo deve ser igual a zero.
- **Nota apurada:** (atende ou não atende) por segmento homogêneo;
- **Descrição:** As panelas são cavidades formadas inicialmente no revestimento do pavimento e que possuem dimensões e profundidades variadas. O defeito é muito grave, pois afeta estruturalmente o pavimento, permitindo o acesso das águas superficiais ao interior da estrutura. Também é grave do ponto de vista funcional, já que afeta a irregularidade longitudinal e, como consequência, a segurança do tráfego, e o custo do transporte.
- **Observação:** O Verificador Independente irá inspecionar semanalmente cada segmento homogêneo do trecho rodoviário concedido.

Esta inspeção envolve:

- Contagem de buracos e panelas; e
- Registro das ocorrências através de relatório contendo o segmento homogêneo inspecionado, km do local da ocorrência e respectiva foto.

### 5.10.3. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** mcd/lux/m<sup>2</sup>
- **Forma de medição:** Índice de Retrorefletância (IR)
- **Periodicidade da aferição:** Semestral
- **Fonte de coleta de dados:** Verificador Independente
- **Nota/conceito no QID:** Os parâmetros desses índices são:
  - o Bom:  $IR \geq 100 \text{ mcd/lux/m}^2$
  - o Regular:  $80 \text{ mcd/lux/m}^2 \leq IR < 100 \text{ mcd/lux/m}^2$
  - o Ruim:  $IR < 80 \text{ mcd/lux/m}^2$
- **Nota apurada:** Bom/Regular/Ruim (por segmento homogêneo);
- **Descrição:** A sinalização horizontal se refere à sinalização viária estabelecida por meio de marcações ou de dispositivos auxiliares implantados no pavimento e tem como finalidades básicas: canalizar os fluxos de tráfego; suplementar a sinalização vertical, principalmente de regulamentação e de advertência; e, em alguns casos, servir como meio de regulamentação (proibição), o que não seria eficaz por intermédio de outro dispositivo. A qualidade da sinalização horizontal será avaliada a partir do seu índice de retrorefletância.
- **Observação:** A sinalização horizontal de cada segmento homogêneo deverá ser avaliada semestralmente utilizando-se o equipamento retrorefletômetro.

O plano de amostragem deverá seguir os critérios da norma NBR 14723 - Sinalização horizontal viária – Medição de retrorrefletividade utilizando equipamento manual com geometria de 15 m – Método de ensaio ou a norma que a vier a substituir.

#### 5.10.4. SINALIZAÇÃO VERTICAL

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** Número de placas
- **Forma de medição:** Contagem de placas
- **Periodicidade da aferição:** Trimestral
- **Fonte de coleta de dados:** Verificador Independente
- **Nota/conceito no QID:** Para cada segmento haverá uma quantidade parâmetro de placas. Os parâmetros desse índice são:
  - o Bom: Nº de placas = Qtd. especificada;
  - o Regular: Nº de placas  $\geq$  90% da Qtd. especificada;
  - o Ruim: Nº de placas  $<$  90% da Qtd. especificada;
- **Nota apurada:** Bom/Regular/Ruim (por segmento homogêneo);
- **Descrição:** A sinalização vertical se refere à sinalização viária estabelecida através da comunicação visual por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela. A referida sinalização tem como finalidade: a regulamentação do uso da via, a advertência para situações potencialmente perigosas ou problemáticas do ponto de vista operacional, o fornecimento de indicações, orientações e informações aos usuários, além do fornecimento de mensagens educativas. A qualidade da sinalização vertical será avaliada a partir do seu índice de retrorrefletância, conforme critérios constantes na NBR 15426 - Sinalização vertical viária - Método de medição da retrorrefletividade utilizando retrorrefletômetro portátil e a NBR 14644 - Sinalização vertical viária Películas – Requisitos ou normas que vierem a substituí-las.
- **Observações:** O Verificador Independente deverá aferir o indicador trimestralmente, conforme projeto de sinalização vertical aprovado. A verificação deverá contemplar, para cada segmento homogêneo:
  - o Quantidade de sinalizações válidas, ou seja, placas existentes no local planejado e aprovado em projeto com índice de retrorrefletância adequado;
  - o Local (km) em que há ausência da sinalização planejada;
  - o Local (km) em que a sinalização não se encontra em condições adequadas com respectiva foto;
  - o Local (km) em que existe uma sinalização, mas não é a aprovada pelo DER/PE com respectiva foto;
  - o O mato/capim na área da placa não pode interferir na visibilidade da placa. Dessa forma, a placa em cuja área o mato/capim estiver acima de 60 cm de altura não será considerada uma sinalização válida para fins de contagem de placas.

#### 5.10.5. ÍNDICE CRÍTICO

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** Adimensional



- **Forma de medição:** Índice de acidentes por segmento de rodovia (IC)
- **Periodicidade da aferição:** Mensal
- **Fonte de coleta de dados:** Dados de acidentes fornecidos pela Concessionária
- **Nota/conceito no QID:** O parâmetro desse índice é obtido por meio do cálculo do Índice Crítico, utilizando a média móvel do número de acidentes dos últimos 12 meses:
  - o Bom:  $IC < 1,4 * x_i$
  - o Regular:  $1,4 * x_i \leq IC < 1,7 * x_i$
  - o Ruim:  $IC \geq 1,7 * x_i$
- **Nota apurada:** Bom/Regular/Ruim (por segmento homogêneo);
- **Descrição:** Esse índice apura e controla a quantidade de acidentes fatais e não fatais ocorridos na rodovia, objetivando reduzir o número de acidentes relacionados a problemas operacionais, por deformação do pavimento, erros de engenharia, falhas de sinalização ou de iluminação. Esse é um índice que assegura a Qualidade de Segurança no Tráfego e é medido quantificando-se o número de acidentes a cada segmento da rodovia, de acordo com a classificação de acidentes do DNIT.
- **Observações:** O Índice Crítico será calculado conforme metodologia de identificação dos segmentos críticos do DNIT.

A variável  $x_i$  (i refere-se ao ano da concessão) corresponde ao coeficiente de redução do IC:  $x_2 = 1$ ,  $x_3 = 0,95$ ,  $x_4 = 0,90$ ,  $x_5 = 0,85$ ,  $x_6 = 0,80$ ,  $x_7 = 0,78$ ,  $x_8 = 0,76$ ,  $x_9 = 0,74$ ,  $x_{10} = 0,72$ ,  $x_{11} = 0,70$ ,  $x_{12} = 0,70$ ,  $x_{13} = 0,68$ ,  $x_{14} = 0,66$ ,  $x_{15} = 0,64$ ,  $x_{16} = 0,62$ ,  $x_{17}$  a  $x_{25} = 0,60$ .

O Verificador Independente deverá indicar se a Concessionária antecipou o nível de IC estabelecido como "Bom" em pelo menos um ano (por exemplo, no ano 4, consiga operar com  $x_5$  ou  $x_6$ ).

Caso a Concessionária antecipe o nível de IC estabelecido como "Bom" em pelo menos um ano (por exemplo, no ano 4, consiga operar com  $x_5$  ou  $x_6$ ), e a Nota do QID média dos últimos 12 meses seja superior a 9,0, a Concessionária estará operando com desempenho excepcional conforme definido na Cláusula 59 do Contrato CGPE nº 001/2006.

#### 5.10.6. INDICADOR IRI

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** m/km
- **Forma de medição:** Movimento acumulado da suspensão do veículo/Distância percorrida pelo veículo durante a medição
- **Periodicidade da aferição:** Semestral
- **Fonte de coleta de dados:** Verificador Independente
- **Nota/conceito no QID:** Os parâmetros desse índice são:
  - o Bom:  $IRI \leq 3,5$  m/km
  - o Regular:  $3,5$  m/km  $< IRI < 4,5$  m/km
  - o Ruim:  $IRI \geq 4,5$  m/km
- **Nota apurada:** Bom/Regular/Ruim (por segmento homogêneo)
- **Descrição:** O IRI (International Roughness Index) é uma escala de referência transferível para todos os sistemas de medição e que surgiu a partir de uma pesquisa internacional de medição de irregularidade, realizada em Brasília no ano de 1982.

- **Observações:** O IRI é definido matematicamente a partir de um perfil levantado por equipamentos a laser (nível e mira ou equipamento similar), nas trilhas de roda, visando simular os movimentos verticais induzidos no deslocamento de um quarto-de-carro. O índice é expresso pela relação entre os movimentos acumulados da suspensão do veículo e a distância percorrida pelo veículo.

#### 5.10.7. INDICADOR IGG

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** Adimensional
- **Forma de medição:** Índice combinado de falhas (ponderação das falhas)
- **Periodicidade da aferição:** Semestral
- **Fonte de coleta de dados:** Verificador Independente
- **Nota/conceito no QID:** Os parâmetros desse índice são:
  - o Bom:  $IGG \leq 20$
  - o Regular:  $20 < IGG < 80$
  - o Ruim:  $IGG \geq 80$ :
- **Nota apurada:** Bom/Regular/Ruim (por segmento homogêneo)
- **Descrição:** O IGG (Índice de Gravidade Global, conforme NORMA DNIT 006/2003 - PRO) é um indicador derivado do "Severity Index" utilizado no Canadá pelo Saskatchewan Department of Highways and Transportation, e adaptado pelo Engenheiro Armando Martins Pereira para as condições dos pavimentos brasileiros. Esse indicador permite classificar o estado geral de determinado pavimento. A sistemática de cálculo do IGG é baseada na atribuição de pesos ou fatores de ponderação aplicáveis a cada evento mensurado (frequência relativa de estações com ocorrência de cada tipo de defeito e parâmetros ligados à análise estatística das flechas nas trilhas de roda), pesos esses que buscam caracterizar sua influência sobre a serventia do pavimento.
- **Observações:** Nesse método, são definidas estações de ensaio, as quais representarão a parte da área total do pavimento que será analisada. Em cada estação de ensaio, um técnico treinado identifica os diferentes tipos de defeitos e anota em uma ficha de campo a configuração de terraplenagem e a presença ou não de cada um dos tipos de falha. Observe-se que não será indicada a quantidade de cada tipo de defeito em cada estação, mas apenas será identificada sua presença. Adicionalmente, o técnico mede a flecha nas trilhas de roda externa e interna, expressa em mm. Os dados coletados são então processados, separando-se os segmentos com características homogêneas (mesmo tipo de constituição de estrutura, mesmo tipo de revestimento, base, sub-base e subleito, o mesmo tipo de materiais constituintes das camadas e espessuras, a mesma incidência de tráfego e a mesma situação climática). Em seguida, determina-se a frequência absoluta e relativa das falhas anotadas, a média aritmética e a variância das flechas nas trilhas de roda. Para os eventos detectados (defeito ou parâmetro estatístico das flechas) deve-se atribuir um peso ou ponderação, que exprima sua maior ou menor importância no que diz respeito à serventia. O produto da frequência relativa de cada defeito (e também da média e variância das flechas) pelo seu fator de ponderação resulta no Índice de Gravidade Individual (IGI) correspondente ao evento, ou seja: a fração do IGG afetada pelo evento. A somatória de todos os valores de IGI representa o valor do IGG a ser atribuído ao segmento homogêneo.

#### 5.10.8. AFUNDAMENTO DE TRILHA DE RODA

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** mm
- **Forma de medição:** Medição manual da profundidade da trilha

- **Periodicidade da aferição:** Semestral
- **Fonte de coleta de dados:** Verificador Independente
- **Nota/conceito no QID:** Os parâmetros desse índice são:
  - o Bom: Flecha  $\leq 4$  mm
  - o Regular:  $4 \text{ mm} < \text{Flecha} < 8 \text{ mm}$
  - o Ruim: Flecha  $\geq 8 \text{ mm}$
- **Nota apurada:** Bom/Regular/Ruim (por segmento homogêneo)
- **Descrição:** Afundamento em trilha de roda se refere à deformação permanente caracterizada por depressão da superfície do pavimento, acompanhada ou não, de solevamento, podendo se apresentar sob a forma de afundamento plástico ou afundamento por consolidação. O afundamento plástico é uma depressão formada nas trilhas de roda caracterizada por um afundamento na região solicitada e um solevamento lateral. O afundamento por consolidação é uma depressão do revestimento que se forma na região onde se dá a passagem das cargas, isto é, nas trilhas de roda. Em sua fase inicial, essa falha só é perceptível após a ocorrência de chuva, pois os sulcos ficam preenchidos por água.
- **Observações:** O Verificador Independente deverá, em sua inspeção semestral, medir e reportar a profundidade das trilhas de roda que venham a existir no segmento homogêneo. O km inicial e final da trilha de roda no segmento homogêneo deve ser reportado e fotografado. A medição pode ser feita através de levantamento manual (normalmente efetuado de dentro do veículo que circula em baixa velocidade (3 a 10 km/h) no acostamento da rodovia).

#### 5.10.9. DRENAGEM SUPERFICIAL

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** Adimensional
- **Forma de medição:** Drenagem com ou sem obstrução
- **Periodicidade da aferição:** Semestral
- **Fonte de coleta de dados:** Verificador Independente
- **Nota/conceito no QID:** existência ou não de obstruções.
- **Nota apurada:** Bom funcionamento da drenagem superficial (resposta: atende ou não atende)
- **Descrição:** Esse índice apura a qualidade na drenagem, no escoamento das águas do pavimento e na faixa de domínio do segmento homogêneo, o qual assegura a Qualidade do Pavimento.
- **Observações:** O sistema de drenagem superficial é fundamentalmente composto por sarjetas, canaletas, caixas de passagem, bocas de lobo, drenos sub horizontais etc. (céu aberto). O Verificador Independente deve inspecionar semestralmente as canaletas de drenagem ao longo da rodovia, devendo reportar para cada segmento homogêneo os eventuais pontos de obstrução, sua localização e respectiva foto. A existência de obstrução faz com que o indicador tenha nota zero no segmento analisado, independentemente da avaliação do sistema de drenagem subterrâneo.

#### 5.10.10. DRENAGEM SUBTERRÂNEA

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** Adimensional
- **Forma de medição:** Área Livre de Assoreamento (ALA)
- **Periodicidade da aferição:** Semestral

- **Fonte de coleta de dados:** Verificador Independente
- **Nota/conceito no QID:** Os parâmetros são:
  - o Bom:  $ALA \geq 95\%$
  - o Regular:  $95\% > ALA > 80\%$
  - o Ruim:  $ALA \leq 80\%$
- **Nota apurada:** Bom/Regular/Ruim (por segmento homogêneo) - essa nota está sujeita ao bom funcionamento da drenagem superficial
- **Descrição:** Esse índice apura a qualidade na drenagem, no escoamento das águas do pavimento e na faixa de domínio do segmento homogêneo, o qual assegura a Qualidade do Pavimento.

Para fins de cálculo, o a Área Livre de Assoreamento é representada pela seguinte fórmula:

$$ALA = (ATG - AA) / ATG \quad \text{Onde:}$$

ATG = área total da seção transversal da galeria  
galeria assoreada

AA = área da seção transversal da

- **Observações:** O sistema de drenagem subterrânea é fundamentalmente composto por bueiros de plataforma e profundos, galerias, etc. (galerias fechadas). O Verificador Independente deve inspecionar semestralmente a drenagem subterrânea, sendo que a nota apurada pela drenagem subterrânea está sujeita aprovação da drenagem superficial. Deverão ser verificadas as saídas de cada galeria existentes em cada segmento homogêneo.

#### 5.10.11. DEFLEXÃO

- **Área:** Operacional
- **Unidade de medida:** mm
- **Forma de medição:** Levantamento deflectométrico
- **Periodicidade da aferição:** Anual
- **Fonte de coleta de dados:** Verificador Independente
- **Nota/conceito no QID:** Os parâmetros desse índice são:
  - o Bom: Deflexão  $\leq 75$  mm
  - o Regular:  $75 \text{ mm} < \text{Deflexão} < 90$  mm
  - o Ruim: Deflexão  $\geq 90$  mm
- **Nota apurada:** Bom/Regular/Ruim (por segmento homogêneo)
- **Descrição:** A deflexão de um pavimento representa a resposta das camadas estruturais e do subleito à aplicação do carregamento. Quando uma carga é aplicada em um ponto (ou uma área) da superfície do pavimento, todas as camadas fletam devido às tensões e às deformações geradas pelo carregamento. Os pavimentos mais saudáveis estruturalmente fletam menos do que outros pavimentos mais debilitados. A significativa diferença na "resposta" entre os pavimentos saudáveis e debilitados indica os efeitos no desempenho estrutural. Assim sendo, pavimentos com deflexões mais baixas suportam maior número de solicitações de tráfego.
- **Observações:** A avaliação das condições estruturais é feita a partir da execução das seguintes atividades: levantamento deflectométrico com Falling Weight Deflectometer (FWD) ou outro equipamento que venha a substituí-lo em decorrência da evolução tecnológica; avaliação dos módulos resilientes para as condições in situ por meio de técnicas de retroanálise; e cálculo de tensões, deformações e deslocamentos em pontos críticos de cada estrutura, sob a ação do eixo-

padrão. De acordo com o levantamento defletoométrico por segmento, o operador privado obterá conceito bom, regular ou ruim.

## 5.11. Indicador Ambiental

### 5.11.1. INDICADOR AMBIENTAL

- **Área:** Ambiental
- **Unidade de medida:** Adimensional
- **Forma de medição:** Qtd. de exigências atendidas/Qtd. total de exigências (IA)
- **Periodicidade da aferição:** Anual
- **Fonte de coleta de dados:** Comprovações apresentadas pela Concessionária
- **Nota/conceito no QID:** Os parâmetros desse índice são:
  - o Bom: IA = 100%
  - o Regular:  $100\% > IA \geq 70\%$
  - o Ruim: IA < 70%
- **Nota apurada:** Bom/Regular/Ruim (por segmento homogêneo)
- **Descrição:** O indicador ambiental objetiva avaliar anualmente o atendimento das exigências ambientais por parte da Concessionária. Para tanto, é necessário verificar se as exigências constantes nas Licenças de Operação (LO) emitidas pelo órgão ambiental (CPRH) para a Concessionária estão sendo atendidas.
- **Observações:** O indicador diz respeito a toda e qualquer Licença de Operação (LO) necessária ao desempenho das atividades da Concessionária, objetivando o pleno atendimento das exigências ambientais.

## 5.12. Indicador Social

### 5.12.1. EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

- **Área:** Social
- **Unidade de medida:** N/A
- **Forma de medição:** Verificação
- **Periodicidade da aferição:** Anual
- **Fonte de coleta de dados:** Comprovações apresentadas pela Concessionária
- **Nota/conceito no QID:** Caso esse indicador não seja atendido, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero nesse subgrupo.
- **Nota apurada:** (Atende ou não atende)
- **Descrição:** O objetivo desse indicador é promover a capacitação de professores multiplicadores para a adoção de currículo interdisciplinar sobre segurança e educação para o trânsito nas escolas lindeiras à RODOVIA, nos termos do Capítulo VI, artigo 76 do Código de Trânsito Brasileiro. No processo de capacitação deverá ser disponibilizado para as escolas e alunos, material de apoio didático. Deverão ser treinados no primeiro ano, 100% dos professores cujas escolas se situam às margens da rodovia até 1 km de distância, o restante dos professores das escolas situadas até 5 km da RODOVIA, serão treinados nos dois anos seguintes. Semestralmente, haverá acompanhamento do desenvolvimento do programa nas escolas, com a proposição de ações educativas que venham a

solidificar o ensino, tais como concursos, palestras, bem como outros cursos para professores, ou até a repetição do já ministrado para professores ainda não treinados.

#### 5.12.2. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

- **Área:** Social
- **Unidade de medida:** N/A
- **Forma de medição:** Verificação
- **Periodicidade da aferição:** Anual
- **Fonte de coleta de dados:** Comprovações apresentadas pela Concessionária
- **Nota/conceito no QID:** Caso esse indicador não seja atendido, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero nesse subgrupo.
- **Nota apurada:** (Atende ou não atende)
- **Descrição:** O objetivo desse indicador é desenvolver junto aos usuários e comunidade lindeira à RODOVIA, programas de educação e prevenção de acidentes, buscando sedimentar o processo de conscientização e a formação de hábitos seguros no trânsito, levando em conta a realidade e características do público a ser atingido, de acordo com o Capítulo VI, artigo 75 e 78 do Código de Trânsito Brasileiro.

Nestes programas, poderão ser realizados comandos educativos nos moldes de blitzes, palestras e cursos para a comunidade, dentre outras ações.

#### 5.13. Indicador Financeiro

##### 5.13.1. ESTRUTURA DE CAPITAL

- **Área:** Financeira
- **Unidade de medida:** Adimensional
- **Forma de medição:** (Passivo circulante + Exigível em longo prazo)/passivo total (%)
- **Periodicidade da aferição:** Anual
- **Fonte de coleta de dados:** Demonstrações Financeiras Auditadas
- **Nota/conceito no QID:** Caso essa informação não seja fornecida, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero no subgrupo financeiro.
- **Nota apurada:** (Atende ou não atende)
- **Descrição:** A estrutura de capital avalia a alavancagem financeira da Concessionária.
- **Observações:** O Verificador Independente deverá apresentar em seu relatório o cálculo da estrutura de capital, conforme indicado na “Forma de medição” do presente indicador para o referido ano, bem como o cálculo para os 3 anos anteriores, apresentando graficamente a evolução do indicador.

##### 5.13.2. LIQUIDEZ CORRENTE

- **Área:** Financeira
- **Unidade de medida:** Adimensional
- **Forma de medição:** Ativo circulante/passivo circulante (%)
- **Periodicidade da aferição:** Anual

- **Fonte de coleta de dados:** Demonstrações Financeiras Auditadas
- **Nota/conceito no QID:** Caso essa informação não seja fornecida, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero no subgrupo financeiro.
- **Nota apurada:** (Atende ou não atende)
- **Descrição:** O índice de liquidez corrente avalia a capacidade da CONCESSIONÁRIA em honrar seus compromissos financeiros de curto prazo.
- **Observações:** O Verificador Independente deverá apresentar em seu relatório o cálculo da Liquidez Corrente, conforme indicado “Forma de medição” do presente indicador para o referido ano, bem como o cálculo para os 3 anos anteriores, apresentando graficamente a evolução do indicador.

#### 5.13.3. CUSTO PELA RECEITA LÍQUIDA

- **Área:** Financeira
- **Unidade de medida:** Adimensional
- **Forma de medição:** Custo total/receita líquida (%)
- **Periodicidade da aferição:** Anual
- **Fonte de coleta de dados:** Demonstrações Financeiras Auditadas
- **Nota/conceito no QID:** Caso essa informação não seja fornecida, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero no subgrupo financeiro.
- **Nota apurada:** (Atende ou não atende)
- **Descrição:** O índice de liquidez corrente avalia a capacidade da CONCESSIONÁRIA em honrar seus compromissos financeiros de curto prazo.
- **Observações:** O Verificador Independente deverá apresentar em seu relatório o cálculo do Custo pela receita líquida, conforme indicado “Forma de medição” do presente indicador para o referido ano, bem como o cálculo para os 3 anos anteriores, apresentando graficamente a evolução do indicador.

#### 5.13.4. DEMANDA

- **Área:** Financeira
- **Unidade de medida:** Veículos Equivalentes Pagantes (VEP)
- **Forma de medição:** Contagem de tráfego
- **Periodicidade da aferição:** Mensal
- **Fonte de coleta de dados:** Relatórios emitidos pela Concessionária
- **Nota/conceito no QID:** Caso essa informação não seja fornecida, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero no subgrupo financeiro.
- **Nota apurada:** (Atende ou não atende)
- **Descrição:** Fluxo de veículos por praça de pedágio.
- **Observações:** O Verificador Independente deverá apresentar em seus relatórios o dado de tráfego do referido mês, por praça de pedágio. Deverão ser apresentados graficamente os dados e a evolução do tráfego nos doze meses anteriores ao mês aferido.

#### 5.13.5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- **Área:** Financeira
- **Unidade de medida:** N/A
- **Forma de medição:** Apresentação
- **Periodicidade da aferição:** Anual
- **Fonte de coleta de dados:** Relatórios emitidos pela Concessionária
- **Nota/conceito no QID:** Caso essa informação não seja fornecida, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero no subgrupo financeiro.
- **Nota apurada:** (Atende ou não atende)
- **Descrição:** A Concessionária deve apresentar, até 30 de abril de cada ano, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo, entre outros, o Relatório da Administração, o Balanço Anual, a Demonstração de Resultados, os Quadros de Origem e Aplicação de Fundos, as Notas Explicativas, com destaque para as Transações com Partes Relacionadas, o Parecer dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal.

#### 5.13.6. PROJEÇÕES FINANCEIRAS

- **Área:** Financeira
- **Unidade de medida:** N/A
- **Forma de medição:** Apresentação
- **Periodicidade da aferição:** Semestral
- **Fonte de coleta de dados:** Relatórios emitidos pela Concessionária
- **Nota/conceito no QID:** Caso essa informação não seja fornecida, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero no subgrupo financeiro.
- **Nota apurada:** (Atende ou não atende)
- **Descrição:** A concessionária deve apresentar, até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre civil, informações atualizadas das projeções financeiras da concessão patrocinada, considerando os resultados reais obtidos desde o início da concessão patrocinada até o semestre anterior e os resultados projetados até o fim do prazo da concessão patrocinada, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração das projeções financeiras contidas no plano de negócios da rodovia.

#### 5.14. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS EMITIDOS PELA CONCESSIONÁRIA

##### 5.14.1. O Contrato CGPE nº 001/2006 exige que a Concessionária apresente os seguinte relatórios:

- Relatório trimestral de informações detalhadas sobre estatísticas de tráfego e acidentes;
- Relatório trimestral de informações detalhadas sobre o estado de conservação da rodovia;
- Relatório trimestral de informações detalhadas sobre a qualidade ambiental ao longo da rodovia;
- Relatório trimestral de informações detalhadas sobre o desempenho das atividades da Concessionária;
- Relatório de situação contábil;
- Demonstrações financeiras;
- Projeções financeiras ;
- Relatório de impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços delegados e complementares;
- Relatório de andamento de processos de desapropriação;



- Relatório de reclamações, respostas e providências;
- Relatório mensal de atividades;
- Demonstrações contábeis trimestrais.

5.14.2. A contratada deverá apresentar em seus relatórios mensais uma análise sobre cada um dos relatórios encaminhados pela Concessionária listados no item 6.14.1 do presente Termo de Referência, sinalizando via correio eletrônico específico ao Poder Concedente caso verifique algum fato que fuja ao transcorrer normal do Contrato CGPE nº 001/2006 ou em caso de ausência de entrega de qualquer dos relatórios em até 3 dias úteis do fato ocorrido.

5.14.3. As análises deverão apresentar ponderações sobre o conteúdo dos relatórios apresentados pela Concessionária, destacando principais pontos desses relatórios.

## 5.15. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

5.15.1. A contratada deverá emitir, até o 5º dia do mês subsequente ao vencido, Relatório Mensal de Aferição de Desempenho que indique a Nota do QID (NQID) da Concessionária relativa ao mês vencido.

5.15.2. O relatório deverá detalhar o cálculo da Nota de cada um dos indicadores, conforme item 6.15.1 do presente Termo de Referência.

5.15.3. O relatório deverá apresentar as análises de cada relatório que a Concessionária deve emitir, conforme item 6.15.1 do presente Termo de Referência.

5.15.4. O relatório deverá ser enviado por correio eletrônico à gestão contratual, em arquivo digital no formato “.pdf”, assinado eletronicamente pela equipe responsável por sua elaboração.

5.15.5. Todos os relatórios apresentados deverão conter o detalhamento de cada nota aplicada, encaminhando em anexo memórias de cálculo ou evidências que subsidiam a nota aplicada, conforme o caso.

5.15.6. Deverão ser encaminhadas mensalmente à gestão contratual, por correio eletrônico, as planilhas eletrônicas que foram utilizadas para a realização dos cálculos apresentados nos relatórios, em arquivo digital no formato “.xlsx” ou similar.

## 5.16. CONFERÊNCIA E CÁLCULO DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO DE TRÁFEGO

5.16.1. A contratada deverá realizar a conferência prévia das faturas de compartilhamento de risco de tráfego emitidas pela Concessionária, a fim de subsidiar eventuais pagamentos ou valores a receber pelo Poder Concedente, em conformidade com o Contrato CGPE nº 001/2006. Para tanto, deverá o Verificador Independente apresentar manifestação prévia acerca da exatidão dos cálculos e da coerência dos dados de tráfego apresentados.

5.16.2. A conferência dos dados de tráfego deverá ser realizada confrontando os dados de tráfego fornecidos pela base de dados das praças de pedágio com os dados obtidos por meio dos analisadores de tráfego utilizados no cálculo do indicador Nível de Serviço.

5.16.3. Para fim de conferência do cálculo do valor das faturas, deverá ser observado o procedimento constante no Contrato CGPE nº 001/2006, em especial as cláusulas 28 e 59.

5.16.4. O Verificador Independente deverá apresentar a conferência prévia em até 2 (dois) dias úteis do envio da fatura, por parte da Concessionária.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. É obrigação da Empresa CONTRATADA, a execução de todos os serviços descritos ou mencionados neste Termo de Referência, ou constantes na planilha orçamentária, fornecendo para tanto, toda mão de obra e equipamentos necessários. São de responsabilidade da CONTRATADA:

6.1.1. O cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas, Previdência Social e Seguro de Acidentes do Trabalho;

6.1.2. O pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras, que vierem a incidir sobre a execução dos serviços;

6.1.3. O reconhecimento que o inadimplemento do contrato, motivado pelo não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das multas e dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato;

6.1.4. As obrigações e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão ou não do objeto do contrato;

6.1.5. Toda a mão de obra, obrigações sociais, seguros contra acidentes de trabalho específicos aos serviços, equipamentos de segurança, equipamentos técnicos, bem como tudo o que for necessário à boa e eficaz execução dos serviços;

6.1.6. O pagamento de salários, horas extras e/ou noturnas, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais;

6.1.7. A administração dos serviços, bem como pela mobilização, desmobilização e deslocamento de pessoal, dentre outras ações de logística que tornem possível a execução dos serviços nos municípios abrangidos pelo objeto deste Termo de Referência;

6.1.8. A comunicação imediata ao CONTRATANTE sobre qualquer problema relativo ao objeto contratado;

6.1.9. Os serviços não previstos neste Termo de Referência, cuja realização se constate necessária ao desenvolvimento dos serviços que eventualmente incorram em custos incrementais à CONTRATANTE, somente deverão ser executados mediante o prévio ajuste formal do Contrato;

6.1.10. O esclarecimento, correção e solução de incoerências, falhas ou eventuais omissões constatadas em seus trabalhos, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, que forem julgadas pela CONTRATANTE como necessárias para a correta aferição do desempenho da Concessionária;

6.1.11. Garantir que os responsáveis técnicos estejam legalmente habilitados em seus respectivos conselhos profissionais;

6.1.12. Assinar todos os documentos que compõem os relatórios, com a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número do registro no Conselho competente, precedida do nome da CONTRATADA;

6.1.13. Apresentar as ART's - Anotação de Responsabilidade Técnica dos responsáveis técnicos de todos os estudos e relatórios apresentados;

6.1.14. Manter sigilo quanto às informações obtidas no desenvolvimento.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Além de outras obrigações estipuladas neste Termo de Referência, no Contrato ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/1993, constituem obrigações da Contratante (SEPLAG/PE):

7.1.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

7.1.2. Atestar o recebimento do objeto contratado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas no Edital e/ou Termo de Referência;

7.1.3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA conforme previsto no Edital e/ou Termo de Referência, após o cumprimento das formalidades legais.

- 7.1.4. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes, devendo comunicá-las, por escrito, à CONTRATADA para correção das irregularidades apontadas;
- 7.1.5. Solicitar a substituição do produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 7.1.6. Encaminhar a liberação de pagamento quando o fornecimento houver sido aprovado;
- 7.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estipulado neste instrumento;
- 7.1.8. Monitorar a execução do objeto contratado através de servidor designado para este fim;
- 7.1.9. Facilitar o cumprimento das obrigações contratuais, informando à CONTRATADA as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos produtos;
- 7.1.10. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade no SERVIÇO, solicitando, quando possível, a substituição, o reparo ou complementação do SERVIÇO entregue, fixando prazo para o cumprimento da determinação;
- 7.1.11. Recusar o recebimento do produto que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à CONTRATADA o fato por escrito;
- 7.1.12. Analisar e atestar as Faturas e/ou Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nos prazos estabelecidos;
- 7.1.13. Comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- 7.1.14. Aplicar as penalidades previstas neste instrumento em caso de cometimento de infrações na execução do contrato;

## 8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Coordenação de Contratos e Estudos da Secretaria Executiva de Parcerias Estratégicas da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco, e-mail [parcerias@seplag.pe.gov.br](mailto:parcerias@seplag.pe.gov.br), telefone (81) 3192.3907. Compete ao gestor do contrato as atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de contratação em tela.
- 8.2. A Fiscalização do Contrato ficará a cargo do Gerente de Projetos de Logística e Energia da Secretaria Executiva de Parcerias Estratégicas da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco, e-mail [parcerias@seplag.pe.gov.br](mailto:parcerias@seplag.pe.gov.br) telefone (81) 3192.3907, de acordo com art. 67 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93;
- 8.3. Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.
- 8.4. Cabe ao fiscal do contrato:
  - a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação da prestação do serviço;
  - b) Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da contratante quanto da contratada;
  - c) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos, tais como planilhas, cronogramas etc.;
  - d) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

- e) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- f) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada;
- g) Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

8.5. Cabe ao gestor do contrato:

- a) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à Contratada;
- b) Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à contratada;
- d) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f) Analisar relatórios e documentos enviados pelo fiscal do contrato;
- g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do contrato;
- h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

9. **DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**

9.1. O valor máximo admissível para a execução do presente objeto está estimado em R\$ 1.577.659,38 (um milhão, quinhentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos), conforme ANEXO A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA do presente Termo de Referência.

10. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estarão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco, para exercício de 2021/2022, conforme classificação abaixo:

- **Unidade Orçamentária:** 00119 - SEPLAG
- **Elemento da Despesa:** 3.3.67.83
- **Programa:** 0361 - Programa de Parcerias Estratégicas do Estado - PPPE
- **Ação:** 1549 - Acompanhamento dos Contratos de Concessão das PPPs
- **Subação:** C185 - Realização de despesas com verificador independente para acompanhamento de contratos de PPP
- **Fonte de Recursos:** 0101000000 - Tesouro

10.2. No presente exercício, bem como nos seguintes, os prévios empenhos que abarcarão as despesas correrão à conta dos recursos próprios, cuja alocação será feita mediante apostilamento, sob pena de rescisão antecipada do Contrato, observando o início de cada exercício financeiro.

**11. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 11.1. A modalidade de licitação empregada será pregão eletrônico
- 11.2. O critério de julgamento será o de menor preço global.
- 11.3. O Código do e-Fisco correspondente é 532399 - 1

**12. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 12.1. O regime de contratação será de empreitada por preços unitários.

**13. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO****13.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DA EMPRESA**

13.1.1. Deverá ser exigida da empresa participante do processo licitatório, comprovação de aptidão técnica para execução dos serviços a serem contratados, através de:

13.1.1.1. Comprovante de registro da empresa, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Regional de Contabilidade – CRC, Conselho Regional de Administração – CRA ou Conselho Regional de Economia – CORECON com jurisdição sobre o domicílio da sede do licitante;

13.1.1.2. Atestado(s) ou Declaração(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou atividade compatível com o objeto desta licitação. O requisito mínimo necessário, para as empresas comprovarem ter condições de executar o objeto licitado, é a parcela discriminada a seguir:

a) Realização de três avaliações de indicadores de desempenho distintas. Os atestados poderão ser apresentados da seguinte maneira:

- I - Um atestado para cada item exigido ou;
- II - Atestado que contenha um ou mais itens exigidos.

13.1.2. A comprovação da qualificação técnica da empresa pode ocorrer por meio de atestado emitido em nome de consórcio do qual a empresa tenha feito parte na execução do serviço exigido neste Termo de Referência, desde que os atestados em nome de consórcio que a empresa tenha integrado venham ser acompanhados de documentos que comprovem a efetiva execução daqueles serviços pela empresa. Neste caso, os atestados de execução de serviços de engenharia relativos a consórcio devem se restringir ao percentual de participação financeira e à parcela de serviços executada atribuíveis única e exclusivamente à empresa dele integrante.

**13.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

13.2.1. Para execução dos serviços constantes do escopo, a empresa licitante deverá apresentar comprovação de possuir no seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional (is) de nível superior, com comprovação de registrado Conselho Regional de Representação Profissional, que atendam à habilitação mínima discriminada a seguir:

<b>EQUIPE MÍNIMA - <i>Pessoal de Nível Superior</i></b>
<b>Responsável pelo escritório de gerenciamento de projetos</b>
<b>Responsável por análises de engenharia e desempenho</b>
<b>Responsável pela análise financeira</b>

13.2.2. A EQUIPE MÍNIMA será constituída por profissionais com vínculo de natureza permanente ou contrato de trabalho com a empresa licitante, ou contrato preliminar de trabalho (com firma reconhecida do profissional) caso a proponente seja declarada vencedora do certame. Deverá ser apresentado um quantitativo mínimo de membros, conforme escopo descritos a seguir:

13.2.2.1. **Responsável pelo Escritório de Gerenciamento do Verificador Independente:**

Responsável pelo gerenciamento e coordenação do contrato e, em síntese:

- I - Pela assinatura de todos os relatórios e documentos entregues à Contratante;
- II - Na supervisão e coordenação das atividades desenvolvidas pela equipe;
- III - Na apresentação da metodologia de aferição, quando solicitado, durante a vigência do contrato;
- IV - Pelo monitoramento e gestão de prazos acordados para o cumprimento de todas as atividades a serem realizadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

**Qualificação Exigida:**

1. Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável/consultor técnico da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público, de que executou contrato com objeto compatível em características com o ora licitado,
2. Comprovação de registro ou inscrição da PROPONENTE e do GERENTE DO CONTRATO junto ao Conselho Regional de Representação Profissional

**13.2.2.2. Responsável por análises de engenharia e desempenho:**

Responsável pela análise de negócios, desenho dos processos de aferição e dos processos da concessionária que possuem impacto direto ou indireto na geração dos indicadores e, em síntese responsável pelo(a):

- I - Aferição periódica dos indicadores, bem como os processos e procedimentos para cálculo da remuneração da CONCESSIONÁRIA,
- II - Definição de prazos para recebimento das informações, prazo para aferição e cálculo dos dados;
- III - Envio tempestivo dos relatórios para a CONCESSIONÁRIA e para o PODER CONCEDENTE.

**Qualificação exigida:**

1. Apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a experiência anterior em projetos de definição, implantação e monitoramento/acompanhamento ou gerenciamento de estrutura de gestão de um conjunto formado por, no MÍNIMO, 10 (dez) INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE, na prestação de serviços. A quantidade mínima de indicadores/índices referidos no item se refere a 01 (um) projeto e não a um conjunto de projetos;
2. Comprovante de registro do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA,
3. Comprovação de Qualificação Técnica, em nome do(s) profissional(ais) ou responsável(is) técnico(s), mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, devidamente registrado no CREA/CAU, juntamente com a respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA/CAU, de execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, que sejam:
  - Levantamento de Irregularidades Longitudinais (IRI);
  - Cálculo do Nível de Serviço, conforme regramento do *Highway Capacity Manual*, ou norma nacional equivalente;
  - Ensaio de FWD (Falling Weight Deflectometer);
  - Ensaio de retrorrefletividade.

**13.2.2.3. Consultor Técnico Especialista em Análise Financeira:**

Responsável pelas análises das demonstrações financeiras e de demais documentos contábeis da CONCESSIONÁRIA, para cálculo dos indicadores financeiros.

**Qualificação exigida:**

1. Prova de Registro em Conselho de Classe Profissional em áreas afins ao OBJETO da licitação, tais como Conselho Regional de Administração - CRA, Conselho Regional de Contabilidade – CRC, Conselho Regional de Economia - Corecon, constando o nome do Responsável Técnico de nível superior, na forma da lei.
2. Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável/consultor técnico da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público, de que executou, satisfatoriamente, serviços relativos à análises financeiras.

#### 13.2.3. Disposições gerais sobre a qualificação

13.2.3.1. O licitante poderá apresentar vínculos de mais de um profissional a fim de cumprir com o requisito de acervo técnico-profissional requerido;

13.2.3.2. Os atestados poderão ser apresentados através de um atestado para cada item exigido ou atestado que contenha um ou mais itens exigidos;

13.2.3.3. Os profissionais estarão vinculados ao contrato a ser celebrado, devendo apresentar comprovação de seus vínculos com a licitante contratada a cada medição. Estes deverão assinar todos os relatórios emitidos pelo Verificador Independente;

13.2.3.4. Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação de capacidade técnica exigida no presente Termo de Referência deverão participar dos serviços do seu objeto, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior desde que aprovada pela SEPAAE/SEPLAG;

13.2.3.5. A substituição de qualquer dos técnicos só poderá ser concretizada com a solicitação justificada da licitante vencedora e anuência por escrito da SEPLAG, por técnico igualmente qualificado, nos mesmos moldes da qualificação da Licitação, através da apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT expedida pelo CREA, quando aplicável, atentando que a data de emissão dessas CATs sejam até a data da abertura da sessão inicial da licitação;

13.2.3.6. A comprovação de que o(s) profissional (ais) indicado(s) pertença(m) ao quadro técnico da empresa nos termos do artigo 30, § 1º, inciso I da Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações, deverá ser feita do seguinte modo:

- No caso de empregado da licitante: mediante apresentação de cópias autenticadas do Contrato de Trabalho, das anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e do Decreto nº 61.799/67, ou da Ficha de Registro de Empregado.
- No caso de proprietário, sócio ou dirigente: mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente.
- No caso de profissional (is) autônomo(s): mediante apresentação de cópia do (s) contrato (s) de prestação de serviços ou declaração de compromisso emitida por cada um dos técnicos, firmado (s) anteriormente ao certame licitatório entre a licitante e o (s) profissional (is) em questão.
- No caso de profissionais com o vínculo comprovado através de contrato de prestação de serviços ou da declaração de compromisso futuro deverá ser verificado pela empresa licitante se haverá relação trabalhista entre as partes e se incidem sobre a remuneração desses profissionais os encargos sociais. Em caso negativo, a empresa não deverá considerar nas suas composições os custos parcela referente a esses encargos. Em caso afirmativo, os encargos deverão ser considerados nas composições e no momento de cada medição para pagamento a empresa Contratada deverá apresentar os comprovantes dos devidos recolhimentos, sob pena de glosa do valor referente a esses encargos na medição.

13.2.3.7. É vedada a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma empresa licitante, fato este que desqualifica todas as proponentes envolvidas. Os atestados de capacitação

técnica deverão ser fornecidos em nome DO PROFISSIONAL, assinado pelo representante legal ou por funcionário do atestante responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, devendo conter:

- a) Razão Social e dados de identificação da instituição eminente;
- b) Descrição dos serviços prestados;
- c) Período de vigência das respectivas contratações;
- d) Afirmação de que a PROPONENTE prestou os serviços descritos;
- e) Local e data de emissão, nome, cargo do responsável pela veracidade das informações.

13.2.3.8. É permitido a um PROPONENTE apresentar mais de um atestado emitido pela mesma pessoa jurídica, desde que cada atestado seja referente a projetos distintos. Entende-se por projetos distintos aqueles que apresentarem objetos diferentes entre si, ainda que os atestados sejam referentes à mesma disciplina;

13.2.3.9. Não será aceita declaração do próprio proponente, isto é, somente serão considerados atestados de capacidade técnica assinados pelo cliente final receptor direto dos serviços;

13.2.3.10. Não serão aceitos, para fins de comprovação da qualificação técnica da empresa na fase de habilitação, atestados de capacidade técnica emitidos em nome de empresa do mesmo grupo econômico da proponente;

13.2.3.11. Os documentos de habilitação devem ser apresentados em uma única via, com todas as folhas rubricadas e numeradas, com um termo de encerramento anexo, indicando, ainda, o número de folhas, a titulação do conteúdo, o nome do licitante e do objeto da licitação;

13.2.3.12. Os atestados de Comprovação da Capacitação Técnico-Profissional deverão preferencialmente ser identificados qual(is) exigência(s) o atestado está atendendo para facilitar os trabalhos de análise da documentação.

### 13.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

13.3.1. Deverá ser exigida da empresa participante do processo licitatório, comprovação de aptidão técnica para execução dos serviços a serem contratados, através de:

13.3.1.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

13.3.1.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante ou de seu domicílio;

- a) A certidão descrita no subitem 13.3.1.2 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial da sede da licitante ou de seu domicílio (subitem 13.3.1.1.) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos;
- b) Em caso de Certidão Positiva com efeito de negativa, referente a processos eletrônicos (PJe), é necessário que o documento mencione se a licitante já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.
- c) Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da licitante ou de seu domicílio;

13.3.3.13. Comprovação do Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o item, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, conforme estabelecido no art. 31, § 3º da Lei nº 8.666/93;



- a) Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento);
- b) Os balanços e demonstrações devem conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento;
- c) As empresas que possuam escrituração contábil digital (ECD) obrigatória, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1774/2017, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigíveis, que foram inseridos no sistema SPED, acompanhados do Termo de Abertura, Termo de Encerramento e Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital junto à Receita Federal.
- d) É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios;
- e) Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- f) Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial;
- g) Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

13.3.3.14. As licitantes que buscarem o tratamento diferenciado, concedido nos termos de que trata Lei Complementar n.º 123/2006, necessário se faz apresentar declaração, nos moldes do respectivo modelo anexo ao Edital, declarando, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar nº123/2006, Artigos 42 a 49. Igualmente se faz necessário, em caso de enquadramento nessa hipótese, a apresentação da certidão emitida por Registro Público de Empresas ou pela Receita Federal, demonstrando o enquadramento da empresa licitante na condição de ME ou EPP;

13.3.3.15. As microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme lhes faculta a Lei Complementar n.º 123/2006, poderão apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal com restrições, contudo passiva de regularização. Na comprovação da regularização fica assegurado ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, podendo haver prorrogação por igual período, a critério da administração, quando provocado, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.3.16. A concessão do direito previsto no item acima, não significa falta de apresentação da documentação correspondente.

## 14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. O CONTRATADO prestará, garantia fixada em favor da CONTRATANTE, no percentual de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da contratação, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993, podendo optar por uma das modalidades de garantia previstas no diploma legal citado;

14.2. Se escolhida na modalidade caução em dinheiro, a prestação da garantia deverá ser comprovada no momento da assinatura do contrato. Nas demais modalidades, a comprovação poderá ser realizada em até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contados da assinatura do contrato;

14.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e poderá ensejar rescisão contratual;

## 15. DO PAGAMENTO

15.1. As medições e pagamentos dos relatórios mensais serão efetuados mediante aprovação dos respectivos relatórios entregues por parte da CONTRATADA, tendo sido cumpridas todas as exigências da gestão contratual, bem como todas as premissas previstas nos instrumentos contratuais.

15.2. Os pagamentos serão realizados mensalmente, por indicador aferido no respectivo mês, em conformidade com o cronograma físico-financeiro constante em anexo ao presente Termo de Referência.

15.3. O pagamento realizado à contratada em virtude do recebimento dos relatórios não exime a CONTRATADA de executar modificações, ajustes ou correções posteriormente detectadas.

15.4. Deverá ser apresentado o comprovante de recolhimento do INSS e FGTS de todos os profissionais envolvidos na execução do serviço, sob pena de glosa do valor referente a esses encargos na medição.

15.5. Deverá ser verificado, antes do atesto da nota e emissão da medição para pagamento, a comprovação de que os profissionais responsáveis pelo produto devem ser os mesmos profissionais habilitados na licitação ou os profissionais substituídos pela CONTRATADA e autorizado previamente pela SEPLAG.

15.6. O pagamento só será efetuado na forma prevista neste documento, se a CONTRATADA estiver inscrita no CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – CADFOR;

15.7. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os custos, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza, resultantes da execução do contrato.

## 16. DO REAJUSTE

16.1. Os contratos administrativos serão reajustados em periodicidade anual contada a partir da data base de referência do orçamento elaborado pela SEPLAG;

16.2. A concessão de reajuste será avaliada, mediante solicitação formal da CONTRATADA, segundo os termos da Lei 8.666/93, Lei nº9.069/95, Lei nº10.192/01, normas gerais da União para os contratos administrativos e a Lei Estadual nº 12.525/2003, a Lei Estadual nº 12.932/2005 e a Lei Estadual nº 15.834/2016 e deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual;

16.3. Ultrapassados 12 meses da data base de referência do orçamento estimado pela SEPLAG excluída a responsabilidade do contratado proponente pelo retardamento da execução do objeto contratual, os preços serão reajustados, utilizando-se os índices apurados pela FVG - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, conforme fórmula a seguir:

$$R = P_0 \{ (I_1 / I_0) - 1 \} \quad \text{onde:}$$

R = Valor do Reajuste

P<sub>0</sub> = Valor do preço básico a ser reajustado

I<sub>1</sub> = Índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas, INCC (supervisão e projetos - Col.39) relativo ao 12º mês após a data base de referência do orçamento elaborado pela SEPLAG)

**IO** = Índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas, **INCC (supervisão e projetos - Col.39)**, relativo ao mês da data base de referência do orçamento elaborado pela SEPLAG).

16.4. Os reajustes dar-se-ão consoante os itens contemplados na planilha orçamentária apresentado no ANEXO A, deste Termo de Referência e mediante aplicação da fórmula e das datas bases de referência do orçamento elaborado pela SEPLAG.

#### 17. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar, sob qualquer hipótese ou pretexto, os serviços objeto do presente Termo de Referência.

#### 18. **DA SUCESSÃO**

18.1. O presente Termo de Referência obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

#### 19. **DAS PENALIDADES**

19.1. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

19.1.1. Apresentar documentação falsa;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Falhar na execução do contrato;

19.1.4. Não assinar o contrato no prazo estabelecido;

19.1.5. Não manter a proposta;

19.1.6. Deixar de entregar documentação exigida no certame;

19.1.7. Cometer fraude fiscal;

19.1.8. Fazer declaração falsa.

19.2. Para condutas descritas nos subitens 19.1.1, 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e 19.1.8, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

19.3. O retardamento da execução previsto no subitem 19.1.2, estará configurado quando a CONTRATADA:

19.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante da ordem de serviço;

19.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

19.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 19.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 19.7.

19.5. A falha na execução do contrato prevista no subitem 19.1.3 estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 19.6 deste item, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
4	5
5	8
6	10

19.6. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 2**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% sobre o valor mensal do contrato
6	4,0% sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

**19.6.1. PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

19.7. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 19.1;

19.8. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual.

19.9. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 42.191/2015.

19.10. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro.

19.11. Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida.

19.12. Caso a faculdade prevista no item 19.10 não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia eventualmente exigida para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao contratado;

19.13. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens 19.11 e 19.12 acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

19.14. Decorrido o prazo previsto no item 19.13, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial.

19.15. Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da CONTRATANTE;

19.16. A CONTRATANTE poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. A contratada fica obrigada a manter, durante a execução deste Instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas.

20.2. A licitante vencedora será convocada pela Secretaria de Planejamento e Gestão no prazo de até 15 (quinze) dias, após o Ato de Homologação da Licitação, para assinatura do competente Instrumento de Contrato Administrativo.

20.3. Não assinado o contrato no prazo do item anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação da Nota Final, para assinar o Contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, nos termos do Art. 64, ou revogada a licitação, sem prejuízo da aplicação do Art. 81, do mesmo diploma legal (Lei nº 8.666/93);

20.4. A responsabilidade por este Termo de Referência ficará a cargo da Gerência Geral de Contratos e Projetos, e-mail [parcerias@seplag.pe.gov.br](mailto:parcerias@seplag.pe.gov.br), telefone: (81) 3182.3907.

## **21. DO FORO**

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para discussões de litígios decorrentes do objeto deste instrumento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se julgue.

RECIFE, 27 DE OUTUBRO DE 2021

Felipe Luiz Fonseca dos Santos Albuquerque  
Mat. 425.341-8  
Coordenador de Contratos e Estudos  
felipe.luiz@seplag.pe.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Luiz Fonseca S. Albuquerque**, em 19/11/2021, às 14:39, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18767567** e o código CRC **45BCD735**.

Referência: Processo nº 3000050690-000.000169/2021-47

SEI nº 18175784



**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

- ATESTADO Nº 156/2021/SQA/DA -

- Página 1/5 -

O Diretor de Administração do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (CNPJ. Nº 43.052.497/0001-02), no exercício de suas funções e a pedido da interessada de fl. 15 do Protocolo nº 697856-2021, **ATESTA** que a empresa **MACIEL AUDITORES S/S - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 13.098.174/0001-80, com sede à Avenida Bastian, nº 366 - Bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre -RS - CEP. 90.130-020, vencedora do Pregão Eletrônico nº 002/2014/SQA/DA - Processo nº 000101/39/DA/2014, **executou** para este Departamento, o contrato abaixo:

**DADOS DO CONTRATO Nº 19.253-3**

**OBJETO:** Serviços técnicos profissionais para elaboração de Relatório de Auditoria Contábil no âmbito da execução do PROJETO DE TRANSPORTE, LOGÍSTICA E MEIO AMBIENTE.

**ESCOPO DOS SERVIÇOS**

Prestação de serviços de auditoria visando garantir que as demonstrações financeiras anuais apresentem, de maneira adequada, as transações financeiras e os saldos associados à implementação do projeto e ao uso dos recursos, de modo a refletir o risco estimado do projeto, tendo como referência normas publicadas por organismos internacionais que definem tais normas, considerando o Empréstimo/Doação e o Manual de Operações.

**Aspecto Relacionados ao Gerenciamento Financeiro:**

- ✓ O Projeto mantém todos os documentos necessários, registros, contas e extratos e documentação acessória ao Projeto, estabelecendo uma ligação clara entre os controles contábeis e extra contábeis e os relatórios apresentados ao Banco;
- ✓ As Contas Designada e Operativa foram utilizadas em conformidade com Empréstimo e o Manual Operativo do Projeto;

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP

Diretoria de Administração

Serviço de Compras - SQA

Avenida do Estado, nº 777 - 3º andar - Ala "A" - Ponte Pequena - São Paulo - Capital - CEP. 01107-901







SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- ATESTADO Nº 156/2021/SQA/DA -

- Página 2/5 -

- ✓ As contas do Projeto foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade consistentemente aplicadas e que oferecem um retrato real e fiel da situação financeira do Projeto no presente exercício;
- ✓ Os recursos registrados nas Demonstrações Financeiras e na(s) Conta(s) do Empréstimo guardam relação com os registros dos recursos já desembolsados pelo Banco;
- ✓ Os recursos de Contrapartida foram proporcionados e executados de acordo com o Empréstimo/Doação e o Manual Operativo;
- ✓ A informação não é/é material se sua omissão, inexatidão ou subavaliação que poderiam influenciar as decisões ou avaliações de usuários feitas com base nas demonstrações financeiras."
- ✓ Os produtos resultantes da contratação de consultores e serviços, e os bens adquiridos com recursos do Projeto, se encontram em condições adequadas, sem risco de deterioração ou desperdício.

**Aspectos Relacionados às Normas e Procedimentos Licitatórios:**

- ✓ Que todos os recursos do Projeto – (os de financiamento externo e/ou os de contrapartida) – foram utilizados de acordo com as condições previstas no Empréstimo e no Manual Operacional do Projeto, certificando-se que foram gastos com a devida eficiência, economia, transparência e somente para os fins acordados;
- ✓ Que os bens, obras/serviços elegíveis foram adquiridos/contratados de acordo com os métodos e procedimentos estipulados no Plano de Aquisição previamente aprovado pelo Banco;

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP

Diretoria de Administração

Serviço de Compras - SQA

Avenida do Estado, nº 777 – 3º andar – Ala "A" - Ponte Pequena – São Paulo – Capital – CEP. 01107-901





## SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- ATESTADO Nº 156/2021/SQA/DA -

- Página 3/5 -

#### Aspectos relacionados à avaliação dos procedimentos utilizados pelo Cliente relacionadas ao Gerenciamento Financeiro:

- ✓ Resguardaram os ativos pelo meio de adequada divisão de responsabilidades entre as funções operativas, de custódia, de contabilização, e outras atividades, assegurando-se que tais funções e responsabilidades são claramente definidas e que existe pessoal suficiente para executá-las corretamente e eficientemente;
- ✓ Asseguraram se todas as transações foram contabilizadas adequadamente e de maneira oportuna;
- ✓ Compilaram e certificaram a elegibilidade da informação proporcionada relatórios de monitoramento;
- ✓ Certificaram se as provas dos registros contábeis consideradas necessárias estão incluídas em seu Relatório de Auditoria, caso haja indícios de fraudes e corrupção e/ou outros atos ou despesas ilegais;
- ✓ Informaram sobre esses indícios ao Coordenador do Projeto, para solicitar-lhe a ampliação dos procedimentos de auditoria, e estrutura do Projeto.

#### Aspectos relacionados as outras responsabilidades:

- ✓ Conduziu as reuniões de início e de término da auditoria com a equipe do Executor para apresentar o Plano de Trabalho e receber o Executor a sua aprovação;
- ✓ Iniciou o seu trabalho de auditoria de acordo com o descrito em sua proposta e de conformidade com os termos acordados durante a negociação do contrato;
- ✓ Examinou, preliminarmente, todos os documentos do Projeto;
- ✓ Revisou toda correspondência entre o Projeto e o Banco, incluindo as Ajudas Memória e os Relatórios das Missões;
- ✓ Avaliou a situação do Projeto relacionada à administração financeira e de licitação; e

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP

Diretoria de Administração

Serviço de Compras - SQA

Avenida do Estado, nº 777 – 3º andar – Ala "A" – Ponte Pequena – São Paulo – Capital – CEP. 01107-901





SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- ATESTADO Nº 156/2021/SQA/DA -  
- Página 4/5 -

✓ Assegurou se houve o controle de qualidade do Relatório de Auditoria, antes de enviá-lo ao Cliente e/ou ao Banco;

O serviço foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA's), emitida pela Federação Internacional de Contadores (IFAC). Em situações especiais, entretanto, o Banco pode aceitar o uso de normas compatíveis com as da IFAC ou com Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), se esta for executada por um dos órgãos de controle governamental.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

O Governo do Estado de São Paulo recebeu um empréstimo da CAF - Corporação Andina de Fomento para a execução do Projeto de Transporte, Logística e Meio Ambiente. O período de implementação do Projeto será do ano de 2013 até o ano de 2016. O valor total do empréstimo é de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares), para ser executado/implementado em 5 anos.

O Projeto tem como principal objetivo contribuir para a melhoria do transporte do Estado e eficiência logística e segurança. O objetivo deve ser atingido através do aprimoramento dos principais corredores de transporte selecionados incluindo suas reabilitações e expansões.

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP é o Órgão Executor responsável pela fiscalização da implementação de todos os componentes do Programa e pela administração geral do Contrato de Empréstimo a ser celebrados entre a CAF - Corporação Andina de Fomento e o Governo do Estado de São Paulo.

Para tanto, são integrantes do Programa: O Governo do Estado do São Paulo, como entidade promotora e responsável pelo programa; O Departamento de Estradas de Rodagem do

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP  
Diretoria de Administração  
Serviço de Compras - SQA

Avenida do Estado, nº 777 - 3º andar - Ala "A" - Ponte Pequena - São Paulo - Capital - CEP. 01107-901





## SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- ATESTADO Nº 156/2021/SQA/DA -

- Página 5/5 -

Estado de São Paulo - DER/SP, como órgão executor do programa; A CAF - Corporação Andina de Fomento, como principal agente financiador; O Governo Federal, como avalista das operações de crédito internacionais.

### RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

- Roger Maciel de Oliveira
- Rosângela Pereira Peixoto



HORAS UTILIZADAS: 2.706 (duas mil e setecentas e seis).

**PRAZO CONTRATUAL:** Vigência de 12 (doze) meses iniciais, mais prorrogações, contados da data estabelecida na Primeira Nota de Serviço (Período de 12/05/2014 a 11/09/2017).

**VALOR CONTRATUAL:** R\$ 230.904,72 (duzentos e trinta mil, novecentos e quatro reais e setenta e dois centavos).

Atesta, ainda, que a mesma cumpriu todas as cláusulas contratuais e os serviços prestados foram a contento, não havendo em nossos arquivos, até o presente momento, nada que desabone a mesma.

São Paulo, 26 de julho de 2021

ARTHUR XAVIER  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP  
Diretoria de Administração  
Serviço de Compras - SQA

Avenida do Estado, nº 777 - 3º andar - Ala "A" - Ponte Pequena - São Paulo - Capital - CEP: 01107-901





**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Auditoria do Projeto – Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente parcialmente  
financiado pelo CAF – Corporação Andina de Fomento**

**I. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS**

1. Este Termo de Referência fornece as informações básicas e necessárias para o auditor entender suficientemente o trabalho a ser realizado e poder preparar sua proposta adequadamente.
2. A realização de auditorias anuais, por auditores independentes aceitáveis pelo Banco, nos demonstrativos financeiros, na estrutura de controle interno e nos sistemas estabelecidos para produzir informações financeiras da(s) agência(s) executora(s), são obrigatórias nos projetos financiados pela CAF – Corporação Andina de Fomento, além de seu cumprimento com as leis, regulamentos e estrita observância com os termos estabelecidos.
3. As auditorias devem ser realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA's), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC). Em situações especiais, entretanto, o Banco pode aceitar o uso de normas compatíveis com as da IFAC ou com a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), se esta for executada por um dos órgãos de controle governamental.

**II. ANTECEDENTES DO PROJETO**

1. O Governo do Estado de São Paulo recebeu um empréstimo da CAF – Corporação Andina de Fomento para a execução do Projeto de Transporte, Logística e Meio Ambiente. O período de implementação do Projeto será do ano de 2013 até o ano de 2016. O valor total do empréstimo é de US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares), para ser executado/implementado em 5 anos.
2. O Projeto tem como principal objetivo contribuir para a melhoria do transporte do Estado e eficiência logística e segurança. O objetivo deve ser atingido através do aprimoramento dos principais corredores de transporte selecionados incluindo suas reabilitações e expansões.
3. O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP é o Órgão Executor responsável pela fiscalização da implementação de todos os componentes do Programa e pela administração geral do Contrato de Empréstimo a ser celebrado entre a CAF – Corporação Andina de Fomento e o Governo do Estado de São Paulo.

Para tanto, são integrantes do Programa:

O Governo do Estado do São Paulo, como entidade promotora e responsável pelo Programa;



## **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**

### **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, como órgão executor do Programa;

A CAF – Corporação Andina de Fomento, como principal agente financiador; e,

O Governo Federal, como avalista das operações de crédito internacionais.

A implantação do Programa prevê ações de pavimentação e recuperação de rodovias estaduais, supervisão de obras, supervisão ambiental, gerenciamento do Programa.

4. O Executor, por meio de sua Unidade de Coordenação do Programa (UCPR), mantém um sistema de gerenciamento financeiro, incluindo registros e contas, e preparará os demonstrativos financeiros de acordo com normas contábeis internacionais/nacionais compatíveis às internacionais, adotando os formatos apresentados nas IPSAS's do Regime de Base de Caixa denominadas Preparação de Relatórios Financeiros pelo Regime Contábil de Base de Caixa (Financial Reporting Under the Cash Basis of Accounting), e a orientação adicional obtida nas IFAC-PSC's Diretrizes para o Setor Público Internacional e Estudos sobre o Setor Público Internacional (International Public Sector Guidelines and International Public Sector Studies).
5. Os Relatórios Intermediários de Monitoramento podem ser considerados como os Demonstrativos Financeiros para ser auditados.

### **III. RELACIONAMENTO E RESPONSABILIDADES**

1. O cliente é a agência implementadora do Projeto e a CAF é uma parte interessada. Um representante do Banco pode participar das reuniões de auditoria, supervisionar o trabalho executado pelos auditores para assegurar o cumprimento do Termo de Referência e das normas de auditoria aplicáveis, e fazer comentários sobre a minuta do relatório de auditoria.
2. O Executor é o responsável:
  - (a) pela apresentação formal dos documentos básicos do Projeto;
  - (b) pela preparação de todos os Demonstrativos Financeiros e Notas Explicativas necessárias;
  - (c) pelo atendimento às solicitações formalizadas pelos auditores, devendo se assegurar de que todos os registros necessários lhes estejam disponíveis; e
  - (d) por todos os lançamentos e ajustes contábeis que tenham sido feitos durante o período que está sendo auditado e todas as ações necessárias para a emissão do "Relatório Final de Auditoria", pelos auditores, dentro do prazo estipulado no Acordo de Empréstimo.
3. Os auditores, no decorrer dos trabalhos, formalizarão, por escrito, suas solicitações de documentos, relatórios e demonstrativos que considerem necessários para o desenvolvimento de seu trabalho e os manterão arquivados, em locais adequados, durante todo o período da auditoria, para serem prontamente disponibilizados ao Banco, se solicitado.

### **IV. OBJETIVOS DE AUDITORIA**

Emitir uma opinião profissional dos auditores sobre: (i) a situação financeira no(s) período(s) auditado(s) e as normas e os procedimentos de licitação utilizados pelo Projeto; (ii) a adequação



**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

dos controles internos e (iii) sua conformidade com o Empréstimo e com as leis e regulamentos aplicáveis.

## **V. ESCOPO DA AUDITORIA**

O escopo da auditoria é garantir que as demonstrações financeiras anuais apresentem, de maneira adequada, as transações financeiras e os saldos associados à implementação do projeto e ao uso dos recursos, de modo a refletir o risco estimado do projeto, tendo como referência normas publicadas por organismos internacionais que definem tais normas, considerando o Empréstimo/Doação e o Manual de Operações.

Quanto aos aspectos relacionados ao gerenciamento financeiro os auditores se assegurarão que:

- o Projeto mantém todos os documentos necessários, registros, contas e extratos e documentação acessória ao Projeto, estabelecendo uma ligação clara entre os controles contábeis e extra-contábeis e os relatórios apresentados ao Banco);
- as Contas Designada e Operativa foram utilizadas em conformidade com Empréstimo e o Manual Operativo do Projeto;
- as contas do Projeto são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade consistentemente aplicadas e que oferecem um retrato real e fiel da situação financeira do Projeto no presente exercício;
- os recursos registrados nas Demonstrações Financeiras e na(s) Conta(s) do Empréstimo guardam relação com os registros dos recursos já desembolsados pelo Banco;
- os recursos de Contrapartida foram proporcionados e executados de acordo com o Empréstimo/Doação e o Manual Operativo;
- a informação não é/é material se sua omissão, inexatidão ou sub-avaliação que poderiam influenciar as decisões ou avaliações de usuários feitas com base nas demonstrações financeiras."
- os produtos resultantes da contratação de consultores e serviços, e os bens adquiridos com recursos do Projeto, se encontram em condições adequadas, sem risco de deterioração ou desperdício.

Quanto aos aspectos relacionados às normas e procedimentos licitatórios os auditores evidenciarão em seus relatórios, o seguinte:

- que todos os recursos do Projeto – (os de financiamento externo e/ou os de contrapartida) – foram utilizados de acordo com as condições previstas no Empréstimo e no Manual Operacional do Projeto, certificando-se que foram gastos com a devida eficiência, economia, transparência e somente para os fins acordados;
- que os bens, obras/serviços elegíveis foram adquiridos/contratados de acordo com os métodos e procedimentos estipulados no Plano de Aquisição previamente aprovado pelo Banco;

Quanto à avaliação dos procedimentos utilizados pelo Cliente relacionadas ao Gerenciamento Financeiro, os auditores terão que:



## SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- Resguardar os ativos pelo meio de adequada divisão de responsabilidades entre as funções operativas, de custódia, de contabilização, e outras atividades, assegurando-se que tais funções e responsabilidades são claramente definidas e que existe pessoal suficiente para executá-las corretamente e eficientemente;
- Assegurar se todas as transações são contabilizadas adequadamente e de maneira oportuna;
- Compilar e certificar a elegibilidade da informação proporcionada relatórios de monitoramento;
- Certificar se as provas dos registros contábeis consideradas necessárias estão incluídas em seu Relatório de Auditoria, caso haja indícios de fraudes e corrupção e/ou outros atos ou despesas ilegais;
- Informar sobre esses indícios ao Coordenador do Projeto, para solicitar-lhe a ampliação dos procedimentos de auditoria, e;
- Assegurar que adequados sistemas de controle interno foram estabelecidos dentro da estrutura do Projeto.

Quanto às outras responsabilidades, o auditor terá que:

- conduzir as reuniões de início e de término da auditoria com a equipe do Executor para apresentar o Plano de Trabalho e receber do Executor a sua aprovação;
- iniciar o seu trabalho de auditoria de acordo com o descrito em sua proposta e de conformidade com os termos acordados durante a negociação do contrato;
- Examinar, preliminarmente, todos os documentos do Projeto;
- revisar toda correspondência entre o Projeto e o Banco, incluindo as Ajudas Memória e os Relatórios das Missões;
- avaliar a situação do Projeto relacionada à administração financeira e de licitação; e
- assegurar se houve o controle de qualidade do Relatório de Auditoria, antes de enviá-lo ao Cliente e/ou ao Banco;

### VI. Formatação do Relatório de Auditoria

O relatório para o Projeto conterá, no mínimo, os seguintes:

- uma página com o título, outra com o índice/sumário, uma carta endereçada ao Cliente e um resumo executivo contendo os resultados da auditoria, informando e classificando o desempenho do Projeto de acordo com o seguinte:
  - (i) opinião única sobre as demonstrações financeiras do Projeto: se sem ressalvas, sem ressalvas com exceção ou com ressalvas.
  - (ii) para o controle interno: se satisfatório, moderadamente satisfatório, moderadamente insatisfatório ou insatisfatório;
  - (iii) para as aquisições e contratação de consultores: se satisfatórios, moderadamente satisfatórios, moderadamente insatisfatórios, insatisfatórios) e





**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

- (iv) para o cumprimento das disposições oficiais com relação à execução do Projeto: cumprimento e cumprimento com exceções;
- uma cópia das demonstrações financeiras auditadas (incluindo o parecer do auditor) com suas notas correspondentes e informações complementares. Os Relatórios de Monitoramento são aceitáveis como demonstrativos financeiros do Projeto pelo Banco.

As notas correspondentes devem incluir a conciliação da Conta Designada, e da(s) Conta(s) Operativa(s), do período examinado;

No parecer os auditores devem examinar e se pronunciar sobre os seguintes:

- (i) a elegibilidade das despesas apresentadas para desembolso;
  - (ii) a existência de materialidade nas informações financeiras: é material se sua omissão, inexatidão ou sub-avaliação puder influenciar as decisões ou avaliações de usuários feitas com base nas demonstrações financeiras;
  - (iii) o uso dos recursos de acordo com os termos do Empréstimo/Doação;
  - (iv) os montantes não elegíveis, sem comprovação ou não utilizados (se houver) a serem reembolsados ao Banco;
- as “Recomendações” para o exercício, descrever as deficiências encontradas e como o Cliente deve proceder para corrigir, e melhorar o processo de aquisição e de contratação;
  - a estrutura do controle interno no que concerne ao módulo de licitações e verificar se o conteúdo das demonstrações financeiras e outras áreas sujeitas à auditoria, estão em conformidade com os processos de aquisições, termos do Empréstimo, leis e regulamentos aplicáveis.

Obs.: Se nenhuma deficiência foi encontrada nos procedimentos utilizados pelo Cliente num determinado processo, nenhum apontamento desse determinado processo, deve fazer parte do Relatório.

- **Carta Gerencial.** Quando falhas significativas que não estiverem representadas no parecer sobre a auditoria chamarem a atenção do auditor no decorrer da auditoria, as mesmas deverão ser relatadas em uma carta gerencial endereçada à gerência do mutuário:
  - Deficiências no sistema de controle interno;
  - Práticas e políticas contábeis inadequadas;
  - Questões relativas à conformidade com provisões gerais tais como a implementação do projeto com economia e eficiência;
  - Quaisquer outras questões que o auditor considere que devam ser trazidas à atenção do mutuário.

A discussão dos controles internos mais importantes da instituição donatária, deve incluir os controles estabelecidos para assegurar o cumprimento dos termos do Acordo de Empréstimo, leis e regulamentos aplicáveis, e se de acordo com a Seção 800 das Normas Internacionais de Auditoria do IFAC, que poderiam ter um impacto material às demonstrações financeiras ou à contribuição dos fundos de contrapartida; (c) as condições reportáveis (condições que têm impacto sobre as demonstrações financeiras), (d) as fragilidades materiais na estrutura de controle interno da





## SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

instituição donatária, bem como os comentários da mesma, (e) os gastos inelegíveis e gastos sem o respectivo respaldo e (f) outras condições que não afetam as demonstrações financeiras, mas que impedem e/ou criam barreiras para o controle adequado;

Para uma melhor compreensão, as descobertas devem ser reportadas de acordo com os seguintes elementos: (a) condição; (b) critério; (c) causa e efeito (apesar de que estes elementos não deveriam ser identificados explicitamente no relatório, mas apenas nas minutas de trabalho). É importante que as descobertas incluam, também, uma recomendação que ajude a corrigir tanto a causa como a condição. Nos casos os quais, por circunstâncias fora do seu controle, o auditor não pode identificar a causa, deve reportar a condição, o critério e o efeito possível, e, assim, submeter a informação à administração, de modo que esta possa determinar o efeito e a causa e adotar medidas corretivas, oportunas e adequadas. É recomendável, pois que faça parte do Relatório, uma Seção para as "Recomendações" para o período que está sendo auditado e para as de auditorias anteriores. Para essas, relatar se as recomendações anteriores foram: (i) corrigidas, (ii) parcialmente corrigidas ou (iii) não corrigidas. As deficiências que ainda não tiverem sido corrigidas deverão ser novamente relatadas e fazer parte do Relatório de Auditoria do exercício, assim como os correspondentes comentários do Cliente.

### VII. PERÍODO DA AUDITORIA E ENTREGA DO RELATÓRIO

O Relatório de auditoria deverá ser entregue ao Gestor em até **90 (noventa) dias** após o data fixada na Primeira Nota de Serviço..

### VIII. CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO CONTRATO DE AUDITORIA

O contrato de auditoria poderá ser cancelado ou suspenso se a qualidade do trabalho não for satisfatória para a entidade de implementação e/ou para o Banco.

#### **Material a ser Disponibilizado quando da execução dos serviços pela CONTRATADA.**

Contrato de Financiamento;

(a) Ajudas Memória;

(b) Relatórios de Monitoramento.

Montevideo, 11 julio de 2017.

## CONSTANCIA

Se deja constancia ante quien corresponda que el GRUPO MACIEL fue contratado por la Secretaría del MERCOSUR – RUC N° 21.432502.0011 – para realizar, en el marco del FONDO PARA LA CONVERGENCIA ESTRUCTURAL DEL MERCOSUR (FOCEM) la Primera Auditoria Externa Técnica del Proyecto FOCEM “Rehabilitación Ruta N°8 Treinta y Tres – Melo, Tramo II, km 366 a 393,1” a cargo del Ministerio de Transporte y obras Públicas (MTO) del Uruguay.

### PRODUCTO DEL TRABAJO

Informe de Auditoria con opinión respecto de la ejecución del Proyecto de referencia, conforme lineamientos suministrados por la normativa vigente y los requerimientos particulares de la Unidad Técnica FOCEM (UTF).

Se incluye en los servicios de auditoria externa: inspecciones físicas in situ, revisión de los resultados de la auditoría interna técnica, auditoría operacional (indicadores físicos y de resultados e impacto) y de cumplimiento de otros requisitos específicos diseñados fines del Proyecto.

En particular la auditoria concibió información sobre:

- ✓ el cumplimiento de los diferentes niveles de la Matriz de Marco Lógico;
- ✓ la disponibilidad y archivo de la documentación relevante de la ejecución física del proyecto;
- ✓ la pertinencia y razonabilidad de las especificaciones técnicas seleccionadas por el Organismo Ejecutor en virtud de cada proceso de adquisición / contratación;
- ✓ cumplimiento de las especificaciones técnicas por parte de las empresas contratadas y las subcontratadas;
- ✓ aplicación de la Guía de Visibilidad del FOCEM (Decisión CMC N°04/08).
- ✓ Verificación del cumplimiento de las especificaciones técnicas previstas en el PBC que rigió la LPI N°34/13, en la cual resultará adjudicatario la firma CVC S.A Con particular énfasis en los ítems que a continuación se detallan:

- a) Confirmación del grado de avance físico de acuerdo al cronograma de actividades previsto por el Organismo Ejecutor, en función de la capacidad operativa de la empresa y otras variables que hayan podido modificar dicha planificación.
- b) Verificación del cumplimiento de las especificaciones técnicas que rigieron el mencionado llamado a licitación y los perfiles de obra transversales propuestos.
- c) Cumplimiento, en caso de haber resultado necesario, de las tareas de recuperación ambiental previstas en el inciso 49.2 del Título F Condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).
- d) Cumplimiento del requisito de señalización de la obra, de acuerdo a lo previsto en el inciso 49.3 del Título F Condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).
- e) Provisión por parte de la firma CVC S.A de pruebas, ensayos y equipos de acuerdo a lo previsto en el inciso 53 del Título F condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).
- f) Acciones desarrolladas para el mantenimiento del tránsito, de acuerdo a lo previsto en el inciso 60 del Título F Condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).
- g) Cumplimiento de las pautas de visibilidad FOCEM de acuerdo a lo previsto en el PBC. Inciso 59 del Título F Condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).



- h) Verificación de la totalidad de bienes, insumos y consultores pertenezcan a Estados Parte del Mercosur de acuerdo a lo establecido en la Declaración Jurada de Origen provista por la Firma CVC S.A.
1. Verificación de la consistencia entre el avance físico de la obra y los certificados de avance de obra emitidos.
  2. Cumplimiento de las pautas establecidas en el marco de la subcontratación prevista con la empresa DIFRA (Aequare S.A).
  3. Adecuación de los fundamentos técnicos expuestos por la Dirección de Obra para el reconocimiento y ejecución del rubro "imprevistos", de acuerdo a lo expuesto en Nota FOC N° 39/16 de fecha 27 de diciembre de 2016.
  4. Adecuación de los ajustes paramétricos establecidos, de acuerdo a los lineamientos obrantes en el PBC.

El Proyecto FOCEM "**Rehabilitación Ruta N°8 Treinta y Tres- Melo, Tramo II, km 366 a 393,1**", ha sido aprobado por *Decisión CMC N° 10/14* en el marco del Programa I de Convergencia Estructural, Componente i) Construcción, modernización y recuperación de vías de transporte modal y multimodal que optimicen el movimiento de la producción y promuevan la integración física entre los Estados Partes y entre sus sub-regiones. Fue ejecutado por el Ministerio de Transporte y Obras Públicas del Uruguay (MTOP) y las obras se encuentran emplazadas entre los Departamentos de Cerro Largo y Treinta y Tres.

El proyecto consiste en la rehabilitación de 27.1 km de carretera en la Ruta 8, Uruguay, desde el Km 366 al Km 393,1, mediante la reconstrucción con un tendido de una capa en mezcla asfáltica de 5 cm de espesor en calzada de 7,20 m de ancho con tratamiento bituminoso simple en banquetas de 1m de ancho. La obra incorpora previamente la corrección de drenajes, alargue de alcantarillas, ensanche de plataforma según sección transversal tipo, bacheo del pavimento existente, escarificado, conformación y compactación de capa de base y colocación de una capa base granular cementada. Se adicionan a su vez la señalización vertical y horizontal de la obra.

FUENTE DE FINANCIAMIENTO	MONTO US\$
APORTE FOCEM	11.075.562
CONTRAPARTIDA LOCAL ELEGIBLE	1.960.158
CONTRAPARTIDA LOCAL NO ELEGIBLE	2.603.405
<b>TOTAL</b>	<b>15.671.125</b>

**Equipo de trabajo:**

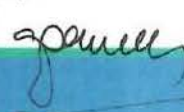
Roger Maciel de Oliveira - Coordinador del trabajo  
Luciano Gomes dos Santos – Revisor del trabajo  
Adriano de Souza Pereira – Ingeniero responsable técnico  
Mariana Rossi Wosiack – Ingeniera responsable técnica

Solicita Certificación de firma

  
**Verónica Ríos**  
**Coordinadora UTF**

**GUILLERMO J. DOMENECH**  
**ABOGADO - ESCRIBANO**

Secretaría del MERCOSUR - Unidad Técnica FOCEM (UTF)  
Luis Piera 1992 - 3r. Piso- CP 11200- Montevideo- Uruguay  
Tel: (598) 2411 11 03 - Fax: (598) 2418 05 57  
focem@mercosur.org.uy

*sigue papel notarial de aduana*  
*Fi 646269* 



antecedente contenido



Fi N° 646269



307

ESC. GUILLERMO JOSE DOMENECH MARTINEZ - 05389/5

Certifico que: I) Verónica Ríos Cabrera, oriental, mayor de edad, divorciada de sus únicas nupcias con Marcos Rivero, cédula de identidad 1.887.513-8, domiciliada en Luis Piera 1992 de la ciudad de Montevideo, a quien leí el documento que antecede, lo otorgó y firmó en mi presencia, de la manera habitual, acreditándome el conocimiento con la exhibición de la cédula de identidad ya mencionada. II) Verónica Ríos Cabrera, se desempeña como Coordinadora Interina de la Unidad Técnica FOCEM según documentación que he tenido a la vista. En fe de ello, a solicitud de parte interesada, extendiendo el presente que sello, signo y firmo en Montevideo el día once de julio de dos mil diecisiete.

Señalada Ojal  
ante  
Domenech 1979  
Ojal 307  
Domenech

GUILLERMO J. DOMENECH  
ABOGADO - ESCRIBANO





ANDERSON M. VELLOSO

JUCERGS 073

TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL  
PORTUGUÊS - ESPANHOL

EU, ABAIXO ASSINADO, TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL, DEVIDAMENTE NOMEADO PELA JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL, MATRÍCULA Nº. 073/2010, CERTIFICO E ATESTO QUE ME FOI APRESENTADO UM DOCUMENTO, EXARADO NO IDIOMA ESPANHOL. POR SOLICITAÇÃO DO INTERESSADO, EM RAZÃO DO MEU OFÍCIO, BEM FIELMENTE TRADUZI AO VERNÁCULO NACIONAL, CONFORME ABAIXO:

TRAD: 0595/2017

L. Nº 01

FOCEM  
FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA  
MERCOSUL ESTRUTURAL DO MERCOSUL

MERCOSUL

Montevideu, 11 julho de 2017.

### CERTIFICADO

Certificamos a quem corresponder que o GRUPO MACIEL foi contratado pela Secretaria do MERCOSUL - RUC [Registro Único de Contribuintes] Nº 21.432502.0011 - para realizar, no marco do FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL (FOCEM) a Primeira Auditoria Externa Técnica do Projeto FOCEM "Reabilitação Rota Nº 8 Treinta y Tres - Melo, Trecho II, km 366 a 393,1" a cargo do Ministério de Transporte e obras Públicas (MTO) do Uruguai.

### PRODUTO DO TRABALHO

Relatório de Auditoria com opinião em relação à execução do Projeto de referência, conforme alinhamentos fornecidos pela normativa vigente e os requerimentos particulares da Unidade Técnica FOCEM (UTF).

Inclui-se nos serviços de auditoria externa: inspeções físicas *in situ*, revisão dos resultados da auditoria interna técnica, auditoria operacional (indicadores físicos e de resultados e impacto) e de cumprimento de outros requisitos específicos projetados fins do Projeto.

Em particular, a auditoria concebeu informação sobre:

- ✓ o cumprimento dos diferentes níveis da Matriz de Marco Lógico;
- ✓ a disponibilidade e arquivo da documentação relevante da execução física do projeto;
- ✓ a pertinência e razoabilidade das especificações técnicas selecionadas pelo Organismo Executor em virtude de cada processo de aquisição / contratação;
- ✓ cumprimento das especificações técnicas por parte das empresas contratadas e das subcontratadas;
- ✓ aplicação da Guia de Visibilidade do FOCEM (Decisão CMC Nº04/08).
- ✓ Verificação do cumprimento das especificações técnicas previstas no PBC que regeu a LPI Nº34/I3, na qual resultará adjudicatário a firma CVC S.A com particular ênfase nos itens que a seguir são detalhados:

- a) Confirmação do grau de avanço físico de acordo ao cronograma de atividades previsto pelo Organismo Executor, em função da capacidade operacional da empresa e outras variáveis que tenham podido modificar tal planejamento.





ANDERSON M. VELLOSO

JUCERGS 073

TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL  
PORTUGUÊS - ESPANHOL

- b) Verificação do cumprimento das especificações técnicas que regeram o mencionado chamado a licitação e os perfis de obra transversais propostos.
  - c) Cumprimento, se for necessário, das tarefas de recuperação ambiental previstas no inciso 49.2 do Título F Condições complementares do contrato do *Pliego* [Edital] de Bases e Condições (PBC).
  - d) Cumprimento do requisito de sinalização da obra, de acordo com o previsto no inciso 49.3 do Título F Condições complementares do contrato do *Pliego* de Bases e Condições (PBC).
  - e) Provisão por parte da firma CVC S.A de testes, ensaios e equipamentos de acordo com o previsto no inciso 53 do Título F condições complementares do contrato do *Pliego* de Bases e Condições (PBC).
  - f) Ações desenvolvidas para a manutenção do trânsito, de acordo com previsto no inciso 60 do Título F Condições complementares do contrato do *Pliego* de Bases e Condições (PBC).
  - g) Cumprimento das pautas de visibilidade FOCEM de acordo com o previsto no PBC. Inciso 59 do Título F Condições complementares do contrato do *Pliego* de Bases e Condições (PBC).
  - h) Verificação da totalidade de bens, insumos e consultores pertencentes a Estados Partícipes do Mercosul de acordo com o estabelecido na Declaração Juramentada de Origem prevista pela Firma CVC S.A.
1. Verificação da consistência entre o avanço físico da obra e dos certificados de avanço de obra emitidos.
  2. Cumprimento das pautas estabelecidas no marco da subcontratação prevista com a empresa DIFRA (Aequare S.A).
  3. Adequação dos fundamentos técnicos expostos pela Direção de Obra para o reconhecimento e execução da rubrica “imprevistos”, de acordo com o exposto em Nota FOC N° 39/16 de data 27 de dezembro de 2016.
  4. Adequação dos ajustes paramétricos estabelecidos, de acordo com os alinhamentos constantes do PBC.

O Projeto FOCEM “Reabilitação Rota N°8 Treinta y Tres- Melo, Trecho II, km 366 a 393,1”, foi aprovado por Decisão C/VIC N° 10/14 no marco do Programa I de Convergência Estrutural, Componente i) **Construção, modernização e recuperação de vias de transporte modal e multimodal** que otimizem o movimento da produção e promovam a integração física entre os Estados Partícipes e entre as suas sub-regiões. Foi executado pelo Ministério de Transporte e Obras Públicas do Uruguai (MTOP) e as obras estão localizadas entre os Departamentos de Cerro Largo e Treinta y Tres.

**O projeto consiste na reabilitação de 27.1 km de estrada na Rota 8, Uruguai, do Km 366 ao Km 393,1**, mediante a reconstrução com uma colocação de uma camada em mistura asfáltica de 5 cm de espessura em calçada de 7,20 m de largura com tratamento betuminoso simples em acostamentos de 1 m de largura. A obra incorpora previamente a correção de drenagens, alargamento de bueiros, ampliação de plataforma segundo seção transversal tipo, recapeamento do pavimento existente,







ANDERSON M. VELLOSO

JUCERGS 073

TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL  
PORTUGUÊS - ESPANHOL

escarificado, conformação e compactação de camada de base e colocação de uma camada base granular cimentada. Adicionam-se, por sua vez, a sinalização vertical e horizontal da obra.

FONTE DE FINANCIAMENTO	MONTANTE US\$
APORTE FOCEM	11.075.562
CONTRAPARTIDA LOCAL ELEGÍVEL	1.960.158
CONTRAPARTIDA LOCAL NÃO ELEGÍVEL	2.603.405
<b>TOTAL</b>	<b>15.671.125</b>

**Equipe de trabalho:**

**Roger Maciel de Oliveira - Coordenador do trabalho**

Luciano Gomes dos Santos - Revisor do trabalho

Adriano de Souza Pereira - Engenheiro responsável técnico

Mariana Rossi Wosiack - Engenheira responsável técnica

Solicita Certificação de firma

[Assinatura] Verónica Ríos, Coordenadora UTF.

[Assinatura e carimbo] Guillermo J. Domenech, Advogado-Escrivente.

Segue papel notarial de atuação Fi N° 646269.

Secretaria do MERCOSUL - Unidade Técnica FOCEM (UTF)  
Luis Piera 1992 - 3° Andar- CP 11200- Montevidéu- Uruguai  
Tel: (598) 2411 11 03 - Fax: (598) 2418 05 57  
focem@mercosul.org.uy

---

[N.T.: o presente documento está redigido em papel timbrado notarial com escudos da República Oriental do Uruguai]

Papel Notarial de Atuação  
Fi N° 646269

ESC. GUILLERMO JOSÉ DOMENECH MARTINEZ - 05389/5

Certifico que: I) Verónica Ríos Cabrera, uruguaia, maior de idade, divorciada de suas únicas núpcias com Marcos Rivero, cédula de identidade 1.887.513-8, domiciliada em Luis Piera 1992 da cidade de Montevidéu, a quem li o documento que antecede, outorgou-o e assinou em minha presença, da maneira habitual, credenciando-me o conhecimento com a exibição da cédula de identidade já mencionada. II) Verónica Ríos Cabrera, desempenha função de Coordenadora Interina da Unidade Técnica FOCEM, segundo documentação que tive em mãos. Em fé disso, em solicitação de parte interessada, estendo o presente que carimbo, assino e firmo em Montevidéu no dia onze de julho de dois mil e dezessete.





ANDERSON M. VELLOSO


JUCERGS 073

TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL  
PORTUGUÊS - ESPANHOL

[Assinatura e carimbo] Guillermo J. Domenech, Advogado-Escrivente.

Taxa [ilegível]  
[Ilegível] \$ 1971  
[Ilegível] 307

[Ilegível]  
NADA MAIS A TRADUZIR HAVIA. LAVRO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL,  
BRASIL.

  
Anderson Morales Velloso  
Tradutor Público Juramentado da JUCERGS  
Inscrição 073/2010





## **TÉRMINOS DE REFERENCIA PARA LA SELECCIÓN DE AUDITORÍA EXTERNA**

**Convocatoria para la realización de la primera Auditoria Externa TÉCNICA del Proyecto FOCEM “Rehabilitación Ruta N°8 Treinta y Tres- Melo, Tramo II, km 366 a 393,1”, a cargo del Ministerio de Transporte y Obras Públicas (MTOP) del Uruguay.**

### **A.- ANTECEDENTES**

#### **A.1. Auditorías Externas de Proyectos**

El Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM) ha sido creado por las Decisiones del Consejo Mercado Común N° 45/04 y N° 18/05, y aprobada su continuidad por Dec. CMC N°22/15, con el fin de financiar los siguientes Programas: I) Programa de Convergencia Estructural, II) Programa de Desarrollo de la Competitividad, III) Programa de Cohesión Social y IV) Programa de Fortalecimiento de la Estructura Institucional y del Proceso de Integración.

El artículo 17 de la Decisión CMC N° 18/05, establece que los Proyectos que se ejecuten estarán sujetos a Auditorías Externas. Conforme al artículo 77.1 de la Decisión CMC N° 01/10 todos los Proyectos aprobados deberán ser sometidos a Auditorías Externas, como mínimo al verificarse el 50% (cincuenta por ciento) de su ejecución financiera, e inmediatamente al final del Proyecto.

La Decisión CMC N° 44/08 establece que la Unidad Técnica FOCEM (UTF) es responsable de la elaboración, administración y actualización de un Registro de Auditores Externos, integrado por profesionales independientes, instituciones y empresas reconocidas de Auditoría que ejecutarán las referidas Auditorías Externas.

Según el artículo 77.2 de la Decisión CMC N° 01/10, la UTF deberá contratar Auditores que integren su Registro de Auditores Externos para llevar a cabo las Auditorías Externas que se dispongan.

La selección del Auditor Externo se hará por el procedimiento de concurso de precios entre los integrantes del Registro de Auditoria del FOCEM que, con base en el análisis de la información documental disponible en el Registro, obtengan la máxima calificación y experiencia comprobada para la Auditoria de cada Proyecto.

Adicionalmente, de acuerdo al Art. 77.2 de la Decisión CMC N° 01/10 se tendrá en consideración que los Auditores seleccionados no pueden ser de nacionalidad o residentes en el Estado beneficiario del Proyecto.

### **B.- EL PROYECTO**

#### **B.1. Auditoría Externa a realizar**

El Proyecto FOCEM “Rehabilitación Ruta N°8 Treinta y Tres- Melo, Tramo II, km 366 a 393,1”, se encontraba, al 30/11/2016 en el 74,12% de avance físico de obras, según lo informado el 30/12/2016 por el Organismo Ejecutor del Proyecto a la Unidad Técnica Nacional FOCEM de Uruguay (UTNF UY).

De acuerdo a lo establecido por la reglamentación vigente, se procede a realizar la presente convocatoria con el fin de seleccionar al auditor externo para la realización de la primera auditoría externa técnica.

## B.2. Descripción del Proyecto

El Proyecto FOCES “**Rehabilitación Ruta N°8 Treinta y Tres- Melo, Tramo II, km 366 a 393,1**”, ha sido aprobado por *Decisión CMC N° 10/14* en el marco del Programa I de Convergencia Estructural, Componente i) Construcción, modernización y recuperación de vías de transporte modal y multimodal que optimicen el movimiento de la producción y promuevan la integración física entre los Estados Partes y entre sus sub-regiones.

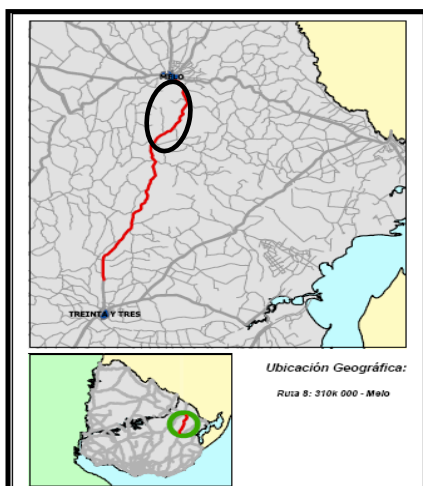
Es ejecutado por el Ministerio de Transporte y Obras Públicas del Uruguay (MTOP).

Con fecha 21/07/2014 se firmó el Convenio de Financiamiento que da inicio a su ejecución. Los términos y condiciones de este convenio pueden ser consultados en nuestra página web [www.focem.mercosur.int](http://www.focem.mercosur.int), menú superior “Normativas”, opción “Tipos”/“Convenios de Financiamiento”.

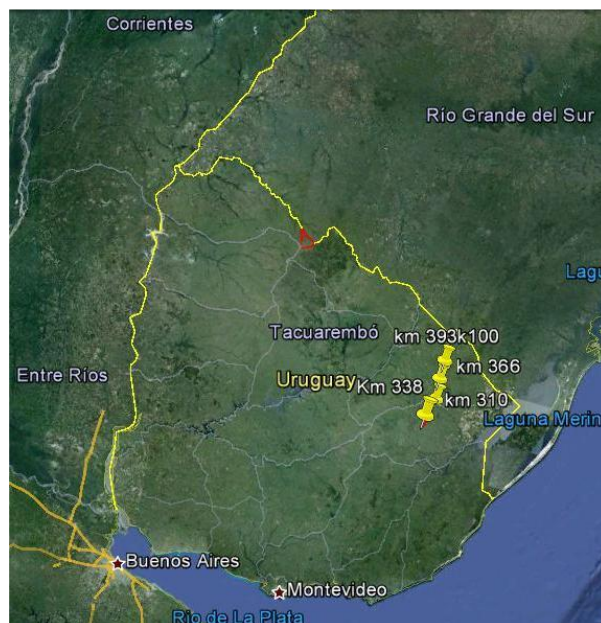
El proyecto consiste en la rehabilitación de 27.1 km de carretera en la Ruta 8, Uruguay, desde el Km 366 al Km 393,1, mediante la reconstrucción con un tendido de una capa en mezcla asfáltica de 5 cm de espesor en calzada de 7,20 m de ancho con tratamiento bituminoso simple en banquetas de 1m de ancho. La obra incorpora previamente la corrección de drenajes, alargue de alcantarillas, ensanche de plataforma según sección transversal tipo, bacheo del pavimento existente, escarificado, conformación y compactación de capa de base y colocación de una capa base granular cementada. Se adicionan a su vez la señalización vertical y horizontal de la obra.

## B.3. Localización geográfica

Las obras se encuentran emplazadas entre los Departamentos de Cerro Largo y Treinta y Tres. De requerirse información de comprobantes contables de control, los mismos se encuentran en Montevideo, por lo cual deberá coordinarse con el Organismo Ejecutor su copiado y envío.



ento



FUENTE DE FINANCIAMIENTO	MONTO US\$
APORTE FOCES	11.075.562
CONTRAPARTIDA LOCAL ELEGIBLE	1.960.158

CONTRAPARTIDA LOCAL NO ELEGIBLE	2.603.405
<b>TOTAL</b>	<b>15.671.125</b>

## B.5. Desembolsos y rendiciones de cuentas

El Proyecto ha recibido sus dos primeros desembolsos y la UTF ha aprobado su primera rendición de cuentas:

	Fecha otorgado	Monto US\$	Rendición aprobada	Monto US\$
1er desembolso	22/01/2016	1.096.638,00	18/11/2016	1.096.638,00
2do. Desembolso	22/11/2016	2.232.925,00	-	-
		3.329.563,00		1.096.638,00

## C.- OBJETIVO DE LA AUDITORÍA EXTERNA

Realizar la primera Auditoria Externa **TÉCNICA** del Proyecto FOCM “**Rehabilitación Ruta N°8 Treinta y Tres- Melo, Tramo II, km 366 a 393,1**” a cargo del Ministerio de Transporte y Obras Públicas del Uruguay (MTO).

**En esta oportunidad no se realizará auditoría contable, lo cual no impide que el auditor pueda solicitar la presentación de comprobantes de pagos, facturas, estados de cuenta bancarios, etc.**

## D.- PRODUCTO ESPERADO

Informe de Auditoria donde se emitirá una opinión respecto de la ejecución del Proyecto de referencia, conforme lineamientos suministrados por la normativa vigente y los requerimientos particulares que pueda realizar la Unidad Técnica FOCM (UTF).

La Auditoría Externa a realizar sobre cualquier Proyecto ejecutado en el ámbito del FOCM será de **carácter integral. En esta oportunidad, en virtud del alto avance de obras declarado por el OE (74,12%) y la menor ejecución financiera (30% de recepción de desembolsos y 10% de gastos rendidos), se realizará una auditoría técnica**, que deberá incluir: inspecciones físicas in situ, revisión de los resultados de la auditoría interna técnica (si la hubiera), auditoría operacional (indicadores físicos y de impacto), etc.

En forma general, se deberá proporcionar información sobre:

- ✓ el cumplimiento de los diferentes niveles de la Matriz de Marco Lógico;
- ✓ la disponibilidad y archivo de la documentación relevante de la ejecución física del proyecto;
- ✓ la pertinencia y razonabilidad de las especificaciones técnicas seleccionadas por el Organismo Ejecutor en virtud de cada proceso de adquisición / contratación;
- ✓ cumplimiento de las especificaciones técnicas por parte de las empresas contratadas y las subcontratadas;
- ✓ aplicación de la Guía de Visibilidad del FOCM (Decisión CMC N°04/08).

Se espera que el informe incluya comentarios y/o descargos del Organismo Ejecutor correspondiente, realizados en coordinación con la Unidad Técnica Nacional FOCM (UTNF).

Es responsabilidad del auditor informar inmediatamente a la UTF sobre la existencia de limitaciones en el alcance de su trabajo que impida el cumplimiento de su contrato en forma cabal. La UTF analizará la oportunidad de la información suministrada y adoptará las medidas necesarias.

## **E.- REQUERIMIENTOS PARTICULARES**

En esta oportunidad, en forma particular, la Unidad Técnica FOCEM (UTF), requiere opinión del auditor, además, sobre los siguientes puntos:

- I. Verificar el cumplimiento de las especificaciones técnicas previstas en el PBC que rigió la LPI N°34/13, en la cual resultará adjudicatario la firma CVC S.A Con particular énfasis en los ítems que a continuación se detallan:
  - a) Confirmación del grado de avance físico de acuerdo al cronograma de actividades previsto por el OE, en función de la capacidad operativa de la empresa y otras variables que hayan podido modificar dicha planificación.
  - b) Verificación del cumplimiento de las especificaciones técnicas que rigieron el mencionado llamado a licitación y los perfiles de obra transversales propuestos.
  - c) Cumplimiento, en caso de haber resultado necesario, de las tareas de recuperación ambiental previstas en el inciso 49.2 del Título F Condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).
  - d) Cumplimiento del requisito de señalización de la obra, de acuerdo a lo previsto en el inciso 49.3 del Título F Condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).
  - e) Provisión por parte de la firma CVC S.A de pruebas, ensayos y equipos de acuerdo a lo previsto en el inciso 53 del Título F condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).
  - f) Acciones desarrolladas para el mantenimiento del tránsito, de acuerdo a lo previsto en el inciso 60 del Título F Condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).
  - g) Cumplimiento de las pautas de visibilidad FOCEM de acuerdo a lo previsto en el PBC. Inciso 59 del Título F Condiciones complementarias del contrato del Pliego de Bases y Condiciones (PBC).
  - h) Verificar que la totalidad de bienes, insumos y consultores pertenezcan a Estados Parte del Mercosur de acuerdo a lo establecido en la Declaración Jurada de Origen provista por la Firma CVC S.A.
  - i) informar otros temas que resulten de interés a fin de evaluar la ejecución de las actividades auditadas.
1. Verificar la consistencia entre el avance físico de la obra y los certificados de avance de obra emitidos.
2. Cumplimiento de las pautas establecidas en el marco de la subcontratación prevista con la empresa DIFRA (Aequare S.A).
3. Adecuación de los fundamentos técnicos expuestos por la Dirección de Obra para el reconocimiento y ejecución del rubro “imprevistos”, de acuerdo a lo expuesto en Nota FOC N° 39/16 de fecha 27 de diciembre de 2016.
4. Adecuación de los ajustes paramétricos establecidos, de acuerdo a los lineamientos obrantes en el PBC.
5. Otros aspectos considerados de interés por el Auditor.

Toda la documentación requerida será suministrada a la empresa seleccionada.

## **F.- CARACTERÍSTICAS DE LA CONSULTORÍA**

### **F.1. Equipo de trabajo**

Para la realización de la auditoria externa del Proyecto FOCEM “**Rehabilitación Ruta N°8 Treinta y Tres- Melo, Tramo II, km 366 a 393,I**” se requiere:

- Un coordinador del trabajo que represente a la empresa auditora inscrita en el Registro de Auditores Externos FOCEM, que actúe como nexo con la UTF, responsable por los trabajos y por la emisión del informe;
- Un ingeniero especializado en obras civiles / infraestructura vial.

### **F.2. Duración**

La duración prevista para la Auditoría Externa es de 30 días corridos. Se estima que los trabajos se realizarán a partir de **finés de enero de 2017**. La UTF tiene la facultad de extender, en caso de resultar necesario, el plazo de ejecución del contrato de auditoría. Asimismo, al recibir los resultados, podrá solicitar un informe aclaratorio de los aspectos que entienda necesarios.

### **F.3. Honorarios**

Los oferentes deberán expresar, en dólares americanos, los honorarios a los que, **por todo concepto** aspiran por la realización del trabajo descrito. Quien resulte contratado será responsable por todos los desplazamientos, gastos de viajes, cobertura médica y seguros de vida de sus integrantes en todo momento.

### **F.4. Forma de Pago**

El pago se realizará de la siguiente manera:

- el primer pago (30%) se abonará con la firma del contrato
- el pago final (70%) se abonará contra la presentación del Informe final de auditoria, previo análisis de la UTF sobre el cumplimiento del contenido establecido en los TDR

### **F.5. Lugar de trabajo**

El Auditor seleccionado podrá visitar la sede de la Secretaria del MERCOSUR en Montevideo para mantener una reunión inicial con la UTF sobre los Términos de Referencia (TDR) de la Auditoria Externa y sobre aspectos básicos del Proyecto, así como para la firma del contrato.

Asimismo, durante la ejecución del contrato, deberá trasladarse a los lugares donde se ejecuta el Proyecto a fin de realizar cumplidamente todos los trabajos de Auditoria. Se espera una presencia aproximada de entre 5 y 7 días hábiles por parte del auditor en las dependencias del auditado y visitando las obras en cuestión.

## **G.- INSCRIPCIONES**

### **G.1. Plazo presentación de propuestas**

El Auditor Externo inscripto en el Registro de Auditores podrá manifestar su interés y hacer llegar su propuesta para los trabajos de la primera Auditoria Externa Técnica del Proyecto FOCEM “**Rehabilitación Ruta N°8 Treinta y Tres- Melo, Tramo II, km 366 a 393,I**” a la dirección de correo electrónico [auditoriafocem@mercosur.int](mailto:auditoriafocem@mercosur.int) hasta el día 23 de enero de 2017, inclusive.

## **G.2. Plazo para consultas**

Las consultas sobre la presente convocatoria y/o aspectos generales del Proyecto serán recibidas vía correo electrónico a la dirección [auditoriafocem@mercosur.int](mailto:auditoriafocem@mercosur.int), **hasta el día 17 de enero de 2017, inclusive**. Las respuestas se remitirán a todos los auditores del Registro.

## **G.3. Documentación**

Para su postulación el auditor deberá:

- 1) Remitir firmado el “Formulario de Declaración” que presenta evidencia firmada sobre:
  - presentación de copia de los documentos remitidos y declaración que la información es fidedigna;
  - presentación de copia de los certificados de estar al día con las obligaciones tributarias y de seguridad social exigibles en el país;
  - declaración de que existe conocimiento, aceptación y cumplimiento con las disposiciones en esta materia en los Estados Partes y en especial las que regulan la actividad para el MERCOSUR.
  - declaración de que no hay datos de vuestra empresa a modificar en el Registro de Auditores Externos FOCEM (y su detalle, en caso de existir);
  - declaración de cumplir y de haber leído y aceptado las bases contenidas en el presente llamado;
  - identificación de las personas que intervendrán en la Auditoría Externa en cuestión (en caso de incorporar nuevas, se deberá proporcionar información completa de cada una de ellas de acuerdo a lo previsto para la inscripción individual al Registro).

- 2) La cotización de honorarios deberá realizarse, en hoja membretada, escaneada, con firma original de quien represente a la firma, aclaración de firma y fecha, en un archivo comprimido, a la dirección [auditoriafocem@mercosur.int](mailto:auditoriafocem@mercosur.int) (archivo comprimido con sistema WINRAR protegido con contraseña alfanumérica).

El envío de la contraseña a la UTF deberá ser realizado en forma posterior, a expreso pedido de la referida Unidad, cuando así sea solicitado luego de la fecha de cierre del concurso.

## **H.- SELECCIÓN**

El proceso de selección estará a cargo de la Unidad Técnica FOCEM (UTF) y podrá ser anulado por la misma.

En caso de duda sobre alguna situación particular o de cualquier cuestión suscitada en el ámbito del proceso de selección, la UTF dispone de competencia para resolverla en forma definitiva.

La UTF publicará en la página Web del FOCEM el nombre del auditor/empresa seleccionada.

Montevideo, enero 2017.

---





### ATESTADO

Atestamos a quem interessar possa, que a empresa **MACIEL AUDITORES S/S**, CNPJ nº 13.098.174/0001-80, com sede na Rua dos Andradas, nº 943, sala 1604, no centro de Porto Alegre/RS, CEP 90.020-005, prestou ao **Município de Cachoeirinha**, CNPJ nº. 87.990.800/0001-85 **serviços de Auditoria Independente**, para o **“projeto de melhoria e ampliação da infraestrutura urbana do município de Cachoeirinha/RS”**, de acordo com os requisitos do Contrato de Empréstimo BR-15/2008 firmado com o FONPLATA.

Contrato: 015/2014, com vigência de 27 / 02 / 2014 a 27 / 05 / 2014.

Período de execução dos trabalhos: 15 / 03 / 2014 a 24 / 04 / 2014.

### **ESCOPO DOS SERVIÇOS:**

Realização de serviços de auditoria externa independente, referente ao período financeiro de janeiro/2013 a fevereiro/2014 e a avaliação final (art. 6.03 das disposições especiais do contrato) do projeto de melhoria e ampliação da infraestrutura urbana do município de Cachoeirinha/RS.

*Mais especificamente, o Projeto objetiva:*

- Eliminar os danos ao patrimônio público e privado e o desassossego provocado à população decorrentes dos alagamentos e inundações periódicos na região da cidade adjacente ao rio Gravataí, especialmente na estação chuvosa;
- Eliminar prejuízos aos setores produtivos locais originados pela deficiente infraestrutura de drenagem e de transportes;
- **Melhorar a circulação de pedestres e veículos nas vias da cidade;**
- **Tornar mais eficiente, em termos de tempo de viagem, segurança de tráfego e custos de operação e manutenção de veículos, a ligação do Distrito Industrial com as demais áreas do município e o resto do País;**
- Erradicar focos de proliferação de doenças provocadas ou transmitidas por insetos e roedores, especialmente no período de chuvas;
- Eliminar desconfortos, prejuízos materiais e danos para a saúde da população habitante dos bairros periféricos produzidos por enxurradas e alagamentos na temporada de chuvas, poluição do ar por poeira no período de seca e pela má qualidade da infraestrutura viária o ano todo;
- Eliminar pontos de contaminação do rio Gravataí e ocupação irregular e desordenada de espaços públicos e, simultaneamente, proporcionar à população alternativas para prática de atividades lúdicas com segurança.
- Eliminar 100% dos problemas de alagamento nos bairros Vila Santo Ângelo, Jardim América, Vila Veranópolis, Vila Eunice Nova, Vila Eunice Velha, Jardim Mauá, Vila Imbuí e Vila Cachoeirinha com a construção das galerias de macrodrenagem e a casa de bombas;
- Reduzir em 20% o tempo de viagem na Avenida Frederico Ritter;
- Reduzir em 5 % o tempo de viagem na Av. Flores da Cunha;
- Reduzir em 6 % o tempo de viagem na Rua Curitiba;
- Reduzir em 8 % o tempo de viagem na Rua Papa João XXIII;
- Pavimentar 100% das vias do Distrito Industrial que dão acesso ao município de Canoas através da pavimentação das Ruas Cristiano e Antonio José do Nascimento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

331

- Cercar 100% da área do Parque Municipal Tancredo Neves;

Incrementar em 16% a área pública da cidade destinada a recreação e lazer da população com a urbanização do dique.

Foram desenvolvidas análises e emissão parecer técnico adequadamente fundamentado sobre os seguintes aspectos, entre outros relacionados à implementação do Projeto em referência e do correspondente Contrato de Empréstimo BR-15/2008, de acordo com as Normas Internacionais de auditoria expedidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC) ou pela Organização Internacional dos Organismos Fiscalizadores Superiores (INTOSAI2), e, por conseguinte, incluiu as provas dos registros contábeis que os auditores julgarem necessárias nas circunstâncias examinadas.

#### PRAZO, ORÇAMENTO TOTAL E PLANO DE FINANCIAMENTO DO PROJETO

O Projeto está planejado para ser executado em 5 (cinco) anos e orçado em US\$ 17,82 milhões, equivalentes a R\$ 37,24 milhões.

#### PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:

- Rosangela Pereira Peixoto –	CRC/RS – 065932/O-7 –	Responsável Técnico
- Roger Maciel de Oliveira –	CRC/RS – 071505/O-3 –	Responsável Técnico
- Ana Cláudia dos Santos Sturza –	CRC/RS – 066310/O-1 –	Supervisora
- Luis Henrique Keiper –	CRC/RS – 043561/O-0 –	Auditor Sênior
- Nairo Tadeu de Oliveira Santos –	CRC/RS – 079883/O-2 –	Auditor Sênior
- Elildes Fortaleza dos Santos –	CRC/RN – 010020/O-3 –	Auditor

Cachoeirinha/RS, 05 de maio de 2015.

  
Sérgio Borges Selau  
Secretário Municipal da Fazenda  
CPF 367.809.280-20

**TABELIONATO DE NOTAS DE CACHOEIRINHA**  
Av. Gal. Anápio Gomes, 105 - Bairro Veranópolis - Cachoeirinha - RS  
Fone(51) 3470-2639 - E-mail: tabelionatodecachoeirinha@gmail.com  
**Maria Regina de Toledo - Tabeliã**

Reconheço a firma de: SERGIO BORGES SELAU, por SEMELHANÇA com a existente no arquivo deste Ofício. Dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Cachoeirinha, 21 de maio de 2015  
MARIA REGINA DE TOLEDO - TABELIÃ  
Emol: R\$3,60 + Selo digital: R\$0,30-0070.01.1400004.14456

VALIDO SEM EMENDAS OU RASURAS

NIDIA MORAES DE FREITAS  
Escritorinha Autorizada



1393

Conselho Regional de Contabilidade  
do Rio Grande do Sul  
Arquivado no CRCRS nos termos da  
lei 8.683/93, com redação dada pela  
lei 6.832/04. 14 JUN 2015  
Porto Alegre,

  
ANA LUCIA R. BUFFON  
Gerente Divisão de Registro



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

## **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2013 PROCESSO Nº. 23162 DO SISTEMA ERP**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE, DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA, NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA, por intermédio do Pregoeiro designado pela **Portaria nº 3.007 de 02 de Setembro de 2013**, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto Municipal nº. 3655/2006 de 30 de Junho de 2006, publicado em 30 de Junho de 2006 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e Lei Complementar 123/2006, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial e receberá os envelopes “1” (PROPOSTA) e “2” (HABILITAÇÃO), nos termos do item 1 do presente Edital. Fazem parte integrante deste Edital os Anexos I, II, III, IV e V.

### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O processamento e julgamento desta licitação serão conduzidos pelo Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio, que receberá as propostas de preços e os documentos de habilitação em Sessão Pública, a ser realizada conforme a seguir:

1.2 - DATA: **14/01/2014.**

1.3 - HORÁRIO: **14h00min.**

1.4 - LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha.  
Avenida Flores da Cunha, 2209 – Cachoeirinha-RS.  
Sala de Reuniões da Superintendência de Compras e Licitações.

### **2. DO OBJETO**

2.1 - Contratação de empresa para realização de serviços de Auditoria externa Independente, referente ao período financeiro de Janeiro/2013 a Fevereiro/2014 e a Avaliação Final (Art. 6.03 das Disposições Especiais do Contrato) do Projeto de Melhoria e Ampliação da Infraestrutura Urbana do Município de Cachoeirinha/RS, objeto do Contrato de Empréstimo nº BR-15/2008, celebrado entre este Município e o FONPLATA, conforme modelo de edital e seus anexos aprovados pelo FONPLATA. Preço máximo pelo serviço: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

### **3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 - Poderão participar da presente licitação os interessados, cujo profissional esteja legalmente habilitado para o exercício da profissão e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

3.2 - Não poderá participar desta licitação:

a) empresa e profissionais declarados inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, aplicada - lhe a sanção nos termos do art. 14 do Decreto nº. 3.555/2000, ou ainda, punida com suspensão temporária para licitar ou contratar, nos termos do art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93;

b) empresa que se encontre sob falência, concordata ou recuperação judicial.

#### **4 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS**

4.1 - As impugnações dos interessados ou licitantes contra os atos, as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverão ser feitas na Sessão Pública deste Pregão, exclusivamente pelas pessoas credenciadas para representar as proponentes em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

4.2 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data da Sessão Pública deste Pregão, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o respectivo ato convocatório.

4.3 - A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada pelo Pregoeiro na forma e nos prazos previstos no art. 12 do Decreto nº. 3.555/2000, devendo ser entregue diretamente ao Pregoeiro, na Avenida Flores da Cunha, 2209.

4.4 - Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização da Sessão Pública deste Pregão.

4.5 - A entrega das propostas, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições estabelecidas.

4.6 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

4.7 - As impugnações, razões e contrarrazões do recurso deverão ser entregues na Avenida Flores da Cunha, 2209, no horário de 09:00 às 17:00 horas. Não serão reconhecidas as impugnações, razões ou contrarrazões de recurso, entregues fora do horário estipulado ou em outros setores da PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS.

4.8 - O recurso contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

4.9 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



4.10 - Se não reconsiderar sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

4.11 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local onde deverão ser entregues as razões e contrarrazões do recurso.

4.12 - Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e à Autoridade Competente a decisão final sobre os recursos contra atos do Pregoeiro.

## 5 - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

### 5.1 - DO CREDENCIAMENTO.

5.1.1 - Na data, hora e local designados para a Sessão, os representantes dos proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, com o seu documento de CREDENCIAMENTO de acordo com o **Anexo II**.

a) Não será permitida que um mesmo representante seja credenciado para mais de um proponente.

b) A falta de apresentação dos documentos para credenciamento impedirá o representante de se manifestar ou responder pelo proponente no decorrer da Sessão, porém não será motivo para a desclassificação de sua proposta inicial.

c) Em se tratando de ME - Microempresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte, o representante legal do credenciado deverá apresentar, fora dos envelopes, a declaração de ME - Microempresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte, que ocupam a referida condição, devidamente assinada e carimbada pelo contador da empresa. A não apresentação deste documento se entenderá como que a empresa não ocupe a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e não fará jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

*d) Em atendimento ao disposto no inciso VII, do Artigo 4º, da Lei nº. 10.520, o representante legal credenciado apresentará nos moldes do Anexo II deste Edital, **FORA DOS ENVELOPES**, declaração que sua representada cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** previstos no Edital, sob pena de não aceitação de sua proposta pelo pregoeiro.*

e) Posteriormente verificado o não atendimento dos requisitos previstos para habilitação, conforme declaração apresentada na forma do item anterior sujeitará a licitante às penalidades constantes deste edital.

5.1.2 - Após o credenciamento, será declarada aberta a Sessão pelo Pregoeiro. A partir desse momento, estará encerrada a admissão de novos proponentes.



5.1.3 - Em seguida, os interessados entregarão os envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação.

5.1.3.1 - A proposta de preço e os documentos de habilitação deverão estar em envelopes distintos, opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

Envelope nº: 01 PROPOSTA DE PREÇOS	Envelope nº: 02 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
<b>Pregão Presencial nº 059/2013 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS</b>	<b>Pregão Presencial nº 059/2013 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS</b>
Razão social da empresa	Razão social da empresa
CNPJ	CNPJ

## **5.2 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES.**

5.2.1 – O Pregoeiro passará a abertura dos envelopes contendo as propostas iniciais, abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes dos proponentes presentes. O modelo de proposta financeira encontra-se no **Anexo V**.

5.2.2 - Para a classificação das propostas, serão consideradas duas casas decimais, vedado o arredondamento, classificando o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores.

a) Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.2.3 - Quando menos de três propostas atenderem as condições definidas no item 5.2.2, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços propostos.

5.2.4 - A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

5.2.5 - Os licitantes cujas propostas forem classificadas serão convocados, individualmente, para a apresentação de **lances verbais**, de forma sucessiva, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor, seguindo-se os demais em ordem decrescente de valores.

a) Os valores dos lances verbais devem ser inferiores ao da proposta de **menor valor global**, distintos e decrescentes.

b) A desistência ao direito de apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da etapa competitiva e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

c) Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

d) Não havendo mais interessados em apresentar lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas.

e) Caso não se realizem lances verbais, ou, ainda, se a empresa vencedora for inabilitada, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente da melhor proposta, na busca de preço adequado ao interesse da Administração.

f) Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

5.2.6 - Em seguida, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, conforme objeto e condições definidas neste edital e seus anexos.

**5.2.7 - Será declarada vencedora a proposta aceita que atender todas as exigências editalícias e apresentar o menor valor global para os serviços solicitados, caso seja habilitada.**

5.2.8 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital.

5.2.9 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste edital e seus anexos e/ou apresentarem preços excessivos ou com valor total superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade coerentes com os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

5.2.10 - Não serão consideradas as propostas omissas, vagas ou as que apresentarem irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.2.11 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta, prevalecerão as da proposta.

5.2.12 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

5.2.13 - O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo os licitantes, se for o caso, atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação. É vedada a inclusão posterior de informações ou documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.



5.2.14 - Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

5.2.15 - Caso o envelope com a indicação externa "PROPOSTA DE PREÇOS" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.

5.2.16 - O licitante vencedor se obriga a fornecer no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar da Sessão Pública de abertura das propostas, **nova proposta com os devidos preços unitários e totais**. A não apresentação no prazo previsto importará na aplicação ao licitante, das sanções legalmente previstas, bem como na sua desclassificação.

5.2.17 - Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os proponentes presentes.

5.2.18 - Se não for possível à abertura dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação em uma única sessão, em face do exame da proposta/documentação com os requisitos deste Edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em Sessão a ser convocada posteriormente.

5.2.19 - Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova Sessão oportunamente marcada para prosseguimento da licitação.

### **5.3 - DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

5.3.1 - A aceitabilidade compreende a verificação da compatibilidade da proposta com o Valor estimado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS e os requisitos definidos neste Edital e seus Anexos: prazo de fornecimento, especificações técnicas, parâmetros de desempenho e de qualidade.

5.3.2 - Não se admitirá proposta que apresentar preços total ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem à materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

5.3.3 – O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.





#### 5.4 – **DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

5.4.1 - Estar em nome do licitante, com um único número de CNPJ, estar, na data da sessão, no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, o Pregoeiro aceitará documentos expedidos nos últimos 60 (sessenta) dias que antecederem à data da Sessão de recebimento da documentação e da proposta, designada nas disposições iniciais do presente Edital ITEM 1.

5.4.2 - Ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial ou fotocópia autenticada por cartório ou por membro da Equipe de Apoio, caso não estejam autenticados, e o licitante possuir os originais no momento do certame, a equipe de apoio autenticará no certame os referidos documentos.

5.4.3 - Não serão aceitos documentos apresentados em papel térmico para fac-símile (fax).

5.4.4 - A proposta de preços deve ser apresentada em 1 (uma) única via, impressa, preferencialmente, em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, devendo estar datada, rubricada e assinada, e constar:

5.4.5 - Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente e referência a esta licitação, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*) e fac-símile, se houver, número de telefone e endereço da empresa e dados bancários. Na ausência deste último, a Administração solicitará por ocasião da assinatura do contrato;

5.4.6 - Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da Sessão de abertura deste Pregão.

5.4.7 - Somente serão admitidas as propostas que envolverem a execução total dos serviços indicados no Anexo I deste Edital.

5.4.8 - Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei nº: 8.666/93.

5.4.9 - Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, não sendo permitida qualquer alteração nos valores unitários.

5.4.10 - A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão de abertura dos envelopes das Propostas de Preços, com poderes para esse fim.

5.4.11 - A falta de CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope de documentação de habilitação.





5.4.12 - Nos preços propostos serão consideradas todas as obrigações previdenciárias, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributárias, material, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto e suas entregas.

5.4.13 - As decisões do Pregoeiro serão comunicadas mediante publicação no Site da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, sito: **www.cachoeirinha.rs.gov.br** na página de licitações, salvo em relação àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das licitantes presentes à Sessão Pública, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento.

## 6 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os documentos de habilitação deverão ser entregues em envelope opaco, lacrado e rubricado no fecho, identificado conforme o Item 5.1.3.1. Para participar da presente licitação deverão ser apresentados os documentos conforme abaixo:

### 6.1.1 – Habilitação Pessoa Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou **Contrato Social** e alterações em vigor, acompanhado de prova de seu registro ou inscrição e de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades por ações;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;
- f) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, com validade na data de abertura da Licitação;
- g) Prova de Regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - **INSS**, com validade na data de abertura da Licitação;
- h) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública **Municipal** do domicílio da licitante, **Estadual** e **Federal** (Receita Federal e Dívida Ativa da União), com validade na data de abertura da Licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

- i) **Declaração** da empresa de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- j) **Declaração** da empresa de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo e que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos;
- l) **Certidão negativa de falência**, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- m) Certidão de **Regularidade junto ao CRC/RS** – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul da empresa **e dos profissionais envolvidos no respectivo trabalho**;
- n) **Atestado** de prestação de serviço anterior, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto da presente licitação;
- o) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. (LEI Nº. 12.440, DE 7/07/2011).

6.2 - A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, **aqueles emitidos a menos de 60 (sessenta)** dias da data de abertura da Sessão deste Pregão.

6.3 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.4 - Documentos apresentados com a validade expirada ou em desacordo com o disposto neste Edital acarretarão a inabilitação do proponente.

6.5 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta vencedora, para confirmação de suas condições habilitatórias.

6.6 - Se o vencedor não atender as exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a documentação dos licitantes das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração daquela que cumprir todas as exigências.

6.7 - As cópias da documentação deverão estar autenticadas em cartório ou antecipadamente por servidor Público Municipal, na Superintendência de Compras e Licitações, sito na Av. Flores da Cunha, 2209.

## 7 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

7.1 – A adjudicação e homologação somente serão efetivadas: se não houver manifestação dos licitantes da intenção de interpor recursos, devidamente registrada em ata durante o transcurso da Sessão do Pregão; após o deferimento ou indeferimento dos recursos interpostos e dado conhecimento dos seus resultados.

7.2 - A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será por **“menor valor global”** e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

7.3 - Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta adequada ao preço ofertado na etapa de lances verbais.

7.4 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer de dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e, em havendo interesse do MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA-RS, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

## **8. DO LOCAL DE ENTREGA:**

8.1 – Os serviços serão prestados conforme especificação da Secretaria correspondente e do MEMORIAL DESCRITIVO anexo a este edital.

## **9 – DO PAGAMENTO**

9.1 - O pagamento dos serviços de auditoria será feito como segue: 4 (quatro) parcelas iguais, com o pagamento até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, ficando a terceira parcela vinculada à entrega do relatório em versão preliminar à Prefeitura Municipal de Cachoeirinha; e a quarta parcela vinculada à aceitação da versão final pelo Município.

9.2 - Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal / Fatura, a mesma será devolvida ao fornecedor /contratado para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal /Fatura devidamente retificada, iniciando-se nova contagem de tempo.

9.3 - Caso o objeto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a contratada deverá providenciar no prazo máximo de 02 (dois) dias contados da data de notificação expedida pela contratante, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei Federal nº. 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor.

9.4 - Os pagamentos poderão ser efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou, ainda, diretamente junto ao órgão contratante, através de cheque nominal na Tesouraria.

9.5 - Os recursos utilizados para pagamento da referida despesa correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

Dotação : 2013/205 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
Programa de Trabalho : 06.01.15.451.0092.1046 - Melhoria e Ampliação da Infra-estrutura Viária  
Elemento de Despesa : 4.4.9.0.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA  
Fonte de Recurso : 0001 - Recurso Livre  
Rubrica Item : 4.4.9.0.35.02.00.00.00 - AUDITORIA EXTERNA

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Pelo não cumprimento das obrigações assumidas a CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções de advertência, multa, suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e declaração de inidoneidade, sendo que a suspensão e a declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual, conforme artigo 87, § 2º da Lei Federal 8.666/93.

10.2 - As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

10.3 – A Contratada (s) poderá (ão) ser aplicada (s) a (s) seguinte (s) sanção (ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

I - advertência - nos casos de:

- a) desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada.

II - multas - nos seguintes casos e percentuais:

- a) por atraso injustificado na entrega do objeto até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;
- b) por atraso injustificado na entrega do objeto, superior a 30 (trinta) dias: 05% (cinco por cento) sobre o valor do produto e/ou parcela mensal do contrato;
- c) o não cumprimento das exigências do edital, após ser declarado vencedor, sem motivo justo de 05% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) conforme caso e as razões, sobre o valor total do objeto;
- d) recusa do adjudicatário em assinar o contrato, a Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: sem justo motivo, aplica-se as penas o disposto no artigo 81 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 5% (cinco por cento).



**III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração; após regular processo administrativo:**

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo: até 01 (um) ano;
- c) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento: até 02 (dois) anos.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

10.4 - As multas previstas no inciso II do item 10.3 serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

10.5 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.3, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.6 - A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração serão declarados em função da natureza e gravidade da falta cometida.

10.7 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será dada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

10.8 - A sanção prevista no inciso IV, do item 10.3 é da competência do Secretário responsável pela homologação da licitação, facultada a defesa da Licitante no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

10.9 - As multas aplicadas não impedem o Município de rescindir unilateralmente o Contrato, e ainda, quando for o caso, aplicar outras sanções previstas na lei.

## **11. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA**

11.1 - Homologada a licitação pela autoridade competente, será emitido o contrato, a Autorização de Fornecimento (AF)/Ordem de Serviço (OS), visando a execução do objeto licitado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

11.2 - O Licitante Vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para aceitar a AF/OS ou Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

11.3 - Deverá ainda estar em dia com a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Seguridade Social - CND.

11.4 - A recusa injustificada do licitante vencedor sobre o aceite da Autorização de Fornecimento (AF)/Ordem de Serviço (OS) e Contrato, dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o licitante à aplicação das penalidades previstas no item 10.1.

11.5 - A Autorização de Fornecimento (AF)/Ordem de Serviço (OS) e contrato poderão ser canceladas/rescindidos pelo MUNICIPIO:

- a) Unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contida no art. 78 da Lei Federal 8.666/93;
- b) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo Município;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

## 12 - DO PRAZO DE ASSINATURA E DA VALIDADE DO CONTRATO

12.1 - O licitante vencedor terá o prazo de dois dias, contados a partir da data da convocação encaminhada pela Assessoria Jurídica da Superintendência de Compras e Licitações, para a assinatura do contrato.

12.2 - O prazo de execução é de até **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da Ordem de Serviço. Os trabalhos serão executados nos primeiros meses do ano de 2014 e o relatório deverá ser concluído, em versão preliminar, mas abordando todos os aspectos mencionados no Termo de Referência, incorporando ajustes e complementações requeridas pelo Fonplata.

12.3 - O não comparecimento do licitante vencedor no prazo hábil para assinatura do contrato implicará a aplicação do Art. 64 da lei 8666/93.

12.4 - É facultado ao MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA-RS, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda, quando o MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA-RS rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste Edital.





12.5 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

### **13 - DA RESCISÃO**

13.1 - O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, obedecendo, ainda, o disposto nos artigos. 79 e 80 do mesmo diploma legal.

13.2 - Havendo possibilidade legal de a rescisão ser solicitada pela contratada, esta deverá notificar o Município mediante documento protocolado devidamente fundamentado e comprovado.

13.3 - A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente, devendo a contratada manter a execução do contrato pelo prazo necessário para que o Município efetue nova contratação.

### **14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 - Esta licitação poderá ser adiada, revogada total ou parcialmente ou ainda anulada, sem que caiba indenização ou compensação aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

14.2 - A presente licitação poderá ter a sua abertura adiada ou transferida para outra data, mediante aviso prévio.

14.3 - Os documentos exigidos neste procedimento licitatório poderão ser apresentados em original, por meio de fotocópias autenticadas por cartório competente ou servidor da administração, ou fotocópias simples (exceto cópia de FAX) acompanhadas dos originais para cotejo no ato da apresentação.

14.4 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

14.5 - Nenhuma indenização ou ressarcimento serão devidos aos licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

15.6 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data prevista para o recebimento e abertura dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação, sem a solicitação ou a convocação de que trata o item 5.2.16, ficam as concorrentes liberadas dos compromissos assumidos.

15.7 - Da Sessão será lavrada ata com a relação das licitantes e todas as ocorrências que interessarem ao certame. Essa ata será assinada pelos presentes e será comunicada no local da reunião.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

15.8 - Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III – Dos Contratos da Lei nº. 8.666/93, o presente Edital e a proposta da ADJUDICATÁRIA serão partes integrantes da Nota de Empenho a ser firmada com a ADJUDICATÁRIA.

15.9 - O Contrato a ser firmado com a adjudicatária poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que haja interesse da Administração Pública.

15.10 - O Pregoeiro, ou autoridade superior, poderá promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

15.11 - O Pregoeiro, ou autoridade superior, poderá subsidiar-se em pareceres, emitidos por técnicos ou especialistas, no assunto objeto desta licitação.

15.12 - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do Edital.

15.13 - O pregoeiro não desclassificará ou inabilitará, qualquer licitante por falta de rubrica, erros ou omissões que não prejudiquem o curso do processo, desde que o licitante possa satisfazer as exigências dentro da sessão.

15.14 - Aplica-se à presente licitação, subsidiariamente, as Leis nº. 8.078/90 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes.

15.15 - Para consulta e/ou quaisquer outros esclarecimentos necessários ao perfeito entendimento deste edital, poderão ser obtidos junto ao pregoeiro e sua equipe de apoio, pessoalmente, no endereço Avenida Flores da Cunha, 2209 – Sala de licitações – Cachoeirinha-RS, ou através do telefone (51) 30417126, entre 09h e 17h.

15.16 - Toda comunicação oficial se dará por meio de fac-símile ou por publicação no Diário Oficial do Município, nos termos da legislação vigente.

## 16 - DOS ANEXOS

16.1 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I	MEMORIAL DESCRITIVO
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO ART. 7º CF/88, INC. XXXIII
ANEXO V	MINUTA CONTRATUAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

## 17. DO FORO

17.1 - As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da comarca de Cachoeirinha-RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cachoeirinha - RS, 26 de Dezembro de 2013.

**Luiz Vicente da Cunha Pires**  
**Prefeito Municipal**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

## ANEXO I

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### **FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRAT A** **Guia para Auditorias Externas Independentes praticadas aos Estados** **Financeiros de Projetos em Execução Financiados com recursos do FONPLATA**

##### **Tabela de Conteúdo**

1. Antecedentes
2. Fundamento
3. Auditores Independentes Elegíveis
4. Compromisso do Mutuário em Relação com a Auditoria
5. Obrigações Relativas à Auditoria
6. Auditoria dos Estados Financeiros do Projeto
7. Elegibilidade dos Auditores Independentes
8. Processo da Designação dos Auditores Independentes
9. Responsabilidade dos Auditores Independentes
10. Responsabilidades do Mutuário e o Organismo Executor

##### **1. ANTECEDENTES**

As Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo BR-15/08, no Capítulo VI, Artigo 6.03, refere que: “O Mutuário realizará uma avaliação de conclusão, por meio de consultoria, quando do término da execução do Projeto”, enquanto as Normas Gerais dos Contratos de Empréstimo vigentes, no Capítulo VIII, refere a necessidade de apresentação de informes e estados financeiros, a serem apresentados pelo Mutuário e o Organismo Executor, mencionando no Artigo 8.03, item (D), referindo que: “Dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico começando com o exercício que corresponda ao ano fiscal seguinte ao da iniciação do Projeto embora subsistam as obrigações do Mutuário de conformidade com este Contrato, o Mutuário apresentará três (3) exemplares de seus estados financeiros do encerramento do citado exercício e toda informação financeira complementar relativa a esses estados. Esta obrigação não se aplica no caso que o Mutuário seja a República ou Banco Central.” Mais adiante a mencionada Norma estabelece que “Os estados e documentos descritos nos literais (C) e (D) anteriores deverão se apresentar dentro do prazo previsto com o ditame da respectiva entidade oficial fiscalizadora e de acordo com os requisitos satisfatórios ao FONPLATA. O Mutuário e o Organismo Executor, segundo corresponda, deverá autorizar a entidade auditora para que proporcione ao FONPLATA a informação adicional que este possa solicitar, em relação com os estados financeiros e informes de auditoria emitidos.” Seguidamente se estabelece que “Nos casos em que o ditame estiver a cargo dum organismo oficial de fiscalização e este não possa efetuar seu trabalho de acordo com os requisitos satisfatórios ao FONPLATA ou dentro dos prazos acima mencionados, na forma indicada, o Mutuário e o Organismo Executor, contratará os serviços duma firma de auditores públicos Independentes aceitáveis ao FONPLATA. Deste modo poderão se utilizar os serviços duma firma de auditores públicos independentes, se as partes contratantes assim o acordarem, sempre que se contrate uma firma de auditores públicos independente, os honorários correram por conta do Mutuário o do Organismo Executor”.



No Artigo 4.01 Condição Previa ao Primeiro Desembolso se estabelece que “o primeiro desembolso a conta do financiamento está condicionado a que se cumpram, a satisfação do FONPLATA, os seguintes requisitos: inciso F) Que a entidade oficial fiscalizadora a que se refere o Artigo 8.03 destas Normas Gerais acham convindo em realizar as funções de auditoria previstas na dita disposição o que o Mutuário é o Organismo Executor, acham convindo em que dita função seja efetuada mediante a contratação duma firma de auditores Independentes, a cujo efeito, deverão se apresentar a satisfação de FONPLATA ,os términos de referencia e os procedimentos a cumprir se.”

## **2. FUNDAMENTO**

2.1. O interesse do FONPLATA é dar-se por satisfeito do que os dados e informação financeira sejam os adequados, estejam completos, fidedignos e que durante o processo de execução dos projetos acham-se empregado controles financeiros eficazes.

2.2. Estabelece-se o presente Guia, com o objetivo do que os Mutuários e Organismos Executores de Projetos demonstrem a satisfação de FONPLATA, e com anterioridade ao primeiro desembolso do Empréstimo, que dispõem das condições adequadas para administrar e controlar a aplicação dos recursos financeiros outorgados.

## **3. AUDITORES INDEPENDENTES ELEGÍVEIS**

Segundo o estabelecido no Contrato de Empréstimo, FONPLATA e o Mutuário e o Organismo Executor podem determinar que os estados financeiros a apresentar sejam auditados por:

3.1. ORGANISMOS OFICIAIS DE FISCALIZAÇÃO SUPERIOR: consideram-se tais quando reúnam as seguintes características:

- a) Que a situação dentro da organização administrativa do Estado assegure completa independência de atuação, de critério e de informação;
- b) Esta situação resulta do grau de dependência do Organismo e da Entidade Executora do Empréstimo financiado pelo FONPLATA, verificado no Organograma Institucional.
- c) Que tenham capacidade de efetuar a auditoria de acordo com os requisitos estabelecidos nesta Guia e observando os prazos e outros aspetos estabelecidos nos Contratos de Empréstimo.
- d) Em principio, salvo que o Organismo Executor dos respectivos Países Membros assinalem outras instituições, as entidades oficiais fiscalizadoras serão:

1 À Auditoria Geral da Nação e o Tribunal de Contas da Província (Argentina);

2 À Controladoria Geral da República (Bolívia);

3 Os Tribunais de Conta dos Estados, dos Conselhos o dos Municípios (Brasil);

4 À Controladoria Geral da República (Paraguai); e

5 O Tribunal de Contas (Uruguai)

3.2. CONTADORES PÚBLICOS INDEPENDENTES: definam-se como tais as firmas de profissionais integrados pelos contadores o auditores públicos matriculados (Licenciados em Ciências Contábeis, Econômicas o equivalentes), que estão autorizados legalmente para exercer essa profissão em qualquer dos Países Membros do FONPLATA. As firmas unipessoais não se encontram dentro daquelas consideradas aceitáveis pelo FONPLATA.

## **4. COMPROMISSOS DO MUTUÁRIO EM RELAÇÃO COM A AUDITORIA**

O Mutuário e o Executor do projeto, no marco da auditoria do empréstimo, se comprometem com o seguinte:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

- 4.1. Que os auditores Independentes sejam selecionados conforme os procedimentos aceitáveis ao FONPLATA, salvo ou caso de ser a Entidade oficial fiscalizadora que corresponda;
- 4.2. Que os auditores Independentes selecionados sejam aceitáveis ao FONPLATA, para o qual o Mutuário e o Organismo Executor deveram apresentar os antecedentes da seleção:
- 1 A Constância do registro profissional da firma de auditores públicos Independentes ante o Colégio Profissional do País Membro que corresponda em caso de estar inscrito,
  - 2 A experiência da firma em auditorias de projetos no seu país e no exterior de pelo menos cinco (5) anos e
  - 3 Proporcione dados da conformação e organização da firma em cada País Membro que corresponda.
- 4.3. Que os estados financeiros e seus correspondentes ditames de auditoria independente sejam apresentados no prazo previsto nas Normas Gerais dos Contratos de Empréstimo;
- 4.4. Que à auditoria independente devesse praticar de acordo às Normas de auditoria geralmente aceita, aplicando em todos os casos as Normas Internacionais de auditoria (NIAs), e que para os Organismos de Fiscalização Superior de cada País Membro se aplique às normas INTOSAI, se os mesmos as houvessem adotado; e
- 4.5. Os auditores Independentes sejam autorizados a proporcionar diretamente ao FONPLATA qualquer informação que se solicite em relação com o exame praticado.
- 4.6. As firmas de auditores públicos independentes selecionados devem reunir os antecedentes requeridos e apresentá-los devidamente autenticados ante o Mutuário e o Executor. Devem ser comprovados vícios na apresentação, o FONPLATA se reservará o direito de dar sua não objeção aos procedimentos de seleção realizados.

## 5. OBRIGAÇÕES RELATIVAS À AUDITORIA

Ao subscrever um Contrato de Empréstimo, o Mutuário e/o Executor comprometem-se a apresentar ao FONPLATA o seguinte:

- 5.1. Três (3) cópias originais dos estados financeiros do projeto determinados pelos auditores Independentes aceitáveis, dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Organismo Executor, começando com o exercício que corresponda ao ano fiscal seguinte ao da iniciação material do Projeto em tanto o mesmo se encontre em execução.
- 5.2. No caso que a Entidade Pública ou Privada seja executora de mais dum projeto, FONPLATA poderá solicitar além do mencionado no ponto 5.1. anterior, a apresentação dos estados financeiros aditados da Entidade. Quando se trate da auditoria da Entidade, o FONPLATA não intervém no processo de contratação de auditores.
- 5.3. Quando necessário, o FONPLATA poderá exigir que o Mutuário e ou Executor apresentem informação adicional em relação com os estados financeiros do projeto e informes de auditoria.
- 5.4. Quando a auditoria este a cargo dum organismo oficial de fiscalização que não pudesse efetuar sua labor na data sinalada e havendo sido o FONPLATA comunicado desta situação, devera-se exigir que o Mutuário e o Executor contratasse os serviços duma firma de auditores públicos Independentes aceitáveis ao FONPLATA.
- 5.5. E possível que à auditoria dos estados financeiros do projeto e da entidade mutuaría e/o executora seja efetuada pelos diferentes auditores Independentes. Em todos os casos os mesmos deverão ser aceitáveis ao FONPLATA, além de observar os procedimentos e requisitos exigidos pelos demais Organismos e/ou Entidades que aportam para os objetivos do projeto (cofinanciadores).

## 6. AUDITORIA DOS ESTADOS FINANCEIROS DO PROJETO





6.1. À auditoria dos estados financeiros do projeto compreende o exame dos informes que mostram o desenvolvimento financeiro do projeto como um todo, desde a recepção dos desembolsos do FONPLATA e outras fontes, como da contrapartida local e da aplicação dos recursos do empréstimo na execução do projeto.

6.2. A revisão do cumprimento das cláusulas contratuais, o regulamento operativo e a avaliação da efetividade do sistema de controle interno são partes da auditoria e dos estados financeiros do projeto que deverão efetuar os auditores independentes a fim de assegurar sua integridade, validade correta, acumulação, avaliação e a apresentação de todas as transações pertinentes à execução do empréstimo financiado pelo FONPLATA.

6.3. No alcance do trabalho de auditoria, segundo o acordado entre as partes, inserir-se o exame da documentação de suporte relacionada com as solicitações de desembolsos apresentadas ao FONPLATA.

6.4. O objetivo principal da revisão será verificar que os gastos relacionados com as solicitações de desembolsos:

- a) Estejam adequadamente sustentados com os comprovantes fidedignos mantidos nos arquivos do Mutuário e o Executor;
- b) Que foram devidamente autorizados pelo Mutuário e o Executor;
- c) Que são aceitáveis de acordo com os termos do contrato de empréstimo; e
- d) Que foram contabilizados corretamente, de acordo aos Princípios e Normas de Contabilidade Geralmente Aceitadas.

6.5. De igual forma, deverão se verificar os comprovantes correspondentes a gastos de contrapartida e de aporte local a cargo do Mutuário e/ou Organismo Executor registrado nos Estados Financeiros que estão submetidos à auditoria independente exigida pelo FONPLATA.

## **7. ELEGIBILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

7.1. Ao fim de considerar a elegibilidade de um auditor independente proposto por um Mutuário e o Executor, FONPLATA requer, para se satisfazer da sua capacidade e idoneidade, conhecer:

- a) No caso das firmas: antecedentes sobre seus sócios, pessoais e atividades; em especial se existe relação de parentesco ou consanguinidade com os funcionários da Entidade ou Organismo Executor do Projeto;
- b) Informação sobre a formação acadêmica, experiência e colegiatura profissional;
- c) Em relação aos organismos oficiais de fiscalização superior, requer-se conhecer informação relacionada com sua situação dentro da organização administrativa do Estado e do Mutuário u Organismo Executor, assim como suas funções, atividades e antecedentes acadêmicos e de experiência do pessoal Profissional.

7.2. Os mencionados antecedentes deverão ser apresentados pelo Mutuário e o Organismo Executor com a antecipação à eleição dos auditores já que os mesmos deverão ser analisados e incorporados às bases de dados e arquivos do FONPLATA.

7.3. Uma vez apresentados seus antecedentes e confirmada a recepção pelo FONPLATA, e responsabilidade e conveniência dos auditores independentes manterem a informação atualizada, comunicando qualquer cambio substancial que ocorra.

7.4. Recomenda-se que os auditores independentes mantenham atualizados os antecedentes pelo menos cada dos (2) anos ou quando estes sofram alguma variação. O mantimento e atualização dos antecedentes, assim como a informação referente à experiência de trabalho dos auditores independentes com pro-



jetos financiados pelo FONPLATA, e uma atividade de caráter interno que será verificada oportunamente pelo Setor correspondente no Organismo.

## **8. PROCESSO DE DESIGNAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

8.1. FONPLATA não recomenda, selecionar o designar auditores Independentes, sino que é o Mutuário o unidade executora quem os deve nomear de acordo aos critérios de elegibilidade expostos a fim do que os mesmos sejam considerados satisfatórios.

8.2. A designação dos auditores Independentes por parte dos Mutuários o unidades executoras não se devem considerar de caráter permanente, já que a mesma é outorgada para um projeto, entidade e termos específicos, durante a duração de sua execução o para cada ano.

8.3. FONPLATA não proporciona a terceiros sua opinião acerca do trabalho realizado pelos auditores independentes, já que a mesma é de caráter confidencial.

8.4. FONPLATA recomenda que tanto para a seleção como para a contratação das auditorias independentes deve-se tomar em conta como fatores primordiais a qualidade profissional é o prestígio dos auditores, além da experiência na relação com trabalhos anteriores e a suficiência de seu pessoal técnico para levar ao efeito na forma oportuna os serviços contratados.

8.5. FONPLATA pode solicitar ao Mutuário e o executor, uma vez terminado o processo de seleção, somente com fins informativos, um quadro comparativo das propostas recebidas, os critérios de seleção observados é a ata levantada na ocasião da seleção efetuada.

8.6. O Mutuário e o Executor deve efetuar a seleção dos auditores Independentes, como mínimo duma terna de candidatos que tenham sido apresentados previamente ao FONPLATA para sua consideração.

8.7. Esta Guia, juntamente com a “Guia para Elaborar os Termos de Referência para a Realização de Auditorias Externas Independentes praticadas aos Estados Financeiros de Projetos em Execução Financiados com os Recursos de FONPLATA”, constituem as ferramentas para a realização da auditoria independente dos projetos e/o das entidades

executoras que os Mutuários o executores de empréstimos podem empregar ao fim de efetuar a convocatória e seleção dos auditores a satisfação de FONPLATA.

## **9. RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

9.1. Antes de formalizar um contrato por prestação de serviços de auditoria com o Mutuário e o executor dum projeto, entende-se que os auditores conhecem e aceitam o conteúdo e alcance dos Termos de Referência ajunto no Anexo 2 do presente documento. O desconhecimento de tal documento não será considerado causal de incumprimento do mesmo.

9.2. Os auditores independentes deverão ter em conta as seguintes condições de serviço:

a) O serviço de auditoria independente se realizará baixo sua total responsabilidade sim subcontratar nenhum serviço o atividade, unicamente se excetua a salvedade do caso que o pronunciamento sobre o cumprimento de alguma cláusula contratual específica requeira a opinião de profissionais especializados. Neste caso o auditor é quem contrata os serviços do especialista sendo responsáveis da seleção e pago de seus honorários. Em todos os casos os auditores Independentes assumem a responsabilidade pela opinião de ditos técnicos, a qual formará parte integral da opinião a ser emitida.

b) FONPLATA se reserva o direito de solicitar os papeis de trabalho e outra prova documentaria que possuam os auditores Independentes como evidência da observação das normas e procedimentos de auditoria empregados que fundamentem sua opinião, assim como dos comentários, conclusões, recomendações e outros informes resultantes do exame realizado.



## **10. RESPONSABILIDADES DO MUTUÁRIO O EXECUTOR**

10.1. O Mutuário e o executor e responsável de completar os trâmites de convocatória, seleção e contratação do serviço de auditoria independente a fim de que os trabalhos de auditoria se iniciem antes do cerce do exercício a aditar e que os mesmos finalizem dentro do prazo acordado no Contrato de Empréstimo firmado com o FONPLATA.

10.2. No processo de convocatória para a seleção da auditoria independente se informará aos concorrentes acerca do trabalho que se espera realizem os auditores, efetuando as esclarecimentos aos Termos de Referência e qualquer outra consulta a fim do que planejem eficientemente seu trabalho. Tais consultas podem se referir os aspectos de controle interno, principais transações, disponibilidade de dados e documentação que deverão examinar provas de transações e prever a preparação dos estados financeiros do projeto no tempo oportuno (alcance do trabalho a realizar).

10.3. O Mutuário e o executor facultará aos auditores independentes a proporcionar ao FONPLATA qualquer informação o esclarecimento que este solicite em relação com a execução do projeto, com a situação financeira do Mutuário e o executor é com os estados financeiros e informação de auditoria emitida.

10.4. O Mutuário e o executor apresentará ao FONPLATA três (3) cópias dos informes de auditoria e os estados financeiros auditados dentro do prazo estipulado no Contrato de Empréstimo.

10.5. Em qualquer parte do processo de seleção de auditores externos independentes por parte do Mutuário e Organismo Executor, os funcionários de FONPLATA estarão dispostos a consulta para despejar qualquer dúvida e informação que seja requerida a efeitos de dar cumprimento às Normas Gerais dos Contratos de Empréstimo e as Guias estabelecidas ao efeito de seu cumprimento.

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE DO PROJETO DE MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA, NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

***FINANCIADO PELO EMPRÉSTIMO FONPLATA BR-15/2008***

***EXECUTADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA***

***DE 1º DE JANEIRO DE 2013 A 28 DE FEVEREIRO DE 2014.***

**CACHOEIRINHA, dezembro de 2013.**

### **a) OBJETO DO TERMO DE REFERÊNCIA**



Este documento tem por objeto apresentar os principais procedimentos e orientações para a contratação e realização de serviços de auditoria contábil e financeira da implementação do projeto de melhoria e ampliação da infraestrutura urbana de cachoeirinha RS em atendimento ao que estipula o Acordo de Empréstimo BR-15/2008, celebrado pelo Município de Cachoeirinha e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA em 23 de janeiro de 2009.

Este Termo de Referência (TDR) proporciona a informação básica que o auditor necessita para entender suficientemente o trabalho a realizar, preparar uma proposta de serviços e planejar e executar a auditoria.

Cabe notar que, juntamente com a “Guia para Auditorias Externas Independentes Praticadas aos Estados Financeiros dos Projetos em execução Financiados com Recursos do FONPLATA”, este TDR consubstancia os critérios básicos com os quais FONPLATA aferirá a qualidade do trabalho do auditor.

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Em consonância com o que estabelece As Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo BR-15/08, no Capítulo VI, Artigo 6.03, refere que:

*- O Mutuário realizará uma avaliação de conclusão, por meio de consultoria, quando do término da execução do Projeto.*

Por outro lado, o referido Acordo de Empréstimo (Normas Gerais Art. 8.03 – RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS), “o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme for o caso, apresentará ao FONPLATA:

*- dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro do Órgão Executor, a começar pelo exercício que corresponder ao ano seguinte ao do início do Projeto e enquanto este se encontrar em execução, três (3) exemplares dos **demonstrativos financeiros e informação financeira** complementar relativos ao encerramento de cada exercício, no que diz respeito à totalidade do Projeto;*

*- dentro dos cento e vinte (120) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro, a começar pelo exercício que corresponder ao ano seguinte ao do início do Projeto e enquanto subsistam as obrigações do Mutuário, em conformidade com o Contrato, três (3) exemplares de seus **demonstrativos financeiros referentes ao encerramento de cada exercício e informação financeira complementar relativa a esses demonstrativos**. Esta obrigação não se aplica se o Mutuário é a República ou o Banco Central;*

*- os demais relatórios que o FONPLATA solicitar em relação à aplicação das quantias emprestadas, à utilização dos bens adquiridos com tais recursos e ao progresso do Projeto.*

E continua o Acordo de Empréstimo, no mesmo Artigo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

*“Os demonstrativos e documentos descritos nos incisos (B) e (C) anteriores deverão ser apresentados dentro do prazo previsto com **parecer da respectiva entidade oficial auditora** e de acordo com os requisitos aplicáveis, a critério do FONPLATA. O Mutuário ou o Órgão Executor, segundo corresponda, deverá autorizar a entidade auditora para que proporcione ao FONPLATA a informação adicional que este possa solicitar relativamente aos demonstrativos financeiros e relatórios de auditoria emitidos.*

*Nos casos em que o parecer esteja a cargo de uma entidade oficial de auditoria e esta não puder efetuar seu trabalho de acordo com os requisitos aplicáveis, a critério do FONPLATA ou dentro dos prazos acima mencionados, **o Mutuário ou o Órgão Executor contratará os serviços de uma empresa de auditores independente aceita pelo FONPLATA. Da mesma forma, poderão ser utilizados os serviços de uma empresa de auditores independente, se as partes contratantes assim acordarem. Sempre que se contrate uma empresa de auditores independente, os honorários correrão por conta do Mutuário ou do Órgão Executor.**”*

Por outro lado, o Artigo 4.01 - Condições Prévias ao Primeiro Desembolso estabelece que “o primeiro desembolso á conta do financiamento está condicionado a que se cumpram, à satisfação do FONPLATA, os seguintes requisitos: inciso (F) Que a entidade oficial fiscalizadora a que refere o item 8.03 destas Normas Gerais tenha acordado em realizar as funções de auditoria previstas nesse dispositivo ou que o Mutuário ou o Órgão Executor tenham acordado em que essa função seja realizada mediante a contratação de uma sociedade de auditores Independentes, para cujo efeito deverão se apresentar, à satisfação de FONPLATA, os termos de referência e os procedimentos a serem cumpridos.”

## **α) RELAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

O cliente para a auditoria é o Órgão Executor do Projeto em referência, a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha; o FONPLATA é parte interessada. Um representante do FONPLATA poderá participar nas reuniões de início e conclusão dos trabalhos, e supervisionar a execução destes assegurar que o auditor contratado cumpra com os termos de referência e as normas de auditoria aplicáveis, e proporcionar comentários sobre a versão preliminar do relatório de auditoria.

O Mutuário – o Município de Cachoeirinha - e o Órgão Executor são responsáveis pela preparação de toda a documentação contábil e financeira requeridos (balanços, balancetes, relatórios, prestações de contas, extratos e outros comprovantes bancários etc) concernentes à execução do Projeto e assegurar que todos os registros necessários estejam disponíveis para a auditoria, que todas os registros contábeis tenham sido realizados, e que se tenham adotado todas as providências para possibilitar a conclusão dos trabalhos do auditor na data aprazada, ou seja, no mais tardar até 30 de março de 2011 para entrega do relatório integral em versão preliminar, e até 20 de abril de 2011, em versão final, incorporando ajustes e complementações requeridos pelo FONPLATA,.

Constituirá compromisso da Contratada manter em sua guarda e arquivar adequadamente, por um período de três anos contado do término da auditoria, cópia da documentação utilizada na execução dos serviços objeto deste TDR. Durante esse período, o auditor, se solicitado pelo FONPLATA, deverá prover prontamente ao Organismo a documentação utilizada para a realização do trabalho.





## **β) ANTECEDENTES DO PROJETO**

### **4.1 Objetivos e Metas do Projeto**

O Projeto tem por objetivo geral de melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para o crescimento econômico de Cachoeirinha, mediante a ampliação e adequação da infraestrutura urbana do município.

Mais especificamente, o Projeto objetiva:

- Eliminar os danos ao patrimônio público e privado e o desassossego provocado à população decorrentes dos alagamentos e inundações periódicos na região da cidade adjacente ao rio Gravataí, especialmente na estação chuvosa;
- Eliminar prejuízos aos setores produtivos locais originados pela deficiente infraestrutura de drenagem e de transportes;
- Melhorar a circulação de pedestres e veículos nas vias da cidade;
- Tornar mais eficiente, em termos de tempo de viagem, segurança de tráfego e custos de operação e manutenção de veículos, a ligação do Distrito Industrial com as demais áreas do município e o resto do País;
- Erradicar focos de proliferação de doenças provocadas ou transmitidas por insetos e roedores, especialmente no período de chuvas;
- Eliminar desconfortos, prejuízos materiais e danos para a saúde da população habitante dos bairros periféricos produzidos por enxurradas e alagamentos na temporada de chuvas, poluição do ar por poeira no período de seca e pela má qualidade da infraestrutura viária o ano todo; e
- Eliminar pontos de contaminação do rio Gravataí e ocupação irregular e desordenada de espaços públicos e, simultaneamente, proporcionar à população alternativas para prática de atividades lúdicas com segurança.

As principais metas do Projeto são:

- Eliminar 100% dos problemas de alagamento nos bairros Vila Santo Ângelo, Jardim América, Vila Veranópolis, Vila Eunice Nova, Vila Eunice Velha, Jardim Mauá, Vila Imbuí e Vila Cachoeirinha com a construção das galerias de macrodrenagem e a casa de bombas;
- Reduzir em 20% o tempo de viagem na Avenida Frederico Ritter;
- Reduzir em 5 % o tempo de viagem na Av. Flores da Cunha;
- Reduzir em 6 % o tempo de viagem na Rua Curitiba;
- Reduzir em 8 % o tempo de viagem na Rua Papa João XXIII;
- Pavimentar 100% das vias do Distrito Industrial que dão acesso ao município de Canoas através da pavimentação das Ruas Cristiano e Antonio José do Nascimento;
- Cercar 100% da área do Parque Municipal Tancredo Neves;





Incrementar em 16% a área pública da cidade destinada a recreação e lazer da população com a urbanização do dique.

#### **4.2 Estrutura do Projeto**

Para cumprimento de seus objetivos e metas, o Projeto está estruturado nos componentes e sub-componentes finalísticos e complementares<sup>1</sup> descritos a seguir.

##### **Componente 1 : Preparação do Projeto (US\$ 1,166 milhão//R\$ 2,437 milhões)**

Este componente abrange, principalmente, os gastos realizados pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha na elaboração de projetos básicos de engenharia, estudos de viabilidade e outras peças técnicas a serem apresentadas ao FONPLATA como parte dos requisitos para celebração da operação de crédito externo.

##### **Componente 2 : Infraestrutura Urbana (US\$ 14,081 milhões//R\$ 29,430 milhões)**

Desdobra-se nos seguintes sub-componentes:

###### **Sub-componente 1: Macrodrenagem**

Consiste na construção de uma casa de bombas e de um “conduto forçado” destinado a tornar mais rápidos e eficientes a captação e o escoamento de águas pluviais que têm como corpo receptor final o rio Gravataí e que atualmente produzem alagamentos e inundações nas áreas centrais da cidade, prejudiciais à população e aos setores produtivos locais.

- Construção, nas proximidades do rio Gravataí, no final da Rua João Pessoa, de uma casa de bombas, grupo gerador e subestação;

- Construção de uma galeria de concreto armado com extensão de 920m, na Av. Flores da Cunha entre as Ruas Dona Cecília e Rio Branco, Rua Imbuí até a Rua Dom Sebastião, Rua Dom Sebastião até a Rua Guarani e Rua Guarani até a Rua Mari São Roque; e,

- Construção de uma galeria de concreto armado com extensão de 350m, na Av. Flores da Cunha entre a Rua Tabajara e Rua Tamoios, Rua Tamoios até a terreno a aproximadamente 175 metros da Av. Flores da Cunha, desaguando no Arroio Passinho através de uma vala.

###### **Sub-componente 2: Infraestrutura Viária**

Prevê as seguintes intervenções:

- duplicação da Av. Frederico Ritter, principal via de acesso ao distrito industrial de Cachoeirinha, em extensão de 6 km, que passará a ter 13 metros de largura. A atual via possui 2 faixas de tráfego, sendo que a obra contempla a implantação de mais uma faixa de rolamento em cada. Serão realizadas obras de terraplenagem, pavimentação, sinalização, iluminação e de drenagem, con-

<sup>1</sup> Visto o projeto como um empreendimento, se atém ao rigor da conceituação em verdade tem-se apenas um único componente finalístico, o que se poderia denominar de “Infraestrutura Urbana”; os demais considerados componentes complementares (Gerenciamento do Projeto), ou simples rubricas orçamentárias ou categorias de gasto.



tando com a restauração do pavimento existente que apresenta defeitos do tipo panelas e deformações em função do elevado tráfego que utiliza a via; e,

- restauração do pavimento da Avenida Flores da Cunha, em sua extensão total de 4.546m onde será realizada correção de defeitos do tipo trincamentos, panelas, desgaste do pavimento devido à fadiga do revestimento asfáltico causado pelo tráfego intenso de veículos.

Contemplará também, a pavimentação de vias de diversos bairros da cidade: Rua Papa João XXIII, cujo pavimento encontra-se em más condições em toda sua extensão de 774m; Ruas Cristiano José do Nascimento, Gildo de Freitas, Antonio José do Nascimento. Isso significará a pavimentação de aproximadamente 4,2 km. Incluirá ainda restauração da Rua Curitiba, de 1.329m de extensão.

- rua Curitiba, na zona Norte, tem 1.329m de extensão e 7,2m de largura, com início na rua José Brambilla e final na Av. Espírito Santo, é corredor de ônibus municipais e intermunicipais e seu pavimento encontra-se em péssimo estado de conservação.

- rua Papa João XXIII, tem 774m de extensão e 13m de largura, atualmente conta com uma faixa de rolamento por sentido e o projeto contemplará o acréscimo de mais uma faixa por sentido;

- rua Cristiano José do Nascimento, situada em zona industrial, tem 1.180 m de extensão e 6m de largura, com início na Av. Frederico Augusto Ritter e final próximo a Canoas, abriga diversas unidades industriais e por ela transitam aproximadamente 2.000 trabalhadores;

- rua Gildo de Freitas, também em zona industrial, tem 313 m de comprimento e 8m de largura, com início na Av. Frederico Ritter e sem saída no final; e,

- rua Antônio José do Nascimento, na zona industrial, tem 1.634 metros de extensão e 8m de largura, com início na av. Frederico Ritter e final na divisa com o município de Canoas.

### **Sub-componente 3: Urbanização e Proteção Ambiental**

Financiará a implementação de intervenções em algumas áreas específicas do município, simultaneamente para valorizá-los do ponto de vista ambiental e proporcionar à população espaços públicos para atividades lúdicas de forma segura. Compreenderá as seguintes ações:

- implantação de 4.380m<sup>2</sup> de passeio público na parte superior do dique do rio Gravataí e de área de recreação nas margens deste curso d'água, destinados ao lazer da população e atividades de educação ambiental para as crianças, constante de pista de caminhada revestida com 1.400 m de extensão, revestimento vegetal nos taludes do dique com área de 29.300 m<sup>2</sup>, colocação de 30 bancos, 14 lixeiras, 09 acessos para pedestres, ciclistas e deficientes físicos, 1 deck de madeira, 8 quiosques com churrasqueira, 1 mirante;
- cercamento do Parque Municipal Dr. Tancredo Neves, que tem 2.040 m de perímetro e área de 184.000 m<sup>2</sup>, e construção de um portão de entrada, para ampliar o controle de acesso e a segurança do parque, de modo a assegurar que nele sejam desenvolvidas apenas atividades lúdicas de espaço público pela população em geral e coibir outras incompatíveis com essa sua destinação-mor.

As intervenções deste Componente do Projeto estão sintetizadas no quadro abaixo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

Está prevista desapropriação em apenas uma das intervenções integrantes do projeto: macrodrenagem – segmento 2. As despesas com desapropriação não farão parte do projeto.

Síntese das Intervenções do Componente Infraestrutura Urbana, por sub-componente operacional

<b>COMPONENTE 2 – INFRA-ESTRUTURA URBANA</b>			
<b>Sub-componente</b>	<b>Obra</b>	<b>EXTENSÃO (M)</b>	<b>EXTENSÃO TOTAL (M)</b>
1 - Macrodrenagem	Casa de Bombas	-	-
	Galerias – segmento 1	920	1.270
	Galerias – segmento 2	350	
2 – Infraestrutura Viária	Av. Frederico Ritter	6.000	15.776
	Av. Flores da Cunha	4.546	
	Rua Curitiba	1.329	
	Rua Papa João XXIII	774	
	Rua Cristiano José do Nascimento	1.180	
	Rua Gildo de Freitas	313	
	Rua Antônio José do Nascimento	1.634	
3 – Urbanização e Proteção Ambiental	Urbanização do Dique junto ao Rio Gravataí	1.400	1.400
	Cercamento do Parque Tancredo Neves	2.040	2.040

**Componente 3 : Supervisão de Obras (US\$ 1,083 milhão//R\$ 2,264 milhões)**

Este componente contempla recursos para contratação de serviços de engenharia destinados a supervisionar a execução das obras físicas do projeto e de serviços especializados para o monitoramento das ações de cunho ambiental, bem como para contratação de serviços de engenharia destinados a realizar adequações nos projetos executivos.

**Componente 4 : Gerenciamento do Projeto (US\$ 385 mil//R\$ 804 mil)**

O objetivo geral deste Componente é assegurar que as ações do Projeto sejam desenvolvidas na forma estabelecida no Contrato de Empréstimo a ser celebrado com o FONPLATA, nos respectivos Planos Operativos Anuais e nos contratos de obras.



De forma mais específica, tem por objetivo planejar, programar, gerenciar e monitorar a execução física e financeira, bem como avaliar os resultados (efeitos e impactos) intermediários e finais do Projeto, de modo a garantir o cumprimento dos planos operativos e dos cronogramas estabelecidos e principalmente dos objetivos e metas do empreendimento.

Essas atividades – detalhadas neste documento - estarão a cargo da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, com apoio da Unidade de Gerenciamento do Projeto-UGP a ser criada no âmbito da administração municipal

Este componente corresponde, portanto, ao financiamento da administração geral e ao apoio à execução do Projeto - o que inclui a Unidade de Gerenciamento do Projeto, os sistemas necessários para a gestão da execução desse empreendimento, as auditorias contábeis e financeiras e as avaliações. Contemplará, também, a contratação de consultores ou empresa de consultoria especializada para apoiar o gerenciamento do Projeto.

#### **Componente 5 : Comissão de Administração (US\$ 89,1 mil//R\$ 186,2 mil)**

O orçamento geral do Projeto destina recursos também para Comissão de Administração do FONPLATA<sup>2</sup>, calculada em US\$ 81 mil e cobrada por dedução do primeiro desembolso de recursos do financiamento.

#### **Componente 6 : Imprevistos (US\$ 1,014 milhão//R\$ 2,119 milhões)**

O orçamento geral do Projeto destina recursos também para os dispêndios não planejados nas demais rubricas orçamentárias ou para atender o imperativo de suplementação de dotação naquelas categorias de gasto.

### **4.3 Atividades do Projeto**

As principais atividades do Projeto estão detalhadas no Marco Lógico e no Plano de Execução do Projeto-PEP, anexos a este Documento.

### **4.4 Localização**

As intervenções físicas do projeto compreenderão obras a serem executadas em vários bairros de Cachoeirinha, todos pertencentes à área urbana do município, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil. Apresenta-se também um mapa com a localização das intervenções.

### **4.5 Prazo, Orçamento Total e Plano de Financiamento do Projeto**

O Projeto está planejado para ser executado em 5 (cinco) anos e orçado em US\$ 17,82 milhões, equivalentes a R\$ 37,24 milhões, conforme quadro abaixo:

Fonte dos Recursos	US\$ milhões	R\$ milhões
--------------------	--------------	-------------

<sup>2</sup> Calculada, sobre o valor do financiamento previsto originalmente, da seguinte forma: 1%, para financiamento de até US\$ 10,0 milhões, mais 0,75% sobre o que ultrapassar esse valor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

CONFERIDO

\_\_\_\_\_  
ASSESSORIA  
JURIDICA

<b>1. FONPLATA</b>	<b>8,91</b>	<b>18,62</b>
<b>2. APORTE LOCAL</b>	<b>8,91</b>	<b>18,62</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17,82</b>	<b>37,24</b>

Taxa de Câmbio: US\$ 1,00 = R\$ 2,09



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

## Orcamento Geral do Projeto por Categorias de Gasto e Fontes dos Recursos

– (US\$)

CATEGORIAS DE GASTO	FONPLATA	APORTE LOCAL	TOTAL	%
1. PREPARAÇÃO DO PROJETO		1.166.500,00	1.166.500,00	6,55%
2. INFRA-ESTRUTURA URBANA	7.723.100,00	6.358.486,46	14.081.586,45	79,02%
2.1) Macro drenagem				
2.1.1) Segmento 1 - Galeria da Rua Imbuí	1.104.443,60	736.295,74	1.840.739,34	10,33%
2.1.2) Segmento 2 - Galeria da Rua Tamoios	237.202,26	158.134,84	395.337,10	2,22%
2.1.3) Casa de Bombas	741.747,43	741.747,43	1.483.494,86	8,32%
2.2) Infra-estrutura Viária				
2.2.1) Restauração da Av. Flores da Cunha	1.280.305,98	1.280.305,98	2.560.611,96	14,37%
2.2.2) Duplicação da Av. Frederico Ritter	1.722.236,12	1.722.236,12	3.444.472,25	19,33%
2.2.3) Rua Curitiba	313.521,99	313.521,99	627.043,98	3,52%
2.2.4) Rua Papa João XXIII	404.064,94	404.064,94	808.129,89	4,53%
2.2.5) Rua Cristiano José do Nascimento	305.758,41	305.758,41	611.516,82	3,43%
2.2.6) Rua Gildo de Freitas	42.014,68	42.014,68	84.029,37	0,47%
2.2.7) Rua Antônio José do Nascimento	342.443,18	342.443,18	684.886,35	3,84%
2.3) Urbanização e proteção ambiental				
2.3.1) Cercamento do Parque Tancredo Neves	172.207,72	172.207,72	344.415,45	1,93%
2.3.2) Urbanização do Dique	1.057.153,68	139.755,42	1.196.909,10	6,72%
3. SUPERVISÃO DE OBRAS	866.800,00	216.700,00	1.083.500,00	6,08%
4. GERENCIAMENTO DO PROJETO	231.000,00	154.000,00	385.000,00	2,16%
5. COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO	89.100,00		89.100,00	0,50%
6. IMPREVISTOS		1.014.313,55	1.014.313,55	5,69%
TOTAL	8.910.000,00	8.910.000,00	17.820.000,00	100,00%
PERCENTUAL	50,00%	50,00%	100,00%	
Taxa de câmbio - US\$ 1,00 = R\$ 2,09				

### 4.6 Estratégia de Execução

A estratégia de implementação concebida, e materializada sobretudo no Plano de Execução do Projeto-PEP, toma como referência os cronogramas do Projeto (físico, financeiro, dos processos licitatórios, das licenças ambientais e de avaliações). Fundamental, nesse contexto, a observância estrita da ordem de inserção de cada componente dos projetos, de modo a respeitar a precedência de umas ações em relação a outras e a vinculação entre elas. As licitações das obras serão executadas no primeiro ano do Projeto, com exceção do Cercamento do Parque (início da obra no ano 05). Os editais serão apresentados em tempo hábil, ao FONPLATA, para fins de análise e não-objeção. Os editais das obras, lotes 01, 02 e 03, serão lançados antes mesmo da celebração do acordo de empréstimo com o Organismo e sob inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal de





Cachoeirinha. Conterão cláusula que condicione a assinatura dos respectivos contratos de obras ou de aquisições de equipamentos à assinatura do acordo de empréstimo.

Estão previstas diversas licitações, conforme especificado no Plano de Licitações e Aquisições.

As obras serão executadas por empresas construtoras privadas. A supervisão de obras e a execução de estudos e de outros serviços técnicos estarão a cargo de empresas especializadas independentes. O apoio operacional externo, principalmente para o gerenciamento e o monitoramento do Projeto, poderá ser prestado por consultores individuais ou empresas.

O Monitoramento e as Avaliações serão desenvolvidas com base no Marco Lógico do Projeto, anexo a este documento. Para o acompanhamento da implementação do projeto a UGP contará com um sistema simplificado de informações gerenciais.

#### **4.7 Gerenciamento do Projeto**

O gerenciamento do Projeto constitui responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, criada mediante o Decreto nº 4287, de 30 de julho de 2007. A estrutura, funções e composição da UGP estão detalhados a seguir.

##### **4.7.1 Objetivos e Funções da UGP**

Está programada a criação, no âmbito da Administração Municipal, de uma estrutura exclusivamente voltada para o gerenciamento - em sentido amplo - do Projeto e da respectiva operação de crédito, conforme indicado neste documento. Para suprir a deficiência de experiência anterior do Município com empreendimentos dessa natureza prevê-se que mencionada estrutura - denominada de Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) - receberá, no que couber e pelo prazo julgado necessário, suporte operacional externo a ser prestado por consultores individuais ou empresas de consultoria especializados.

A UGP contará com um Manual Operacional, o qual terá por objetivo estabelecer os termos e as condições que regerão a execução, o acompanhamento e as avaliações do Projeto.

Esse Manual conterá informações gerais e os procedimentos operacionais para implementação, monitoramento e avaliações de execução e poderá ser aperfeiçoado no decorrer da implementação do Projeto.. Estará estruturado em um documento-base e anexos, que refletirão o modelo gerencial adotado para o empreendimento.

Fundamentalmente, o Manual exibirá as Normas Operacionais principalmente para:

- i. Preparação, análise e aprovação dos Planos Operativos Anuais-POA's;
- ii. Realização das avaliações da execução;
- iii. Desembolsos e comprovações de gastos;
- iv. Licitações; e



v. Conteúdo e arquitetura do Sistema de Informações Gerenciais.

Detalham-se, a seguir, os objetivos, as funções, a estrutura organizacional, o prazo de duração e o orçamento da UGP.

#### **4.7.2 Objetivos e Funções da UGP**

##### **1.2.6 Objetivos e Funções da UGP**

A UGP terá por finalidade desenvolver as atividades de coordenação geral, de controle, de acompanhamento e de avaliação da execução do Projeto, bem como o gerenciamento do acordo de empréstimo a ser celebrado pelo Município de Cachoeirinha com o FONPLATA.

De forma mais específica, a UGP terá as seguintes funções principais, sem prejuízo de outras, relacionadas ao Projeto, que lhe forem atribuídas:

- atuar como interlocutora primeira do Município junto ao FONPLATA e a órgãos federais e estaduais assim como junto a profissionais, instituições e empresas contratadas para a execução de obras e prestação de serviços e fornecedores, em todos os assuntos relacionados ao Projeto;
- planejar, programar, gerenciar e monitorar a implementação do Projeto, conforme definido no acordo de empréstimo, nos planos operativos anuais e no Manual Operacional do Projeto;
- subsidiar a área responsável pelas licitações do Município na preparação de editais, na formação das comissões especiais de licitação e na seleção e contratação de obras, bens e serviços relacionados à execução do Projeto;
- adotar providências para obtenção das licenças ambientais do Projeto;
- apoiar a realização de auditorias independentes e das avaliações do Projeto;
- controlar e acompanhar os serviços executados pelas empresas e profissionais contratados no âmbito do Projeto;
- monitorar a implantação das medidas de mitigação ambiental associadas com o Projeto;
- preparar os relatórios de acompanhamento para apresentação ao governo federal e ao FONPLATA;
- adotar providências para assegurar, a cada ano, a inclusão do Projeto no Orçamento do Município, contemplando os aportes correspondentes ao financiamento, à contrapartida local e aos encargos do empréstimo, e cuidando, em especial, para que se mantenha o *pari passu* contratado;
- manter documentação técnica, contábil, jurídica e financeira relativas ao Projeto, no nível de detalhe requerido na legislação vigente;
- implantar e operar um sistema de monitoramento e avaliação do Projeto;
- controlar e exigir o fiel cumprimento dos contratos que sejam firmados no âmbito do Projeto;
- adotar providências para realização dos pagamentos relativos aos bens e serviços concernentes ao Projeto;



- administrar a conta bancária do Projeto;
- manter registro contábil específico do Projeto;
- preparar e solicitar os desembolsos de recursos ao FONPLATA e apresentar as correspondentes comprovações de gastos;
- propor, quando couber, modificações operacionais na execução do Projeto;
- adotar providências para a realização das missões do FONPLATA de inspeção e vigilância, de avaliações e de auditorias do Projeto;
- manter em perfeitas condições de uso os equipamentos adquiridos para a execução do Projeto;
- assegurar providências para divulgação das realizações do Projeto;
- adotar providências para contratação de profissionais ou de empresa para prestar apoio operacional à execução de suas atribuições.

### **1.2.7 Estrutura e Vinculação Institucional da UGP**

A UGP será vinculada à Secretaria da Fazenda do Poder Executivo Municipal, composta por integrantes da Administração Municipal e concebida como estrutura simples, a saber:

- Gerência Geral, constituída por Gerente Geral, Coordenador Executivo e Secretaria; o Apoio Operacional Externo também estará diretamente vinculado à Gerência Geral;
- Gerência Técnica, formada por Gerente Técnico e Assistente Técnico; e
- Gerência Administrativa e Financeira, constituída por Gerente Administrativo e Financeiro, Assistente Administrativo e Assistente Financeiro.

As áreas integrantes da UGP têm as seguintes atribuições principais:

#### **a) Gerência Geral**

Compete à Gerência Geral gerenciar a execução do projeto e do contrato de empréstimo celebrado com o FONPLATA, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos e legais das obras e dos planos, cronogramas e condições de implementação do Projeto.

Mais especificamente, cabe-lhe desenvolver, entre outras, as atividades seguintes, com suporte direto do Apoio Operacional, quando couber:

- adotar todas as providências para garantir o funcionamento normal e adequado da UGP, incluindo o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos do financiamento, a implantação e a operação de um sistema de informações gerenciais e a contratação de apoio operacional externo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

- preparar plano de atividades da UGP para o período de execução do projeto, em articulação com os gerentes de área;
  - coordenar a realização, se necessária, de ajustes no POA do primeiro ano do Projeto e preparação do Plano Operativo para cada um dos demais anos de execução do projeto;
  - articular providências junto aos órgãos competentes da Administração Municipal para realização das licitações previstas no projeto, bem como para obtenção das licenças ambientais;
  - dirigir, coordenar e supervisionar todas as atividades do projeto;
  - adotar providências para que se cumpram os requisitos técnicos, legais e ambientais das obras e os cronogramas e as condições de implementação do projeto;
  - zelar para que se cumpram os compromissos contratuais com o FONPLATA concernentes à execução do projeto, em particular do *pari passu* contratado;
  - supervisionar a preparação dos relatórios de execução do projeto;
  - adotar as providências para contratação de serviços de consultoria e de serviços técnicos especializados;
  - supervisionar todas as atividades de acompanhamento e avaliação da execução do projeto e preparar propostas de providências para correção dos desvios detectados;
  - supervisionar a preparação e encaminhar as solicitações de desembolsos e as comprovações de gastos ao FONPLATA;
  - adotar providências para encaminhamento, aos órgãos competentes da Administração Municipal, em tempo hábil, das previsões de recursos do financiamento e da contrapartida local, necessários em cada ano de execução do projeto e para atender os encargos do empréstimo, para inserção na proposta orçamentária anual do Mutuário;
  - adotar as providências para realização dos pagamentos relacionados à execução do projeto, aos encargos do financiamento e gastos administrativos da UGP;
  - desenvolver outras atividades inerentes à coordenação, supervisão, monitoramento e avaliação da execução do projeto;
  - proceder ao levantamento de informações específicas sobre o andamento da execução do projeto, consoante solicitações da Gerência Geral da UGP;
  - participar de eventos relacionados ao processo de gerenciamento e de avaliação da execução do projeto e;
  - desenvolver outras atividades de interesse do projeto.

**b) Gerência Técnica:**

Cabe a esta área, sob supervisão e em estreita articulação com a Gerência Geral da UGP, gerenciar a execução do projeto no que tange aos aspectos técnicos, ambientais e financeiros das



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

obras, suplementando as atividades da empresa responsável pela supervisão, de forma a contribuir para que se cumpram os requisitos técnicos, ambientais e legais das obras e os cronogramas de implementação do projeto.

Suas funções incluem:

- Preparar plano de atividades da Área em articulação as demais Gerências;
- contribuir; em articulação as demais Gerências, para a preparação, revisão ou ajustes do Plano operativo para cada ano de execução do projeto;
- realizar em nome da UGP, visitas de inspeção periódicas às áreas de implantação das obras, desde o início de instalação do canteiro de obras, de modo a confrontar o previsto em termos técnicos, ambientais, legais e financeiros em cada etapa com o efetivamente realizados;
- produzir relatórios periódicos de acompanhamento físico e financeiro de execução do projeto, com base nas visitas de inspeção da UGP e nos relatórios globais da empresa encarregada da supervisão da obra, a pontando desvios do executado em relação ao previsto, observando-lhes as causas e consequências, as responsabilidades pelas ocorrências registradas e providências e serem adotadas;
- colaborar com a Gerência Administrativa e Financeira na preparação de relatórios globais de acompanhamento físico e financeiro do projeto, das solicitações desembolsos e das comprovações de gastos ao FONPLATA e das propostas orçamentárias anuais do projeto;
- acompanhar, ao local de implantação das obras, missões do FONPLATA de supervisão da execução e de auditoria e avaliação do projeto, Gerente Geral da UGP ou consultoria a serviço da UGP ou do FONPLATA;
- preparar e contribuir para alimentar o sistema de informações gerenciais do projeto com informações relacionadas à execução das obras;
- informar, em caráter emergencial, à Gerência Geral sobre ocorrências contrárias à execução do projeto nos termos previstos, de forma a facultar a adoção de medidas tempestivas para solução desses problemas;
- transmitir às empresas encarregadas da execução e da supervisão das obras orientações e informações oriundas da Gerência Geral da UGP;
- colaborar com os órgãos municipais encarregados da fiscalização das obras no desenvolvimento de suas atribuições específicas;
- proceder ao levantamento de informações específicas sobre o andamento da execução do projeto, consoante solicitações da Gerência Geral da UGP;
- participar de eventos relacionados ao processo de gerenciamento e de avaliação da execução do projeto; e
- desenvolver outras atividades de interesse do projeto.

**c) Gerência Administrativa e Financeira**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

A esta Coordenação incumbe, sob supervisão e em estreita articulação com a Gerência Geral da UGP, gerenciar a execução do projeto no que tange aos aspectos administrativos e financeiros.

De forma mais específica, as funções da Gerência Administrativa e Financeira incluem as seguintes:

- Elaborar o plano de contas;
- assistir à Gerência Geral no gerenciamento do projeto, na preparação do plano de atividades da Unidade e dos planos operativos anuais;
- preparar o orçamento anual do projeto com apoio das demais áreas da UGP;
- controlar, com apoio da Contabilidade, a execução orçamentária e financeira do projeto;
- supervisionar o cumprimento dos procedimentos administrativos da UGP;
- preparar termos de referência para contratação de serviços de consultoria, em especial para a realização das avaliações e das auditorias externas do projeto;
- preparar, com apoio das demais Gerências, as solicitações de desembolso de recursos do financiamento e as correspondentes comprovações de gastos e acompanhar sua tramitação no FONPLATA;
- preparar, com apoio das demais Gerências, relatórios sobre a execução física e financeira do projeto;
- acompanhar o cumprimento dos compromissos do projeto junto a empreiteiros, fornecedores e provedores;
- acompanhar o cumprimento dos compromissos contratuais relacionados à execução do projeto, notadamente os assumidos com o FONPLATA;
- colaborar com a Gerência Geral nas providências para a contratação de serviços de consultoria, de serviços técnicos especializados e de aquisição de bens para a UGP;
- prestar todo apoio à realização das auditorias e das avaliações do projeto;
- supervisionar, em articulação com a Gerência Geral, o desenvolvimento, a implantação e a operação do sistema de informações gerenciais do projeto;
- preparar relatórios específicos de execução do Projeto solicitados pela Gerência Geral;
- Informar, em caráter emergencial, à Gerência Geral sobre ocorrências contrárias à execução do projeto nos termos previstos, de forma a facultar a adoção de medidas tempestivas para solução desses problemas;
- Colaborar com a Gerência Geral nas providências para realização das missões do FONPLATA; e





- desenvolver outras atividades de interesse do projeto.

O Gerente Administrativo e Financeiro substituirá o Gerente Geral em todas as funções e encargos na ausência e impedimento deste.

#### **d) Secretaria da UGP**

A Secretaria da UGP está incumbida, entre outras, das seguintes atividades:

- Preparar e gerenciar agenda de compromissos do Gerente-Geral;
- fazer e receber chamadas telefônicas locais, nacionais e internacionais;
- enviar e receber correspondências e documentos por meio de serviços postais, fax e correio eletrônico;
- classificar documentos, organizar e manejar arquivos;
- redigir minutas de correspondências oficiais;
- reproduzir documentos em foto copiadora;
- supervisionar o asseio, higiene e limpeza das instalações da UGP;
- realizar levantamentos específicos de informações na internet;
- Outras atividades, próprias de secretariado, de interesse da UGP.

#### **e) Apoio Operacional Externo**

O apoio operacional externo destina-se a suportar a UGP no desenvolvimento de todas as atividades e procedimentos correlacionados à implementação de um projeto com recursos provenientes de acordo de empréstimo internacional nos quais o Município ressenete-se de experiência, em especial os seguintes:

- (α) Quanto às ações prévias à implementação do projeto:
- Cumprimento de cláusulas contratuais específicas, em particular das medidas prévias ao primeiro desembolso de recursos do financiamento;
  - preparação de relatório inicial do projeto;
  - revisão e ajustes no POA do 1º ano do projeto;
- (β) Quanto às ações da rotina administrativa e operacional do projeto:
- revisão e ajustes no POA do primeiro ano do projeto;
  - preparação da solicitação de primeiro desembolso de recursos do FONPLATA;
  - preparação de planos operativos anuais, das demais solicitações de desembolso e das correspondentes prestações de contas ou comprovações de gastos;
  - preparação de relatórios periódicos de acompanhamento físico e financeiro do Projeto;
  - providências para realização das missões do FONPLATA relacionadas ao Projeto;



*ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES*

CONFERIDO

\_\_\_\_\_  
ASSESSORIA  
JURIDICA

- elaboração de minutas de termos de referência para contratação de serviços de consultoria, em especial para realização das avaliações do Projeto;
  - participação nas missões do FONPLATA de inspeção e vigilância, avaliações e auditorias do Projeto;
  - desenvolver, implantar, manter e operar o sistema de informações gerenciais;
- (χ) Quanto às ações de apoio específico:
- desenvolvimento, montagem e operacionalização inicial do Sistema de Informações Gerenciais.

O apoio operacional desenvolverá suas atividades em estreita articulação com as Gerências do Projeto e sob supervisão e orientação do Gerente Geral.

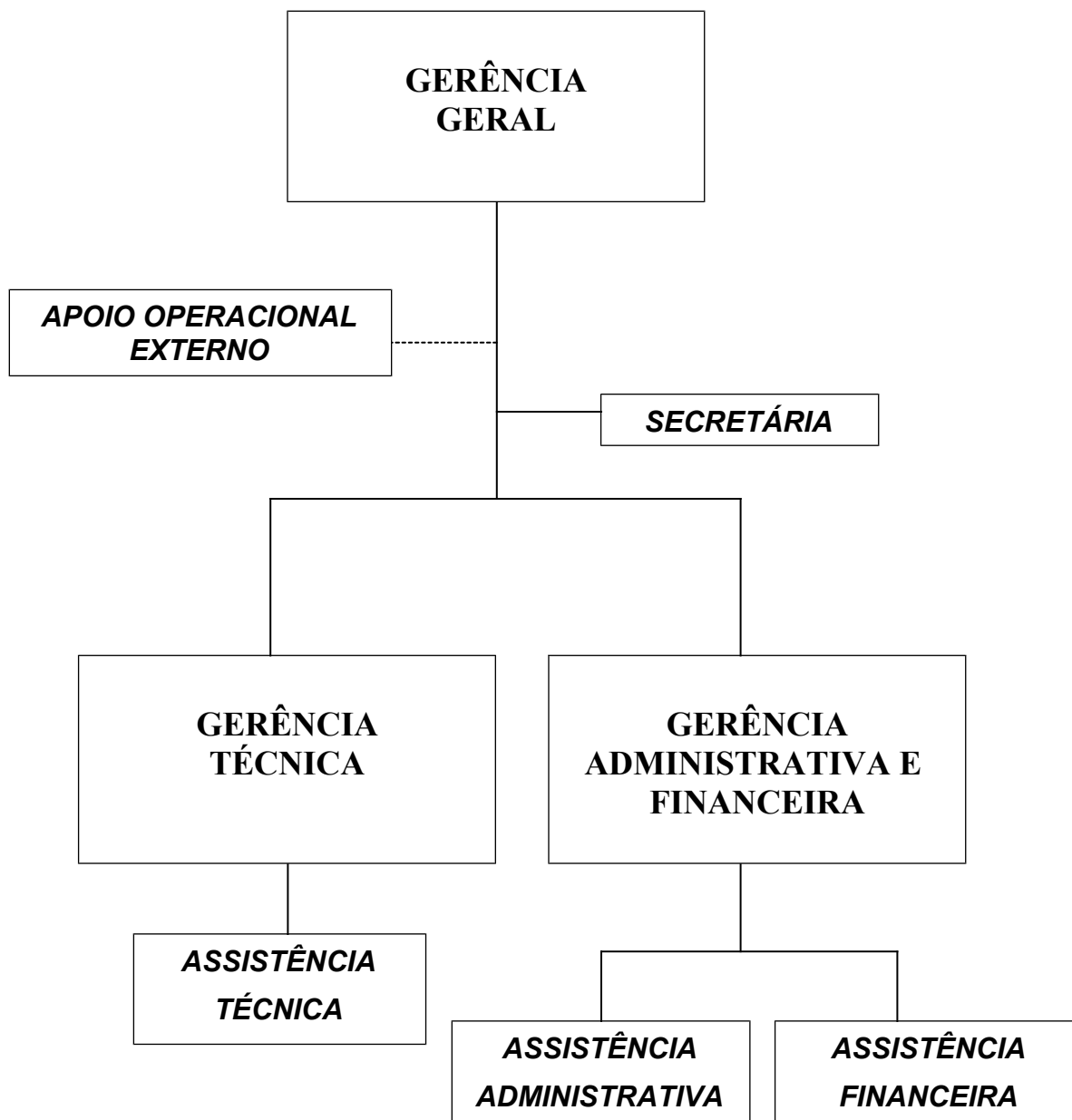


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

### Organograma da UGP





## 5 ANTECEDENTES DA AUDITORIA

Esta será a quarta auditoria do Projeto, sendo que a primeira auditoria foi efetivada no processo de licitação nº 018/2010 Modalidade Convite que se iniciou apenas em 1º de julho de 2009, a segunda auditoria foi efetivada no processo de licitação nº 002/2011 Modalidade Convite que se iniciou em 26 de janeiro de 2011 e a terceira se efetivou no processo de licitação nº 010/2011 Modalidade Tomada de Preços que se iniciou em 07 de Dezembro de 2011.

## 6 TITULO DA AUDITORIA

Todas as propostas, documentos de trabalho e relatórios de auditoria devem referir-se a esta auditoria usando a seguinte denominação:

***“Auditoria dos Recursos Administrados pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha durante o período de 1º de janeiro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, no contexto da execução do Projeto de Melhoria e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Cachoeirinha, financiado parcialmente pelo Empréstimo FONPLATA BR-15/2008.”***

## 7 OBJETIVOS DA AUDITORIA

O objetivo geral da auditoria é permitir ao auditor emitir parecer técnico concernente à situação financeira do Projeto de Melhoria e Expansão da Infraestrutura Viária de Cachoeirinha ao final do período auditado, à eficiência da estrutura, meios e procedimentos de controles internos e quanto ao cumprimento dos termos dos Contratos de Empréstimo e das leis e demais normas aplicáveis à implementação do Projeto.

Essa auditoria, dita de Auditoria das Demonstrações Financeiras e Contábeis do Projeto, deve ser executada de acordo com as Normas Internacionais de auditoria expedidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC) ou pela Organização Internacional dos Organismos Fiscalizadores Superiores (INTOSAI2), e, por conseguinte, deve incluir as provas dos registros contábeis que os auditores julgarem necessárias nas circunstâncias examinadas.

Os objetivos específicos da auditoria externa independente são desenvolver análise e emitir parecer técnico adequadamente fundamentado sobre os seguintes aspectos, entre outros relacionados à implementação do Projeto em referência e do correspondente Contrato de Empréstimo BR-15/2008:

- se as demonstrações financeiras e contábeis apresentam razoavelmente, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Projeto, os recursos recebidos e os desembolsos efetuados durante o período auditado, assim como os investimentos realizados até a data de conclusão do



Projeto, de acordo com as normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo IASC e o os requisitos do Contrato de Empréstimo celebrado com o FONPLATA;

- se os gastos reportados são elegíveis para financiamento e os recursos do Empréstimo têm sido usados somente para os propósitos do Projeto;
- informação financeira suplementar do Projeto;
- adequação da estrutura, meios e procedimentos de controle interno do Projeto pelo Órgão Executor;
- cumprimento, pelo Órgão Executor, dos termos do Contrato de Empréstimo BR-15/2008 e das leis e outras normas aplicáveis no que concerne aos aspectos financeiros;
- se os gastos incluídos nas solicitações de desembolso são elegíveis e, portanto, se as informações apresentadas no Plano de Execução do Projeto (PEP) e nos Relatórios de Monitoramento da Execução do Projeto são razoavelmente confiáveis;
- se os procedimentos de contabilidade e de controle interno utilizados na preparação do Plano de Execução do Projeto-PEP e relatórios de monitoramento e avaliação são adequados;
- se os recursos do Empréstimo foram utilizados unicamente para os fins do Projeto, de conformidade com os requisitos estabelecidos no Contrato de Empréstimo BR-15/2008;
- se o demonstrativo da Conta Especial utilizada para manejar os recursos provenientes do financiamento do FONPLATA apresenta razoavelmente a disponibilidade de recursos ao término do período auditado, assim como as transações realizadas durante esse período, de acordo com o estipulado no Contrato de Empréstimo BR-15/2008.

## 8 ALCANCE DA AUDITORIA

A auditoria deve pautar-se também pelos seguintes pontos:

- i. Todos os recursos do Projeto – os provenientes do financiamento do FONPLATA e os de contrapartida local - devem ser utilizados de acordo com o disposto no Contrato de Empréstimo BR-15/2008, observado o imperativo de economicidade e eficiência, e somente para os propósitos para os quais o financiamento foi concedido.
- ii. Os recursos de contrapartida devem ser disponibilizados de acordo com os termos no Contrato de Empréstimo BR-15/2008;
- iii. Os bens e serviços financiados devem estar de acordo com o previsto no Contrato de Empréstimo BR-15/2008.

A Prefeitura Municipal de Cachoeirinha deverá manter, por todo o período de execução do Projeto e por três (3) anos após a conclusão deste, todos os documentos de respaldo, registros e contas relacionadas ao Projeto, incluindo os gastos reportados através das Solicitações de Desembolso e da Conta Especial.



Deve ficar comprovada a existência de vinculações entre os registros contábeis e os relatórios apresentados ao FONPLATA.

Quando se utilizar a Conta Especial, esta deve ser mantida de acordo com estabelecido no Contrato de Empréstimo BR-15/2008.

As contas do Projeto devem ser preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade consistentemente aplicadas e propiciar uma visão razoável e verdadeira da situação financeira do Projeto ao final do período, assim como dos recursos e gastos para o ano terminado nessa data.

A auditoria deve ser conduzida de acordo com as normas de auditoria internacionalmente aceitáveis e, por conseguinte, incluir as documentações relativas aos registros contábeis que o auditor considerar necessário.

A contratada deverá comunicar imediatamente ao FONPLATA e à Unidade de Gerenciamento do Projeto situações ou transações indicativas de fraude, abuso ou atos e gastos ilegais eventualmente constatados durante a auditoria.

## 9 OUTRAS RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

O auditor deverá cumprir também com os seguintes requisitos:

- i. Efetuar reuniões de início e de conclusão dos trabalhos com o Mutuário e o Órgão Executor;
- ii. planejar o trabalho de auditoria de maneira tal que se efetuem revisões preliminares ou provisórias durante o período em exame, com o sentido de avaliar os sistemas de controle interno e comunicar oportunamente ao Órgão Executor as situações que mereçam a atenção da administração antes da apresentação do relatório final de auditoria; e
- iii. obter uma carta de representação de acordo com a seção 580 das Normas Internacionais de Auditoria de IFAC, assinada pela Unidade de Gerenciamento do Projeto.

## 10. RELATÓRIOS DE AUDITORIA

O auditor produzirá relatórios individuais sobre cada aspecto da implementação do Projeto, conforme indicado neste documento, e que deverão compor um único documento a ser entregue, em versão preliminar, ao Órgão Executor, **até 30 de abril de 2014**, em original e 5 (cinco) cópias, impressas e em meio magnético, redigido no idioma Português, obedecendo as normas da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas, firmado pelo auditor, e contendo pelo menos o seguinte:

- a) Uma página com o título, um índice, um resumo executivo e um expediente de entrega ao Órgão Executor;





- b) análise e parecer do auditor com respeito aos demonstrativos financeiros do Projeto, informação complementar, e, no tocante ao Fundo Operacional, sobre a elegibilidade dos gastos reportados e o uso correto dos recursos do Empréstimo; caso existam, deverão ser identificados os dispêndios que não estejam respaldados com registros adequados ou que não sejam elegíveis nos termos do Contrato de Empréstimo (gastos questionados);
- c) análise e parecer do auditor com respeito à estrutura, meios e funcionamento do sistema de controle interno do Projeto;
- d) uma seção referente ao cumprimento de recomendações feitas em auditorias anteriores, indicando o estado atual dessas recomendações, classificando-as em “corrigido”, “corrigido parcialmente” e “não corrigido”; as deficiências eventualmente não sanadas deverão ser reportadas novamente no informe de auditoria juntamente com os correspondentes comentários da administração do Projeto;
- e) análise e parecer do auditor quanto ao cumprimento, pelo Mutuário e Órgão Executor, dos termos do Contrato de Empréstimo e outras normas relacionadas à execução do Projeto que impliquem movimentações financeiras, em particular sobre os processos de aquisição de bens e contratação de obras e serviços;
- f) análise e parecer sobre o Estado das Solicitações de Desembolso para o período auditado, em particular quanto: (i) a elegibilidade dos gastos propostos para desembolso, (ii) aos procedimentos de controle para preparar as Solicitações de Desembolso; e (iii) o uso correto dos recursos do Empréstimo;
- g) análise e parecer sobre o Estado da Conta Especial para o período auditado, indicando, entre outros pontos, se esse estado reflete adequadamente o fluxo de recursos na Conta Especial durante o período auditado e se os gastos foram realizados exclusivamente para propósitos do Projeto;
- h) resumo dos principais procedimentos seguidos para planejar a auditoria, avaliar a estrutura de controle interno, verificar as cifras incluídas nos demonstrativos financeiros e outros aspectos sujeitos a auditoria e para avaliar o cumprimento com os termos do acordo de empréstimo BR-15/2008, convênios, leis e outras normais aplicáveis à execução do Projeto;
- i) comentários do órgão executor sobre o conteúdo e em especial sobre as conclusões e recomendações de cada o relatório específico e sobre o documento como um todo;
- j) avaliação final do projeto.

## **11. ANÁLISE E ACEITAÇÃO DO TRABALHO AUDITORIA E DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA**

Cabe ao FONPLATA examinar e emitir não-objeção aos relatórios de auditoria e para tanto poderá nomear pessoas físicas ou jurídicas.

Na hipótese de o FONPLATA apresentar objeção total ou parcial ao relatório em razão de deficiências no trabalho de auditoria ou porque esse relatório não cumpre com os requisitos indicados neste Termo de Referência ou na Guia para auditorias Externas Independentes Praticadas às Demonstrações financeiras e contábeis de Projetos em Execução Financiados com Recursos do FONPLATA, o auditor procederá aos ajustes, correções e complementações necessárias no relatório sem custo adicional seja para o Mutuário, para o Órgão Executor, o Projeto ou o FONPLATA.



O representante designado pelo FONPLATA poderá contatar diretamente o auditor para solicitar informação adicional relacionada com qualquer aspecto da auditoria e dos demonstrações financeiras e contábeis do Projeto e essas solicitações deverão ser atendidas prontamente.

## 12. TERMOS DE EXECUÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

Os trabalhos serão executados nos primeiros meses do ano de 2013 e o relatório deverá ser concluído, em versão preliminar, mas abordando todos os aspectos mencionados neste Termo de Referência, e em versão final, incorporando ajustes e complementações requeridos pelo FONPLATA.

**O pagamento dos serviços de auditoria será feito como segue: 4 (quatro) parcelas iguais, com o pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços ficando a terceira parcela vinculada a entrega do relatório em versão preliminar à Prefeitura Municipal de cachoeirinha; e a quarta parcela vinculada a aceitação da versão final pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha.**

## 13. APOIO E SUPERVISÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA

A Prefeitura Municipal de Cachoeirinha prestará a contratada todo o apoio indispensável à realização dos estudos, particularmente no que tange a acesso a documentos e informações oficiais do Município e contatos com funcionários ou empregados do FONPLATA e das diversas instituições federais, estaduais, municipais e entidades públicas ou privadas que possam contribuir para a realização da auditoria. A supervisão rotineira dos trabalhos da contratada caberá à Prefeitura Municipal de Cachoeirinha através da UGP.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA**

**Data:**

**Pregão Presencial nº. 059/2013 – Município de Cachoeirinha-RS**

**Ao Sr. Pregoeiro Municipal,**

**Prezado Senhor,**

**A empresa....., com sede na Rua/Av. ...., inscrita no CNPJ sob o nº ....., abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município o serviço objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:**

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	QTD	Valor
01	SERVIÇO	Contratação de empresa para realização de serviços de Auditoria externa Independente, referente ao período financeiro de Janeiro/2013 a Fevereiro/2014 e a Avaliação Final (Art. 6.03 das Disposições Especiais do Contrato) do Projeto de Melhoria e Ampliação da Infraestrutura Urbana do Município de Cachoeirinha/RS, objeto do Contrato de Empréstimo nº BR-15/2008, celebrado entre este Município e o FONPLATA, conforme modelo de edital e seus anexos aprovados pelo FONPLATA.	01	

valor único para cada hora trabalhada.

• **Validade da proposta:** .....

• **Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, impostos, obrigações, entre outros.**

**Data:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Nome do Representante Legal do Proponente:** \_\_\_\_\_ **Carimbo do CNPJ**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

### ANEXO III

### MODELO

### LOCAL E DATA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS

### DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_(Nome da Empresa)\_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_(Endereço Completo)\_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos para participação no **Pregão Presencial n.º 059/2013**.

---

(nome e identificação do representante legal)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

Declaramos em atendimento ao previsto no Edital do **Pregão Presencial nº. 059/2013** que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Local e data.

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURÍDICA

**ANEXO V**  
**MINUTA DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº XXX/2013**

Contrato que entre si celebram o Município de Cachoeirinha, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 87.990.800/0001-85, com sede na Avenida Flores da Cunha nº. 2209, Centro - Cachoeirinha, Rio Grande do Sul, doravante denominada CONTRATANTE neste ato representada pelo \_\_\_\_\_ e a empresa \_\_\_\_\_ com sede na rua \_\_\_\_\_, registrada no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal \_\_\_\_\_ doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar presente contrato, decorrente do Processo de Licitação **Pregão Presencial 059/2013**, homologado em \_\_\_\_\_ mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, ao Edital antes citado, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. - Contratação de empresa para realização de serviços de Auditoria externa Independente, referente ao período financeiro de Janeiro/2013 a Fevereiro/2014 e a Avaliação Final (Art. 6.03 das Disposições Especiais do Contrato) do Projeto de Melhoria e Ampliação da Infraestrutura Urbana do Município de Cachoeirinha/RS, objeto do Contrato de Empréstimo nº BR-15/2008, celebrado entre este Município e o FONPLATA, conforme modelo de edital e seus anexos aprovados pelo FONPLATA.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Licitação – **Pregão Presencial 059/2013**, bem como a proposta da CONTRATADA, os anexos e os pareceres que formam o processo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

2. Para execução dos serviços ora avençados, a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE a importância de R\$ .....

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O pagamento dos serviços de auditoria será feito como segue: 4 (quatro) parcelas iguais, com o pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços ficando a terceira parcela vinculada a entrega do relatório em versão preliminar à Prefeitura Municipal de Cachoeirinha; e a quarta parcela vinculada a aceitação da versão final pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha.

a) Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento, serão formalmente enviados à CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

- b) Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.
- c) Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- d) O MUNICÍPIO não fará nenhum pagamento à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada, ou, ainda, sido indenizado o dano provocado. Nestas hipóteses efetuará a retenção nas faturas apresentadas, no valor correspondente à multa e ou dano apurado.
- e) Se o valor da multa e/ou dano for maior do que o montante da fatura, a diferença será descontada nas faturas subsequentes, até a cobertura total, devendo a CONTRATADA recolher, à ordem do MUNICÍPIO, eventuais parcelas não suportadas pelos valores faturados.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos utilizados para pagamento da referida despesa correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação	: 2013/205 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
Programa de Trabalho	: 06.01.15.451.0092.1046 - Melhoria e Ampliação da Infra-estrutura Viária
Elemento de Despesa	: 4.4.9.0.35.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA
Fonte de Recurso	: 0001 - Recurso Livre
Rubrica Item	: 4.4.9.0.35.02.00.00.00 - AUDITORIA EXTERNA

### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4 - O prazo de execução é de até **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da Ordem de Serviço. Os trabalhos serão executados nos primeiros meses do ano de 2014 e o relatório deverá ser concluído, em versão preliminar, mas abordando todos os aspectos mencionados no Termo de Referência, incorporando ajustes e complementações requeridas pelo Fonplata.

§ 1º - O prazo poderá ser prorrogado, a critério do MUNICÍPIO, desde que ocorram alguns dos motivos constantes no § 1º, do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

§ 2º - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

§ 3º - O pedido da CONTRATADA deverá ser apresentado ao MUNICÍPIO dentro de 10 (dez) dias do evento alegado como causa do atraso e a comprovação de sua tempestividade se fará pelo recibo do protocolo na Comissão especial de Licitação.

§ 4º - O novo prazo será formalizado mediante Termo de Aditamento.



### **CLÁUSULA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

5. O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

6. A ora CONTRATANTE é responsável pelo pagamento dos serviços prestados pela CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda deste Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

7 - São encargos da CONTRATADA:

7.1 - Assinar o contrato relativo aos serviços que lhe forem adjudicados;

7.2 - Cumprir fielmente as cláusulas contratuais e o MEMORIAL DESCRITIVO do edital, sob pena de se sujeitar às multas estabelecidas;

7.3 - Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Pregão Presencial nº. 059/2013;

7.4 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA-RS ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.5 - Permitir e facilitar à Fiscalização a inspeção em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos por esta;

7.6 - Comunicar ao Município qualquer ocorrência que possa impedir a prestação dos serviços;

7.7 - Assumir todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato, correndo por sua conta exclusiva a quitação desses tributos;

7.8 - Cumprir de forma rápida e eficiente os serviços, objeto do presente Contrato, apresentando trabalhos de boa qualidade técnica, compatíveis com os prazos e nível técnico estabelecidos pela CONTRATANTE;

7.9 - Cumprir com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;



7.10 - Não divulgar, durante a vigência deste instrumento, quaisquer dados, relatórios, entrevistas ou fornecer informações relacionadas com seu objeto, salvo mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

7.11 - Arcar, quando necessário, com os dispêndios com viagens, tais como, transportes, hospedagem e alimentação, para execução dos serviços objeto do presente.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor global do contrato, para cada dia de atraso, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

8.2. A multa de que trata este item não impedirá a rescisão unilateral do contrato pelo Município e a aplicação de outras sanções;

8.3. Pela inexecução, total ou parcial do contrato ultrapassado o prazo estabelecido no contrato, o Município poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

a) advertência;

b) multa penalidade de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, na hipótese de rescisão deste por causa imputável à contratada;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município enquanto perdurarem os motivos da punição;

8.4. As sanções estabelecidas nas letras "a" e "c" do item desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da letra "b", facultada a defesa do interessado no prazo de 02 (dois) dias úteis;

8.5. A sanção estabelecida na letra "d" do item desta cláusula é de competência exclusiva do Prefeito, podendo ser aplicada juntamente com a da letra "b", facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vista;

8.6. As multas serão descontadas dos pagamentos devidos decorrentes do respectivo contrato, em caso contrário, recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão administrativa que as tenha aplicado; ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente;

8.7. Os valores das multas serão fixados em reais e atualizados pelo IGPM na data da liquidação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

8.8. As penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeito, se entender as justificativas apresentadas pela Contratada como relevantes.

### **CLÁUSULA NONA – CONTROLE ADMINISTRATIVO DO CONTRATO**

9. Compreende-se como controle administrativo deste Contrato, o direito do MUNICÍPIO supervisionar, acompanhar, fiscalizar a sua execução a fim de assegurar a fiel observância de suas Cláusulas e a realização do seu objeto, principalmente quanto ao aspecto técnico dos serviços.

§ 1º - Sempre que se verificar a conveniência de melhor adequação dos serviços ao interesse público ou da Administração, o MUNICÍPIO poderá unilateralmente alterar ou modificar o presente Contrato quer quanto às suas Cláusulas secundárias ou essenciais; entretanto, se em decorrência dessa alteração ou modificação for atingida a Cláusula econômica ou de preços, deverá proceder aos reajustes que se fizerem necessários para manter o equilíbrio financeiro inicial do Contrato.

§ 2º - A Equipe Técnica do MUNICÍPIO através da UGP estabelecerá um sistema de supervisão e acompanhamento permanente das atividades. Terá o objetivo de garantir o sucesso do trabalho, indicando os possíveis desvios do caminho traçado, analisando as melhores opções de solução e fornecendo ajudas e facilidades para melhor desempenho dos trabalhos.

§ 3º - Quando for preciso serão convocados representantes de instituições participantes e grupos de trabalho orientados para essa finalidade.

§ 4º - O MUNICÍPIO como instituição matriz do processo deverá usar seu potencial de coordenadora e articuladora para garantir por parte das instituições envolvidas (secretarias, autarquias, instituições privadas e outros) o fornecimento de informações válidas e atualizadas, assim como outras facilidades requeridas em forma oportuna.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

10. Os casos omissos deste Contrato serão resolvidos na forma estabelecida pela Lei nº. 8.666/93, na legislação, jurisprudência e doutrina aplicável à espécie.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei nº. 8.666/93.

11.2 - A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 A 80 da Lei 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONFERIDO

ASSESSORIA  
JURIDICA

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se por acaso de ambas as partes contratantes, tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13. As partes elegem o foro da Comarca de CACHOEIRINHA, Estado do Rio Grande do Sul para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em seis vias de igual teor e forma, para que surta os seus legais efeitos jurídicos. .

Cachoeirinha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

ASS.: \_\_\_\_\_

**Luiz Vicente da Cunha Pires**  
Prefeito Municipal

ASS.: \_\_\_\_\_

Contratada

Representante legal da empresa/CPF



### ATESTADO TÉCNICO

Atestamos a quem possa interessar, que a empresa MACIEL CONSULTORES S/S, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.757.529/0001-08, prestou ao MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE, com sede na Rua Siqueira Campos, nº 1300, Centro, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.963.560/0001-60, os serviços de auditoria externa independente na documentação, nos registros e relatórios do programa da ORLA POA – Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano, do Lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre, apresentando parecer profissional dos auditores independentes no que se refere às informações financeiras e operacionais exigidas pela CAF, á avaliação do sistema de controle interno e a utilização dos recursos do projeto, os serviços estão sendo executados a contento, de acordo com as normas técnicas da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, atendendo plenamente os objetivos propostos e prazos previstos.

#### **INFORMAÇÕES GERAIS DO SERVIÇO:**

**Contrato nº:** 76552/2021

**Pregão Físico Internacional:** PE 544/2021, processo SEI 21.0.000012487-4

**Objeto do contrato:** Prestação de serviços de auditoria externa independente na documentação, nos registros e relatórios do programa ORLA POA – Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano, do lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre, apresentando parecer profissional dos auditores independentes no que se refere as informações financeiras e operacionais exigidas pela CAF, á avaliação do sistema de controle interno e á utilização dos recursos do projeto de acordo com os termos e condições do contrato

**Empresa Contratada:** MACIEL CONSULTORES S/S

**Contratante:** Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos

**Financiador:** CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina

**Nome do Programa:** Programa ORLA POA – Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano, do Lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre.

**Prazo de Vigência:** 01/02/2022 a 30/04/2023

#### **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:**

- A avaliação do sistema de controle interno referente ao projeto, a qual compreende a concepção e o funcionamento do referido sistema e foi realizada conforme os critérios definidos pelo Committe e on Sponsoring Organizations (COSO), os quais incluem: (I) O ambiente de controle; (II) Avaliação de riscos; (III) Sistema de contabilidade e de informações; (IV) Atividades de controle; (V) Atividades de monitoramento.
- Essa avaliação incluiu a (I) capacidade institucional instalada do órgão executor e/ ou dos subexecutores referente aos recursos humanos, materiais e do sistema de informações; (II) O sistema contábil utilizado para registro das transações financeiras, inclusive os procedimentos para a consolidação das informações financeiras em projetos de execução descentralizada;
- Exame das transações financeiras e dos registros contábeis para averiguação e opiniões se as informações financeiras (demonstrações financeiras básicas, informações financeiras complementares) do projeto ou da entidade são apresentadas de forma razoável e se foram elaboradas de acordo com as NICs (Normas Internacionais de Contabilidade), com os requisitos da CAF e com o termo de referência;
- Exame de cumprimento de cláusulas contratuais de caráter contábil – financeiro, regulamento operacional, de crédito ou convênios interinstitucionais;
- Exame, por amostragem estatística, da documentação comprobatória referente aos processos de aquisição de bens de e contratação de obras e serviços de consultoria de forma integrada com as respectivas solicitações de desembolso apresentadas a CAF, para comprovar a adequada aplicação de procedimentos de aquisições e desembolsos estabelecidos no contrato e a qualificação das despesas e verificação da documentação comprobatória se (I) está adequadamente corroborada por comprovantes fidedignos e mantidos nos arquivos do órgão executor/subexecutores/ou mutuário (II) foi devidamente





- autorizado (III) corresponde a despesas qualificadas, de acordo com os termos do contrato de empréstimo e se (IV) foi contabilizado corretamente;
- Visitas de inspeção, por amostragem, às obras financiadas com recursos do projeto para verificar se estão sendo executadas de acordo com os planos e as especificações aprovadas nos respectivos contratos;
  - Exame da aplicação dos procedimentos para registro, controle e manutenção de bens adquiridos com os recursos dos projetos;
  - Exame da situação do fundo rotativo e dos demais tipos e modalidades de desembolso, incluindo a conciliação de contas bancárias, e se a conta especial reflete adequadamente os fluxos do fundo operacional durante o período auditado, com utilização exclusiva para o programa;
  - Inclusão de todas as informações suplementares relativas ao fundo e financiamento proporcionado pela CAF, bem como, os ativos e passivos associados ao programa.

Foram utilizadas 340 horas para execução deste serviço.

Os serviços foram concluídos com a emissão de relatórios de auditoria dos exercícios de 2021 (SEI 17871756) e 2022 (SEI 22626389), sobre as demonstrações financeiras em conformidade com as normas e procedimentos de aceitação geral no Brasil, compatíveis com as Normas Internacionais de auditoria expedidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC). Os Relatórios encontram-se anexos no processo SEI 21.0.000012487-4, devidamente avaliados pelo Fiscal do Contrato CELIO ERNESTO BENVENUTO, matrícula nº 1553542.

A MACIEL CONSULTORES S/S apresentava, nos exercícios auditados, o seguinte quadro financeiro:

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (em milhares de reais)	
2021	2022
<b>FLUXO FINANCEIRO (em reais) - PERÍODO:</b> 01/01/2021 a 31/12/2021	<b>FLUXO FINANCEIRO (em reais) - PERÍODO:</b> 01/01/2022 a 31/12/2022
<b>A - SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2020:</b> R\$ 29.421.243,12	<b>A - SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2021:</b> R\$ 12.139.941,68
<b>B - ENTRADA NO EXERCÍCIO 2021:</b> R\$ 38.346.882,09	<b>B - ENTRADA NO EXERCÍCIO 2022:</b> R\$ 43.359.980,52
<b>DESEMBOLSOS CAF:</b> R\$ 37.832.759,66	<b>DESEMBOLSOS CAF:</b> R\$ 41.285.234,68
<b>RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES EM 2021:</b> R\$ 514.122,43	<b>RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES EM 2022:</b> R\$ 2.074.745,84
<b>C - DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2021:</b> R\$ 55.453.576,08	<b>C - DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2022:</b> R\$ 47.629.949,71
<b>VALORES PAGOS E JUSTIFICADO PARA CAF EM 2021:</b> R\$ 52.832.313,60	<b>VALORES PAGOS E JUSTIFICADO PARA CAF EM 2022:</b> R\$ 30.179.891,06
<b>IMPOSTOS PAGOS EM 2021:</b> R\$ 876.330,96	<b>IMPOSTOS PAGOS EM 2022:</b> R\$ 774.064,31
<b>SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2021 (A+B+C):</b> R\$ 12.314.549,13	<b>SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2022 (A+B+C):</b> R\$ 7.869.972,49
<b>SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2021:</b> R\$ 12.139.941,68	<b>SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2022:</b> R\$ 7.869.972,49
<b>DIFERENÇA ENTRE SALDO FINANCEIRO E SALDO BANCÁRIO:</b> R\$ 64,00	<b>DIFERENÇA ENTRE SALDO FINANCEIRO E SALDO BANCÁRIO:</b> R\$ 0,00



#### **EQUIPE TÉCNICA**

<b>PROFISSIONAIS</b>	<b>REGISTRO</b>	<b>CARGO</b>
Roger Maciel de Oliveira	CRC/RS 071.505/O T SP / OAB/RS 102.443 / CNAI n° 1820	Gerente do Projeto
Eser Helmut Amorim	CRC/SP-307736/O-5 CNAI n° 6139	Responsável técnico
Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues	CRC/RS 065.932/O-7 CNAI n° 1763	Gerente de auditoria
Eduardo da Silva Dias	CRC/RS 079.304/O-1 / CNAI n° 4980	Auditor Sênior
Leandro Aguiar de Souza	CRC/RS n° 062602/O-8	Auditor Sênior
Rosemari Sangali Mendes	CRC/RS 058.011/O-8 CNAI n° 1761	Auditor Sênior
Ana Cláudia dos Santos Sturza	CRC/RS 066.310/O	Assistente de Auditoria

#### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**

O Programa ORLA POA tem como objetivo geral promover um conjunto de ações que visam revitalizar e recuperar a Orla do Guaíba, o Centro Histórico e as vias urbanas que viabilizam a mobilidade e a acessibilidade nestas áreas da cidade, qualificando o espaço urbano. O projeto tem como pressuposto a valorização da imagem pública e a dinâmica funcional da região e seu entorno, bem como melhorar a gestão fiscal para fazer frente às obrigações pertinentes ao novo cenário pretendido, mediante a implantação de uma nova estrutura tecnológica, melhoria da gestão da informação e comunicação e a formação contínua de recursos humanos em gestão da tecnologia da informação. O Programa ORLA POA é financiado parcialmente por uma fonte externa de recursos, a CAF - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA, sendo o último desembolso recebido no dia 11 de agosto de 2023.

Os objetivos específicos do programa são: desenvolver ações de melhoria e qualificação da infraestrutura que incluem a requalificação de parques e requalificação do sistema viário; desenvolver ações que promovam o desenvolvimento institucional do Município, que incluem a implantação de nova estrutura tecnológica, qualificação da gestão da informação e formação contínua de recursos humanos em gestão de Tecnologia da Informação; estabelecer ações para o gerenciamento do programa, que incluem o apoio à gestão do Programa, supervisão e fiscalização e Auditoria. O Programa está constituído por quatro Componentes: (1) Desenvolvimento Institucional, (2) Infraestrutura, (3) Gestão do Programa, e (4) Outros Gastos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**  
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO  
UNIDADE EXECUTORA E DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA ORLA POA



Isabel Cristina Guimarães Haifuch,  
Coordenadora-Geral do Programa ORLA POA/SMPAE.  
CPF: 631.016.700-63  
e-mail: haifuch@portoalegre.rs.gov.br

Cezar Augusto Schirmer,  
Secretário Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos,  
Prefeitura Municipal de Porto Alegre.  
CPF: 200.564.350-53  
e-mail: cezar.schirmer@portoalegre.rs.gov.br

Porto Alegre/RS, 01 de dezembro de 2023.

# ATESTADO PREF POA - AUDITORIA (corrigido).docx

Documento número 5af45154-5eb9-42d1-9700-141254533578



## Assinaturas

✓ Isabel Cristina Guimarães Haifuch,  
Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: 201.7.143.73 / Geolocalização: -30.093300, -51.173500

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64)  
AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/119.0.0.0  
Safari/537.36 Edg/119.0.0.0

Data e hora: Dezembro 01, 2023, 16:20:08

CPF: 631.016.700-63

E-mail: haifuch@portoalegre.rs.gov.br

Telefone: + 5551999988804

ZapSign Token: decd533c-\*\*\*\*-\*\*\*\*-\*\*\*\*-0e1cd804d89c

Assinatura de Isabel Cristina Guimarães ...

✓ Cezar Augusto Schirmer  
Assinou

Pontos de autenticação:

Assinatura na tela

IP: 201.7.135.12

Dispositivo: Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 17\_1\_1 like  
Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko)  
Version/17.1.1 Mobile/15E148 Safari/604.1

Data e hora: Dezembro 01, 2023, 17:29:15

CPF: 200.564.350-53

E-mail: cezar.schirmer@portoalegre.rs.gov.br

Telefone: + 5551985947790

ZapSign Token: 232a9a70-\*\*\*\*-\*\*\*\*-\*\*\*\*-78df89673d7d

Assinatura de Cezar Augusto Schirmer



Hash do documento original (SHA256):

635438fdd2444f302d3c6e02a567a80a5d71bd4c19db4ef7ddb3836fc232a86b

Verificador de Autenticidade:

<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=5af45154-5eb9-42d1-9700-141254533578>

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):

<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação 5af45154-5eb9-42d1-9700-141254533578, conforme os Termos de Uso da ZapSign em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA DE OBRAS DE RODOVÍARIAS E MOBILIDADE URBANA**

**ATESTADO**

Atestamos a quem interessar possa, que a empresa **MACIEL AUDITORES S/S**, CNPJ nº 13.098.174/0001-80, com sede na Av. Paulista 1009, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01311-100, prestou ao **Estado do Rio de Janeiro**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Obras e Habitação – SEOBRAS**, com fundamento no processo administrativo nº. E-17/001/2970/2013, regido pelas normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, pela Lei Estadual nº. 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nº. 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, serviços de auditoria externa para os programas: Provias, Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana e Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Contrato nº 023/2014;

Vigência e Execução: 31/03/2014 à 31/03/2017.

**OBJETO:**

Realização de Auditoria Externa dos contratos de financiamento dos três Programas, com o fim de auditar o cumprimento das condições contratuais e a utilização dos recursos dos empréstimos em cada exercício financeiro, apresentando relatórios periódicos conforme as exigências dos Contratos de Empréstimo, abaixo discriminado:

- O custo do Programa Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, foi estimado em US\$ 334.000.000,00, dos quais US\$ 200.000.000,00 provenientes de financiamento do CAF e US\$ 134.000.000,00 de Contrapartida Local, de responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro (MUTUÁRIO).





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA DE OBRAS DE RODOVIÁRIAS E MOBILIDADE URBANA**

- O custo do Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro - Pró-Vias, foi estimado em US\$ 532.792.000,00, porém conforme Ofício CAF/BR//0209/2015 emitido em 10 de novembro de 2015 foi autorizado a alterações na contrapartida.
- O custo do Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana, foi estimado em US\$ 167.000.000,00, dos quais US\$ 100.000.000,00 provenientes de financiamento do CAF e US\$ 67.000.000,00 de Contrapartida Local, de responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro (MUTUÁRIO).

**ESCOPO DOS SERVIÇOS:**

Prestação de serviços de Auditoria Externa, contemplando a elaboração dos Relatórios Anuais de auditoria para o envio à CAF, visando o cumprimento dos prazos estabelecidos nos Contratos de Empréstimo e dos Relatórios Preliminares, encaminhados à UGP dos Programas, para que possa haver a correção de qualquer erro ou problema identificado dentro do Programa antes do término do exercício daquele ano vigente, englobando os seguintes produtos:

➤ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas;**

✓ Exame integrado dos processos de aquisições de bens e contratação de obras e serviços de forma integrada com a documentação comprobatória das solicitações de desembolsos apresentadas à CAF e da qualificação das despesas financiadas com recursos dos Programas, tanto do aporte CAF como da contrapartida local. Os auditores apresentaram o Quadro-Resumo de Revisão de cada solicitação de desembolso, indicando o valor total dos comprovantes examinados e a respectiva porcentagem, para pagamentos com recursos CAF e da Contrapartida Local, que deverá ser acompanhado do Detalhamento das Despesas Revisadas e Notas explicando (I) as bases contábeis de registro dos comprovantes de pagamento na contabilidade do Projeto; e (II) o escopo das provas de auditoria realizadas e o critério utilizado para determinar a amostra para a revisão dos comprovantes correspondentes tanto aos recursos CAF quanto à contrapartida local.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO  
Rua do Passeio, 56 / 7º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ.  
CEP: 20021-290 – Tel.: (21) 2517-4900 – Ramal: 4524



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO**  
**SUBSECRETARIA DE OBRAS DE RODOVIÁRIAS E MOBILIDADE URBANA**

➤ **Relatório dos Auditores Independentes sobre o Cumprimento das Cláusulas Contábil e Financeira;**

✓ Além do relatório padrão, os auditores apresentaram em anexo a situação de cumprimento dado pelo executor, cláusula por cláusula.

➤ **Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras;**

✓ Além do relatório padrão, os auditores realizaram: (a) comentários e observações sobre os registros contábeis, sistemas e controles que foram examinados no decurso da auditoria; (b) identificação deficiências específicas e áreas de fragilidade nos sistemas e controles e formular recomendações para sua melhoria, de acordo com os seguintes critérios: (I) condição: situação encontrada; (II) causa: o que provocou o desvio do critério; (III) efeito: risco envolvido; (IV) recomendação, se pertinente; e (V) pontos de vista da gerência do executor; (c) informar casos de não cumprimento dos termos dos contratos de empréstimo; (d) quantificar e informar despesas consideradas inelegíveis e pagas a débito do Fundo Rotativo, ou que tenha sido reivindicado da CAF; (e) comunicar assuntos que tenham chegado ao seu conhecimento durante a auditoria, que possam ter um impacto significativo na implementação dos programas; e (f) levar ao conhecimento do mutuário quaisquer outros assuntos que os auditores considerem pertinentes.

➤ **Ordem de Apresentação do Relatório de Auditoria:**

✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas - Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas correspondentes (contendo datas e assinaturas dos responsáveis pela sua elaboração e máxima autoridade executiva).

✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre o Cumprimento das Cláusulas Contábil e Financeira.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO**

**SUBSECRETARIA DE OBRAS DE RODOVIÁRIAS E MOBILIDADE URBANA**

- ✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno.
- ✓ Quadro-resumo da revisão das solicitações de desembolso, acompanhado do Detalhamento das Despesas Revisadas e notas sobre procedimentos utilizados na revisão.
- ✓ Visitas de inspeção física das obras, e outras informações.

Com referência aos serviços supracitados, foram alocadas a seguinte carga horária, bem como utilizados os seguintes profissionais:

PROFISSIONAIS	REGISTRO	CARGO
Rosangela Pereira Peixoto	CRC/RS 065.932/O	Responsável Técnica

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2018.

  
**JOSÉ ANTONIO PORTELA**  
Subsecretário de Obras Rodoviárias e Mobilidade Urbana

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO:

  
**JOSÉ LUIS BOABAID DOLABELLA**  
ID nº 27110362-3

  
**BRUNO JORGE VAZ SASSON**  
ID nº 4274770-8

  
**AURÉLIO VOGAS BARRETO**  
ID nº 4425961-1





**PREFEITURA DE  
CANOAS**

**ATESTADO**

Atestamos a quem interessar possa, que a empresa **MACIEL AUDITORES S/S**, inscrita no CNPJ nº 13.098.174/0001-80, com sede na Av. Bastian 366, Porto Alegre/RS, CEP 90.020-005, prestou ao **MUNICÍPIO DE CANOAS**, inscrito CNPJ nº 88.577.416/0001-18, serviço de auditoria independente.

Contrato: Nº 169/2014

Vigência: 10/11/2014 a 9/11/2017

Período de execução: 10/11/2014 a 03/02/2015

**OBJETO:**

Prestação de serviços especializados de Auditoria Independente nas contas e procedimentos do “Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas – Canoas para todos”, que verifique o cumprimento de cláusulas contratuais e a utilização dos recursos do empréstimo e da contrapartida local.

**ESCOPO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS ATÉ O MOMENTO:**

- Exames da Prestação de Contas elaborada pela Prefeitura Municipal de Canoas, através da UEP, referente ao pedido de reembolso relativo ao desembolso nº 02, para o período de 20/12/2012 a 10/07/2014, do Programa integrado de investimentos para revitalização e ampliação da infraestrutura urbana de Canoas – Canoas para Todos, parcialmente financiado pela CAF.
- Exames das Prestações de Contas elaboradas pela Prefeitura Municipal de Canoas, através da UEP, referente aos desembolsos números 01 e 03 e da primeira contrapartida, para o período de 10/07/2014 a 31/12/2014, do Programa integrado de investimentos para revitalização e ampliação da infraestrutura urbana de Canoas – Canoas para Todos, parcialmente financiado pela CAF.

Prefeitura de Canoas  
Rua 15 de Janeiro, 11 Centro - Canoas/RSCEP: CEP: 92010-300  
Fone: (51) 3462-1565



O custo total do “Programa” está estimado em US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 50 milhões (50%) correspondem à contrapartida do Município de Canoas e US\$ 50 milhões (50%) do empréstimo da CAF.

Os serviços foram realizados com a emissão de relatório e pareceres de auditoria de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Diretrizes sobre os Preceitos de Auditoria como base, nas normas internacionais no Código de Ética da INTOSAI.

#### PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:

- Rosangela Pereira Peixoto –	CRC/RS – 065932/O –	Responsável Técnico
- Roger Maciel de Oliveira –	CRC/RS – 071505/O –	Responsável Técnico
- Ana Claudia dos Santos Sturza –	CRC/RS – 066310/O –	Supervisora
- Nilton Dornelles –	CRC/RS – 070321/O –	Auditor Sênior
- Daniel Benitti Lorenzetti -	CRC/RS – 086920/O –	Auditor Sênior

Canoas/RS, 20 de maio de 2015.

ANTPACK

Marcos Antonio Bosio  
Secretário da Fazenda  
RG 1074149211

10  
TABELIONATO DE CANOAS

Tabelião:  
Eduardo Antpack

**1º Tabelionato de Canoas - RS**  
Rua Gonçalves Dias, 66 - CEP 92010-050 - Fone: (51) 3472-5344

Reconheço **AUTÊNTICA** a firma de Marcos Antonio Bosio indicada com a seta. Selo: 0099.01.1500002.54441  
EM TESTEMUNHO DA VERDADE.  
Canoas, 26 de maio de 2015  
Emol: R\$ 3,60 + Selo digital: R\$ 0,30 11:53:50. 1786690 43


VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

Paulo Antpack  
Tabelião Substituto

Prefeitura de Canoas  
Rua 15 de Janeiro, 11 Centro - Canoas/RS CEP: 92010-300  
Fone: (51) 3462-1565

1392

Conselho Regional de Contabilidade  
do Rio Grande do Sul  
Arquívio do CRCRS nos termos da  
lei 8.663/83, com redação dada pela  
lei 8.663/84.  
Porto Alegre, 14 JUN 2015

  
ANA LÚCIA R. BUFFON  
Gerente Divisão de Registro





## ATESTADO



Atestamos a quem interessar possa, que o Grupo Maciel, prestou a Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE, Sociedade de Economia Mista, CNPJ nº. 42.467.191/0001-46, com sede na Rua Visconde de Inhaúma, nº. 65, Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.091-007, serviços especializados de verificação independente no âmbito do Contrato de exploração e administração de Terminais Rodoviários: Novo Rio e Roberto Silveira.

Contrato Nº 02/2012;

Vigência e Execução do Contrato: 28/03/2012 a 28/03/2013;

### **OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para prestação Serviços de verificação independente no âmbito do Contrato de exploração e administração de Terminais Rodoviários: Novo Rio e Roberto Silveira.

### **ESCOPO DOS SERVIÇOS:**

**Levantamento e atualização de valores correspondentes às receitas, não previstas inicialmente no Contrato e não repassadas ao poder concedente.**

- Obtenção, junto a CONTRATANTE de cópia do Processo Administrativo que resultou na contratação da Concessionária Terminal Rodoviário Novo Rio e Roberto Silveira;
- Levantamento da configuração econômico-financeira do inicial do Contrato de Concessão onerosa;
- Levantamento, através de relatórios gerências das receitas praticadas durante o período de Concessão, bem como os valores apurados mensalmente e as respectivas parcelas repassadas à CONTRATANTE.
- Estudos de receitas acessórias e não-tarifárias;
- Reunião com a administração da CONTRATANTE para discussão sobre as informações levantadas.

### **Estudo de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de concessão onerosa**

- Levantamento da atual configuração econômica e financeira das operações objeto do referido Contrato, comparando-as com a situação inicial, permitindo a tomada de decisão para a condução de reequilíbrio contratual;



- Levantamento, através de relatórios gerenciais, dos custos e despesas incorridos durante o período de Concessão pertinente às operações do Terminal Rodoviário Novo Rio e Roberto Silveira;
- Estudo de demanda de passageiros;
- Confrontação das receitas, custos e despesas, verificados em relatórios gerenciais com os registros contábeis contidos nos Livros Diários, de acordo com a legislação pertinente;
- Confrontação das informações dos valores repassados à concedente, obtidas nos relatórios gerenciais, com os registros da CONTRATANTE;
- Levantamento da atual configuração econômico-financeira do Contrato de concessão onerosa;
- Estimativas de investimentos e custos operacionais;
- Reunião com a administração da CONTRATANTE para discussão sobre as informações levantadas.

**Levantamento e atualização da diferença dos valores das TARIFAS DE EMBARQUE TERMINAL - TET, cobradas pela concessionária e das repassadas à CONTRATANTE.**

- Identificação das receitas decorrentes da exploração do Terminal Rodoviário Novo Rio e Roberto Silveira, praticadas durante o período de Concessão comparando tais receitas com àquelas previstas no Contrato de Concessão Onerosa de 30 de agosto de 1990 e seus aditivos;
- Cálculo das receitas auferidas durante o período de Concessão deduzidos dos valores por ventura repassados à CONTRATANTE;
- Atualização até a presente data aplicando-se o critério previsto no Contrato para atraso nos repasses à CONTRATANTE;
- Apresentação de relatório contendo os valores apurados, o detalhamento e os critérios de sua formação.

**Estudo de viabilidade econômico-financeiro:**

- Identificação dos valores das rubricas componentes do BDI (Budget Difference Income) verificadas no início do Contrato de Concessão;
- Apresentação das margens de remuneração das partes, Contratante, Contratada na ocasião da assinatura do Contrato de concessão;
- Apresentação dos valores das rubricas componentes do BDI verificadas atualmente;
- Identificação das margens de remuneração das partes, Contratante, Contratada na configuração atual;
- Apresentação de relatório contendo os valores apurados o detalhamento e os critérios de sua formação.

**Apuração dos Valores Cobrados e Repassados Relativos à TET:**

- Apuração do valor da Tarifa de Embarque cobrado pela Concessionária, detalhando a sua composição;
- Apresentação do valor auferido, mês a mês, pela Concessionária;
- Apuração do valor repassado mensalmente a CONTRATANTE;
- Demonstração mensal da diferença apurada entre a arrecadação e o valor repassado à CONTRATANTE;
- Atualização da diferença apurada até a data da entrega dos trabalhos, utilizando o indexador definido no Contrato mais juros de 1% a.m.

#### Estudos Jurídicos de Contratos de Concessão

- Os estudos jurídicos no contrato de concessão foram compostos pelo apoio técnico à CONTRATANTE em face dos Tribunais de Contas competentes e outros interessados.
- Foram elaborados elaboração de opinativos, pareceres, relatórios técnicos, minutas diversas e a execução de outras atividades de cunho jurídico que se façam necessárias para verificação do contrato de concessão.
- Foi realizada a entrega dos anexos jurídicos para apoiar a revisão de pontos jurídicos relevantes nos anexos técnicos, como aqueles que impactem a matriz de risco nas etapas de consolidação dos documentos do contrato de concessão.

Para o gerenciamento do projeto foi instituído comunicação contínua utilizando a metodologia baseada no PMBoK (Project Management Body of Knowledge) do Instituto PMI (Project Management Institute) e abrangendo a gestão de prazo, integração do projeto, documentação do projeto, riscos, custos, gestão de recursos humanos, qualidade, gestão de escopo, monitoramento de gestão através de indicadores de desempenho. Para o desenvolvimento do projeto, também foi utilizado a notação Business Process Modelin Notations (BPMN).

Para execução dos serviços objeto, foram utilizadas 2.200 horas.

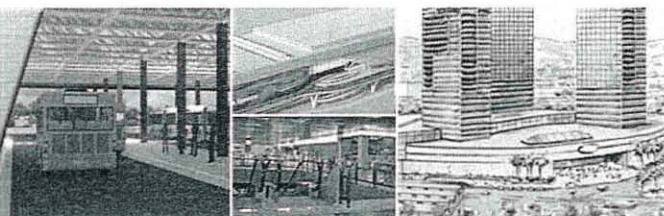
#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A **Companhia de Desenvolvimento Rodoviário de e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE** é uma Empresa de Economia mista, vinculada à Secretaria de Transportes. A estatal tem sob sua responsabilidade 16 Terminais Rodoviários, entre os que administra diretamente e os administrados por terceiros.

A **Companhia de Desenvolvimento Rodoviário de e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE**, possuía o seguinte quadro em 2012.



**CODERTE**  
Companhia de Desenvolvimento  
Rodoviário e Terminais



**POSIÇÃO FINANCEIRA (em reais)**

Ativo Total	R\$ 57.444.365,16
Patrimônio Líquido	R\$ 41.351.624,14
Capital Social	R\$ 16.872.235,78
Receitas Líquidas	R\$ 21.809.043,72
Receita Operacional Líquida	R\$ 6.508.191,33
CAPEX	
OPEX	

4

Rio de Janeiro/RJ, 06 de setembro de 2020.

Nome do Responsável  
Cargo  
RG ou CPF

Nelson José Oaquir Junior  
Diretor Presidente  
CODERTE ID: 5092306-4





Ao

Grupo Maciel

Ref.: Informações complementares ao atestado - Contrato N° 02/2012;



### DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA

Atestamos a quem interessar possa, que o Grupo Maciel, prestou a Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE, Sociedade de Economia Mista, CNPJ nº. 42.467.191/0001-46, com sede na Rua Visconde de Inhaúma, nº. 65, Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.091-007, serviços especializados de verificação independente no âmbito do Contrato de exploração e administração de Terminais Rodoviários: Novo Rio e Roberto Silveira.

Os profissionais envolvidos na execução do contrato foram os elencados abaixo:

EQUIPE	FUNÇÃO NO PROJETO
Roger Maciel de Oliveira	Sócio Responsável técnico / Gerente de Projeto
Rosangela Pereira Peixoto	Consultora em verificação independente em Concessão de Serviços Públicos
Jorge Luiz Menezes Cereja	Consultor em verificação independente em Concessão de Serviços Públicos
Saulo Armos	Consultor de Estudos de Viabilidade Econômica
Eduardo da Silva Dias	Consultor de Projetos de Transporte Público Urbano
Leandro Antônio de Lemos	Consultor de Regulação Econômica
Luis Felipe Canto Barros	Consultor de Serviços Jurídicos
Eser Helmut Amorim	Consultor em Verificação de sistemas de TI e Segurança da Informação
Henrique Dejoss Bordinhão	Consultor em Verificação de sistemas de TI e Segurança da Informação

Rio de Janeiro/RJ, 06 de setembro de 2020.

  
Nome do Responsável  
Cargo  
RG ou CPF  
Nelson José Oaquir Junior  
Diretor Presidente  
CODERTE ID: 5092306-4